



Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de um de janeiro a trinta e um de dezembro de dois mil e quinze do Grupo IPSantarém (Instituto Politécnico de Santarém e Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém) declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa da conta *Consolidada* ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

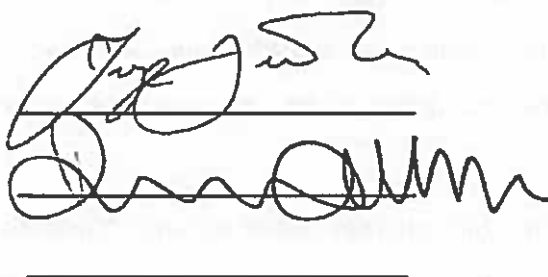
f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão



The image shows two handwritten signatures in black ink. The first signature is positioned above a horizontal line, and the second signature is positioned below it. Both signatures are stylized and cursive.

Unidade monetária: Euro

Código das Contas POC-Educação	ACTIVO	Exercícios			
		AB	2015 AP	AL	2014 AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais		0	0	0
452	Edifícios		0	0	0
453	Outras construções e infra-estruturas		0	0	0
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar		0	0	0
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		0	0	0
459	Outros bens de domínio público		0	0	0
445	Imobilizações em Curso - Bens de Domínio Público		0	0	0
446	Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público		0	0	0
			0	0	0
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação		0	0	0
432	Despesas de investigação e desenvolvimento		0	0	0
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	7.386,99		0	7.386,99
443	Imobilizações em Curso - Imobilizações Incorpóreas		0	0	0
449	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas		0	0	0
		7.386,99		0	7.386,99
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.969.310,72	4,53	1.969.306,19	1.969.310,72
422	Edifícios e Outras Construções	41.238.182,75	4.715.294,99	36.522.887,76	31.429.657,71
423	Equipamento e Material Básico	7.281.763,16	5.548.902,15	1.732.861,01	1.901.011,25
424	Equipamento de Transporte	450.595,86	410.784,52	39.811,34	46.063,09
425	Ferramentas e Utensílios	108.948,21	84.539,95	24.408,26	21.211,05
426	Equipamento Administrativo	4.346.749,11	4.134.014,46	212.734,65	336.260,82
427	Taras e Vasilhames	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras Imobilizações Corpóreas	503.417,72	355.090,46	148.327,26	161.873,54
442	Imobilizações em Curso - Imobilizações Corpóreas		0,00	0,00	0,00
448	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas		0,00	0,00	0,00
		55.898.967,53	15.248.631,06	40.650.336,47	35.865.388,18
	Investimentos financeiros				
411	Partes de Capital	29.007,00		0	29.007,00
412	Obrigações e títulos de participação		0	0,00	0
414	Investimentos em imóveis		0	0,00	0
415	Outras aplicações financeiras		0	0,00	0
441	Imobilizações em Curso - Investimentos Financeiros		0	0,00	0
447	Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros		0	0,00	0
		29.007,00		0,00	29.007,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo		0	0	0
35	Produtos e trabalhos em curso		0	0	0
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0	0	0
33	Produtos acabados e intermédios		0	0	0
32	Mercadorias		0	0	0

37	Adiantamentos por conta de compras	0	0	0	0
		0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
		0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
2811	De curto prazo	0	0	0	0
211	Clientes c/c	47.834,27	0,00	47.834,27	58.869,66
212	Alunos c/c	1.888.434,67	0	1.888.434,67	505.235,43
213	Utentes, c/c	100.632,73	0,00	100.632,73	119.893,78
214	Clientes, Alunos e Utentes - Til.receber	0	0	0	0
	Clientes, Alunos e Utentes - Cobrança				
218	Duvidosa	959.769,14	894.911,60	64.857,54	174.181,37
229	Adiantamentos a Fornecedores	0	0	0	0
24	Estado e Outros Entes Públicos	61.453,48	0	61.453,48	19.866,22
26	Outros Devedores e Credores	11.500,00	0	11.500,00	12.786,35
		3.069.624,29	894.911,60	2.174.712,69	890.832,81
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0	0	0	0
152	Obrigações e Títulos de Participação	0	0	0	0
153	Títulos de Dívida Pública	0	0	0	0
159	Outros Títulos	0	0	0	0
18	Outras Aplicações de Tesouraria	0	0	0	0
		0	0	0	0
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
13	Conta no Tesouro	369.569,60	0,00	369.569,60	820.872,52
12	Depósitos em Instituições Financeiras	83.060,29	0,00	83.060,29	177.844,40
11	Caixa	1.119,71	0,00	1.119,71	13.296,36
		453.749,60	0,00	453.749,60	1.012.013,28
	Acréscimos e deferimentos				
271	Acréscimos de Proventos	6823,33	0	6.823,33	0
272	Custos Diferidos	15.792,43	0,00	15.792,43	14.978,33
		22.615,76	0,00	22.615,76	14.978,33
	Total de amortizações		15.248.631,06		
	Total de provisões		894.911,60		
	Total de activo	59.481.351,17		43.337.808,51	37.819.606,59

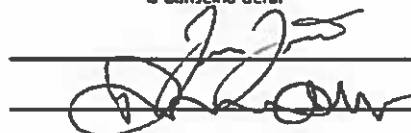
Unidade monetária: Euro

Código das Contas POC-Educação	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
	Fundos próprios		
51	Património	32.081.415,28	32.081.415,28
	Ajustes de partes de capital em empresas ou entidades	0,00	0,00
55	Reservas de Reavaliação	0,00	0,00
		32.081.415,28	32.081.415,28
	Reservas		
571	Reservas Legais	0	0
572	Reservas estatutárias	0	0
573	Reservas contratuais	0	0
574	Reservas livres	0	0
575	Subsídios	0	0
576	Doações	0	0
	Reservas Decorrentes da Transferência de Activos		
577		0	0
		0	0
59	Resultados Transilados	8.410.130,13	4.741.743,62
88	Resultado Líquido do Exercício	-1.504.305,25	-1.603.023,04
		6.905.824,88	3.138.720,58
	Passivo		
29	Provisões	0	0
		0	0
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		

219	Adiantamentos de Clientes, Alunos e Utentes	0	0
221	Fornecedores c/c	0	0
	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	0	0
228	Não titulados	0	0
23112	Estado e Outros Entes Públicos	1006,61	1417,8
24	Outros Devedores e Credores	78 278,68	190 557,27
	Fornecedores de Imobilizado c/c CP (curto prazo)	0	0
26111	Fornecedores de Imobilizado - Títulos a pagar - CP	0	0
26121	Adiantamentos por Conta de Vendas	0	0
269		79 285,29	191.975,07
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	2 252 691,06	2.407 495,66
274	Proveitos Diferidos	2.018 592,00	0,00
		4 271 283,06	2.407.495,66
	Total de fundos próprios e do passivo	43.337.808,51	37.819.606,59

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho Geral



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 - Não existiram casos em que as disposições do POC tenham sido revogadas. No entanto, e na sequência da implementação do Interface do SIGARRA - Epublica (académicos- financeira), os valores das dívidas das propinas passaram a constar das demonstrações financeiras. Foram feitos alguns acertos nos valores de aquisições dos Bens do Ativo derivado de se terem detetado erros na contabilização dos mesmos em anos anteriores (ver ponto 8.2.32)

8.2.2 – Comentário às contas de Balanço e Demonstração de Resultados

8.2.2.1 - Balanço

Relativamente às dívidas de terceiros a curto prazo verifica-se que houve um acréscimo de 187%, motivada, em parte pelo conhecimento do valor real das dívidas de alunos, situação só possível através do interface dos serviços académicos com a contabilidade

Tal situação proporcionou, também a possibilidade de se calcularem as provisões de cobrança duvidosa com base na antiguidade das dívidas.

Por outro lado, no ano de 2015 alterou-se a forma de reconhecimento da dívida das propinas de alunos, passando a mesma a ser integralmente reconhecida no início do ano letivo e não no momento em que ocorre o recebimento. Esta nova metodologia teve grande impacto nas contas de alunos e de proveitos diferidos- Propinas o que teve como consequência não haver comparabilidade com o exercício anterior.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2.2.2 – Demonstração de Resultados

- Proveitos

O IPS alterou a sua política de faturação a alunos em 2015, tendo sido emitidas no final do exercício as faturas relativas a todo o ano letivo (o objetivo será passar a emití-las no ato da matrícula, ou seja, no início do ano letivo, quando anteriormente apenas faturava e procedia ao registo contabilístico das propinas, emolumentos e taxas, aquando do seu pagamento pelo aluno. Simultaneamente, o Instituto adotou o princípio contabilístico da especialização dos exercícios no que respeita ao reconhecimento dos proveitos com propinas do ano letivo de 2015/2016. Assim, e como o ano letivo envolve dois anos civis, e para efeitos de especialização das propinas, os proveitos do exercício incluem os 4 meses (setembro a dezembro) do referido ano letivo, tendo os restantes 6 meses (janeiro a junho) sido registados em Proveitos Diferidos.

- Custos

A conta 66, "Amortizações do exercício", reflete as amortizações do exercício calculadas pelo método de quotas constantes, com base nas taxas definidas na Portaria nº 671/2000 de 17 abril.

Na conta 67, "Provisões do Exercício", estão refletidas as provisões para as propinas em dívida extraídas do módulo SIGARRA no montante global de 872.205,70€ e constituídas com base na data de antiguidade das mesmas. Os SAS constituíram provisões no montante de 22.705,90€ para todas as dívidas de utentes (alojamento) e de clientes anteriores a 01/07/2015. A saber:

- Dívidas até 31/12/2013- 100%

- Dívidas de 01/01/2014 a 30/06/2014- 75%



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

- Dividas de 01/07/2014 a 31/12/2014- 50%
- Dividas de 01/01/2015 a 30/06/2015- 25%

As contas 69, Custos e Perdas Extraordinárias e 79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários refletem as correções / regularizações efetuadas nas amortizações com um impacto líquido de (- 789.119,85€) derivadas das seguintes situações:

- Falta de contabilização das amortizações dos bens de PIDDAC que, por erro da empresa que presta assistência no software, não foram integrados no inventário nos respetivos anos;
- Aquando das transições de saldos verificaram-se erros do sistema que provocaram registos incorretos em diversas contas (tanto contas de aquisição, como de amortizações).

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como os métodos de cálculo respeitantes às amortizações e provisões, foram os que estão definidos no POC educação.

8.2.4- Não se aplica

8.2.5 – No ano de 2015, não houve aplicação de valorimetrias diferente das previstas no capítulo 4 do POC.

8.2.6 – Não houve registo de movimento nas contas 431 – «Despesas de Instalações» e 432 «Despesas de Investigação e desenvolvimento».

8.2.7 – Amortizações e Provisões



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2.8 - Ver ponto 8.2.2.2

8.2.9 a 8.2.12 – Não se aplica

8.2.13 – No exercício de 2015, foram utilizados bens em regime de locação financeira, designadamente impressoras que estão distribuídas por todo o universo do IPS e que se refletiu num decréscimo significativo dos encargos com aluguer de equipamento.

8.2.14 - Na relação dos bens de imobilizados não existem bens que não tenham sido valorizados.

8.2.15 - Este Instituto não é detentor de bens do domínio público.

8.2.16 – Este Instituto detém participações no capital das seguintes entidades:

Designação entidades participadas	Quantidade	Valor nominal	
		Unitário	Global
Cereal Plus Agrupamento de Produtores de Cereais, SA	1	5,00 €	5,00 €
Agromais Entrepósito Comercial Agrícola, CRL	2.400	2,50 €	6.002,00 €
PCTA,SA	1	10.000,00 €	10.000,00 €
COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional	6	250,00 €	1.500,00 €
TAGUSVALLEY	1	5.000,00 €	5.000,00 €
ANIMAFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Agroindústria	1	500,00 €	500,00 €
INOVREGIO - Associação de Inovação Regional	12	500,00 €	6.000,00 €
		TOTAL	29.007,00 €

Nos SAS não existem situações aplicáveis.

8.2.17 – Não aplicável.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2.18 – Não existem "Outras Aplicações Financeiras".

8.2.19.20.21.22 – Não aplicável.

8.2.23 - Ver ponto 8.2.2.2

Nos SAS foram consideradas como cobrança duvidosa dívidas de alunos no montante de 16.220,61€ e de clientes no montante de 8.824,36€.

8.2.25 – Não aplicável.

8.2.26 – Na Conta «Estado e Outros Públicos», não existem quaisquer dívidas em situações de mora.

8.2.27. e 8.2.28 – Este Instituto não tem dívidas a terceiros.

8.2.29 - Discriminam-se as cauções registadas na "Conta Devedores e Credores" constante no Balanço com o valor de 36.510,13€.

Designação Entidades	Valor
EFS - Engenharia, Fiscalização e Serviços, Lda.	4.125,00 €
Renato Lima Azenha	1.919,50 €

22
[Assinatura]

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Renato Lima Azenha	2.360,99 €
Dinisluz - Instalações elétricas, Lda.	8.841,15 €
Construção obras públicas, Lda.	456,90 €
Renato Lima Azenha	2.360,99 €
Valinox - Industrias Metalúrgicas, SA	3.439,55 €
Valinox - Industrias Metalúrgicas, SA	3.439,55 €
Apogeu - Comercio e indústria de equipamentos de áudio e vídeo profissionais, Lda.	636,85 €
Sports Partner - Distribuição e fabrico de equipamentos desportivos unipessoal, Lda.	1.593,85 €
Valinox - Industrias Metalúrgicas, SA	3.439,55 €
API – Construções, Lda	3.896,25 €
TOTAL	36.510,13€

8.2.32- Evolução do fundo patrimonial

O fundo patrimonial não sofreu alteração no exercício. Quanto aos resultados transitados verificaram-se os seguintes movimentos:

- i) Aplicação do resultado líquido do exercício anterior negativo em 1.603.023,04€
- ii) Regularização do valor da empreitada de construção das instalações da Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM) em consequência de se ter verificado que a reexpressão de contas efetuada em 2014 não era inteiramente justificado, tendo ocorrido uma falha de integração informática agora corrigida

8.2.37 - Anexa-se demonstração de resultados financeiros

8.2.38 - Anexa-se a demonstração de resultados extraordinários

8.2.3.7 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Ano: 2015		Unidade monetária: Euro			
Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios
		2015	2014		2015
681	Juros Suportados	109,22	89,67	Juros obtidos	0,00
682	Perdas em Entidades ou Sub-entidades	0,00	0,00	Ganhos em entidades ou subentidades	0,00
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	Rendimentos de participação de capital	0,00
684	Provisões para Aplicações Financeiras	0,00	0,00	Diferenças de cambio Favoráveis	0,00
685	Diferenças de Cambio Desfavoráveis	0,00	0,00	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	10.629,22	11.682,27	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00
		0,00	0,00		
	Resultados Financeiros	-10.738,44	-11.771,94		
		0,00	0,00		0,00

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

8.2.3.8 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2015		Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios		Unidade monetária: Euro
Código das contas	Custos e Perdas	2015	2014			2015	2014	
691	Transferências de capital concedido	0,00	0,00	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	41.831,76	0,00
693	Perdas em Existências	0,00	0,00	793	Ganhos em Existências	0,00	0,00	0,00
694	Perdas em Imobilizações	101.533,71	1.312,33	794	Ganhos em Imobilizações	0,00	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	0,00	93,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00	0,00
697	Correções relativas a Exercícios anteriores	1.449.747,38	608.813,48	796	Redução de Amortizações e Provisões	0,00	0,00	0,00
698	Outros Custos e perdas Extraordinárias	0,00	0,00	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	760.204,61	83.799,92	0,00
		0,00	0,00	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.956,63	132.997,94	0,00
	Resultados Extraordinários	-789.119,85	-351.589,19					
		762.161,24	258.629,62			762.161,24	258.629,62	

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

8.2.7 - Amortizações e Provisões

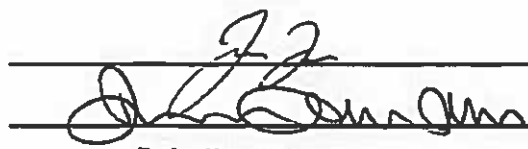
Ano: 2015

Unidade monetária: Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-estruturas e equipamento de natureza militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	87,38	87,38	0,00
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	87,38	87,38	0,00
De Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	15.948,98	15.944,45	4,53
Edifícios e outras construções	4.123.637,17	2.081.762,19	1.490.104,37	4.715.294,99
Equipamento e material básico	5.079.240,10	2.296.233,00	1.826.570,95	5.548.902,15
Equipamento de transporte	404.532,77	126.680,41	120.428,66	410.784,52
Ferramentas e utensílios	75.610,62	22.910,44	13.981,11	84.539,95
Equipamento administrativo	3.975.809,95	3.216.724,77	3.058.520,26	4.134.014,46
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	323.809,95	95.380,34	64.099,83	355.090,46
	13.982.640,56	7.855.640,13	6.589.649,63	15.248.631,06
De investimentos financeiros:				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

7.3 - Fluxos de Caixa

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Consolidada

Unidade monetária: Euro

Not a Expl	Código			RECEBIMENTOS			
	Cap	Grupo	Art				
				SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			
				Execução Orçamental			
				Class. Orgânica: 121057300 + 121057400			
				Prog.: 014 - Ciência e Ensino Superior			
				FF: 313 Saldos de RG não afectas a projectos cofinanciados	17.120,68		
				FF: 358 Saldos de RG afectas a projetos cofinanciados	1.466,73		
				FF: 412 Feder - PO Factores de competitividade	46,20		
				FF: 413 Feder-PO Valorização do Território	1.430,50		
				FF: 417 Feder - PO Regional Alentejo	288.418,84		
				FF: 441 FSE-QCA III	20,00		
				FF: 442 FSE-POPH	47.132,30		
				FF: 452 FEADER	22.715,35		
				FF: 462 Feaga	38.594,88		
				FF: 480 Outros	228.331,24		
				FF: 520 Saldos de RP transferidos	44.178,24		
						889.454,96	
				Class. Orgânica: 128057300 + 121057400			
				Prog.: 014 - Ciência e Ensino Superior			
				FF: 313 Saldos de RG não afectas a projectos cofinanciados	131.250,00		
						131.250,00	
				Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades- Fundos alheios			
				Cauções	191.308,32		
				I Total do Saldo Gerº na posse do Serviço		191.308,32	
							1.012.013,28
				Recargas de Fundos Próprios			
				Dotações orçamentais			
				Class Orgânica 121057300			
				Progr 012 Ciência e Ensino Superior			
				FF: 311 Orçamento de Estado			
				Correntes			
				MCTES	13.616.453,00		
				Estado	0,00		
						13.616.453,00	
				FF: 319 Transferências de RG entre organismos			
				Correntes			
				DGE	6.000,00		
				SFA- FCT	35.355,60		
				Instituto Superior de Agronomia	0,00		
				Instituto Nac de Investigação Agrária e Veterinária, IP	0,00		
						41.355,60	
				FF: 359 Transferências de RG afectas a projetos cofinanciados entre organismos			
				Correntes			
				IFAP	2.500,00		
						2.500,00	
				FF: 412 FEDER - PO Factores de competitividade			
				Correntes			
				SFA- FCT	0,00		
						0,00	
				FF: 417 FEDER - PO Regional Alentejo			
				Correntes			
				IFDR	0,00		
				União Europeia- Instituições	268.149,74		
						268.149,74	
				FF: 452 FEADER			
				Correntes			
				União Europeia - Instituições	7.500,00		
						7.500,00	
				FF: 462 FEAGA			
				Correntes			
				União Europeia - Instituições	24.738,44		
						24.738,44	

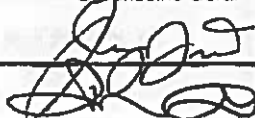
72

[Handwritten signature]

	FF: 480 Outros			
	Correntes			
0603115380	SFA- Escola Superior de Educação Coimbra	200,00		
0603115385	SFA- IPGuarda	1.975,00		
0603115426	SFA - Instituto Politécnico de Viseu	22.732,95		
0607010000	Instituição sem fins lucrativos	200,00		
0609010000	União Europeia - Instituições	206 519,63		
0609040000	União Europeia - Países membros	3.000,00		
0609050000	Países terceiros e organizações internacionais	200,00		
			234.827,58	
	FF: 510 Auto Financiamento			
	Correntes			
0401220100	Propinas 1º ciclo	2.582.666,81		
0401220200	Propinas 2º ciclo	437.400,60		
0401220500	Propinas internacional	5.635,00		
0401220600	Propinas- Outros	274.841,71		
040199	Taxas diversas	398.056,91		
040201	Juros de mora	20.386,01		
040299	Multas e penalidades diversas	42.241,66		
060101	Públicas	9.129,78		
060102	Privadas	1.504,90		
060201	Bancos e outras instituições financeiras	150.294,19		
060701B000	Oet	5.500,00		
060701C000	Ordem dos engenheiros- bastonario	1.000,00		
060905	Parceiros terceiros e organizações internacionais	16.044,64		
070103	Publicações e impressos	1.341,00		
070106	Produtos agrícolas e pecuários	22.152,57		
070107	Produtos alimentares e bebidas	46.850,27		
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	71,32		
070199	Outros	9.672,98		
070201	Aluguer	90.885,58		
070202	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	26.900,47		
070204	Serviços de laboratório	48.513,90		
070207	Alimentação e alojamento	956,20		
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	11.045,42		
070299	Outros	421.465,14		
070302	Edifícios	640,00		
080199	Outras	69.214,96		
	Capital			
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	25.197,34		
			4.719.409,36	
	FF: 540 Transferências de RP entre organismos			
	Correntes			
0603012320	Secretaria Geral da Presidencia do Conselho de Ministros	0,00		
0603075619	IEFP	49.266,18		
0803075844	IPDJ	89.000,00		
0605018000	Municípios	2.280,00		
0605028000	Municípios	894,00		
			141.540,18	
	Total das Receltas do Exercício (I+II)			19.058.473,90
	III- Total Recebido do Tesouro em c/ Receltas Próprias			19.058.473,90
	IV- Total Recebimentos do Exercício (I+II+III)			20.068.487,18
	Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades - Fundos Alheios			
	Receltas do Estado	3.106.388,95		
	Operações de tesouraria	4.898 860,95		
	Cauções	0,00	8.005.249,90	28.073.737,08
	V- Total das Retenções de Fundos Alheios			
	Descontos em vencimentos e salários:			
	Receltas do Estado	3.106.064,25		
	Operações de tesouraria	4.754.333,54	7.860.397,79	
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V)			28.073.737,08

Santarém, 23 de Junho de 2016

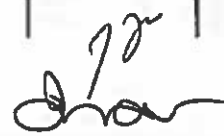
O Conselho Geral



7.3 - Fluxos de Caixa

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Nota Explicativa	Código			PAGAMENTOS			
	Cap*	Grupo	Art*				
				Despesas de Fundos Próprios			
				Despesas Orçamental			
				Class. Orgânica: 121057300 + 121057400			
				Prog.: 014 Ciência e Ensino Superior Medida 18 + Medida 19			
				FF: 311 Orçamento de Estado			
				Correntes			
	010102			Órgãos Sociais	851.965,14		
	010103			Pessoal dos Quadros - Regime da Função Pública	6.442.705,12		
	010106			Pessoal Contratado a Termo	1.685.606,75		
	010109			Pessoal em Qualquer Outra Situação	92.075,29		
	010110			Gratificações	2.199,20		
	010111			Representação	38.742,83		
	010112			Suplementos e Prémios	96.877,14		
	010113			Subsídio de Refeição	339.609,17		
	010114SF			Subsídio Férias	897.619,07		
	010114SN			Subsídio Natal	766.141,28		
	010202			Horas Extraordinárias	7.925,09		
	010204			Ajudas de Custo	231,65		
	010205			Abono para Filhas	4.940,25		
	010207			Colaboração Técnica Especializada	96.867,11		
	010210			Subsídio trabalho noturno	182,73		
	010211			Subsídio de Turno	5.711,64		
	010214			Outros Abonos em Numerário ou Espécie	14.391,40		
	010301A000			Contribuições da Entidade Patronal para a ADSE			
	010303			Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	9.245,18		
	010304			Outras Prestações Familiares			
	010305A0A0			Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	1.643.225,94		
	010305A0B0			Contribuições para a Segurança Social	384.311,37		
	010308			Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais	51,33		
	010308			Outras Pensões			
	010310D0			Doença	111.434,26		
	010310P0			Parentalidade	24.310,71		
	020105			Alimentação - Refeições Confeccionadas	41.601,51		
	020201			Encargos das instalações	21.833,48		
	020202			limpeza e higiene	943,53		
	020213			Deslocações e estadas	142,07		
	020218			Vigilância e segurança	10.359,42		
	020219B000			Software informático	2.433,00		
	020225			Outros serviços	223,00		
	040802B000			Outros	23.475,00		
						13.615.180,66	
				FF: 313 Saldos de RG Não Afectas a Projectos Cofinanciados			
				Correntes			
	070103B080			Conservação e Reparação	3.745,90		
						3.745,90	
				FF: 319 Transferências de RG Entre Organismos			
				Correntes			
	020219B000			Software informático	22.475,53		
	020219C000			Outros	5.330,41		
	020225			Outros Serviços	5.963,00		
	040802B080			Outros	1.482,00		
	070108B080			Outros	6.000,00		
	070110B080			Outros			
						41.250,94	
				FF: 358 Saldos de RG Afectas a Projectos Cofinanciados			
				Correntes			
	020203			Conservação de bens	329,64		
						329,64	
				FF: 412 FEDER - PO Factores de Competitividade			
				Correntes			
	020121			Outros Bens	39,00		
	020210			Transportes	6,80		
						45,80	
				FF: 417 Feder - PO Regional Alentejo			
				Correntes			
	010204			Ajudas de custo	20,83		
	020101			Materiais primas e subsidiárias	530,32		
	020102			Combustíveis e Lubrificantes	2.287,72		
	020104			Limpeza e Higiene	78,47		

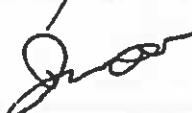
72


020108	Material de Escritório	3 362,57	
020117	Ferramentas e Utensílios	373,55	
020118	Livros e documentação técnica	342,72	
020121	Outros Bens	1 370,12	
020201	Encargos das Instalações	34 589,03	
020203	Conservação de bens	3 146,37	
020209F000	Outros serviços de comunicações	36,90	
020210	Transportes	452,50	
020212B00	Outros	370,71	
020213	Deslocações e Estadas	257,30	
020215B000	Outras	200,00	
020217	Publicidade	61,50	
020219C000	Outros	43,05	
020225	Outros Serviços	135 109,18	
030601	Outros encargos financeiros	34,20	
040701	Inst sem fins lucrativos	1 000,00	
060201	Impostos e Taxas	1 020,00	
060203	Outras	108,42	
	Capital		
070109B0B0	Outros	288,34	
070110B0B0	Outros	241 878,59	426 962,39
	FF: 441 FSE - QCA III		
	Correntes		
020108	Material de Escritório	10,80	
020120	Material de educação, cultura e recreio	3,49	
	FF: 442 FSE - POPH		14,29
	Correntes		
020101	Materias primas e subsidiárias	331,73	
020102	Combustíveis	1 654,51	
020104	Limpeza e Higiene	111,19	
020108	Material de Escritório	153,22	
020112	Material de transporte- Peças	105,66	
020115	Prêmios, Condecorações e Orlas	147,00	
020118	Livros e Documentação Técnica	226,00	
020119	Artigos honoríficos	97,00	
020121	Outros Bens	223,78	
020203	Conservação de Bens	7.413,59	
020209A000	Acesso a Internet	1.032,60	
020209C000	Comunicações fixas de voz	19,11	
020209D000	Comunicações moveis	194,68	
020209F000	Outros serviços de comunicações	36,90	
020211	Representação dos Serviços	56,60	
020217	Publicidade	492,00	
020218	Vigilância e segurança	177,81	
020219C000	Outros	8,00	
020220C000	Outros	36,41	
	Capital		
070109B0B0	Outros	489,58	
070110B0B0	Outros	6.794,66	19 802,03
	FF: 452 FEADER		
	Correntes		
010204	Ajudas de Custo	282,91	
020101	Materias Primas e Subsidiárias	4.765,67	
020108	Material de escritorio	145,06	
020121	Outros Bens	2.350,19	
020212B000	Outros	120,12	
020213	Deslocações e Estadas	2.922,90	
020217	Publicidade	78,00	
	Capital		
070107B0B0	Outros	685,11	11 349,96
	FF: 462 FEAGA		
	Correntes		
020101	Materias Primas e Subsidiárias	5.038,93	
020121	Outros Bens	310,33	
020201	Encargos das Instalações	9.233,93	14 581,19
	FF: 460 Outros		
	Correntes		
010204	Ajudas de Custo	9.255,34	
020102	Combustíveis e Lubrificantes	8 913,13	
020104	Limpeza e Higiene	1 559,95	
020108	Material de escritorio	4 287,88	
020115	Prêmios, condecorações e ofertas	5.558,25	

Handwritten signature/initials

020116	Mercadorias para venda	644,52	
020117	Ferramentas e utensílios	894,88	
020118	Livros e documentação técnica	300,00	
020120	Material, Educação e Cultura	500,00	
020121	Outros Bens	5.922,28	
020201	Encargos das Instalações	14.745,56	
020202	Limpeza e Higiene	14.909,01	
020203	Conservação de Bens	8.757,25	
020208	Locação de outros bens	30,75	
020209A000	Acessos a Internet	7.792,32	
020209B000	Comunicações fixas de dados	100,02	
020209C000	Comunicações Fixas de Voz	215,97	
020209D000	Comunicações móveis	1.011,28	
020209F000	Outros serviços de comunicações	123,03	
020210	Transportes	2.844,96	
020211	representação dos serviços	305,20	
020212B000	Outros	1.604,11	
020213	Deslocações e Estadas	30.512,42	
020214000	Outras	4.952,00	
020215B000	Outras	1.230,00	
020217	Publicidade	1.414,50	
020219B000	Software Informático	8.733,00	
020219C000	Outros	956,22	
020220C000	Outros	14.210,30	
020225	Outros Serviços	29.448,85	
030502J000	Juros de mora	15,00	
0306010000	Outros encargos financeiros	5,00	
040102	Privadas	28.040,40	
040701	Instituições Sem Fins Lucrativos	9.210,00	
040802B000	Outros	61.534,81	
0409010000	Resto do mundo- União Europeia	73.280,80	
060201	Impostos e taxas	35,00	
060203	Outras	68,38	
	Capital		
070107B080	Outros	35.528,88	
070108B080	Outros	2.613,75	
070109B080	Outros	1.057,80	
070110B080	Outros	1.950,49	
			394.874,89
	FF: 510 Auto Financiamento		
	Correntes		
010102	Órgãos Sociais	145.702,47	
010103	Pessoal dos Quadros - Regime da Função Pública	1.023.019,93	
010106	Pessoal Contratado a Termo	193.556,57	
010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	11.090,61	
010110	Gratificações	459,98	
010111	Representação	4.315,08	
010112	Suplementos e Prémios	15.935,24	
010113	Subsídio de Refeição	52.503,92	
010114 SF00	Subsídio Férias	3.598,36	
010114SN00	Subsídio Natal	115.341,03	
010202	Horas Extraordinárias	1.668,63	
010204	Ajudas de Custo	55.324,06	
010205	Abono para Falhas	1.035,48	
010208	Formação	1.635,74	
010207	Colaboração Técnica Especializada	14.052,18	
010210	Subsídio trabalho noturno	97,84	
010211	Subsídio turno	103,67	
010214	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	870,60	
010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	1.278,87	
010305A0A0	Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	786.371,81	
010305A0B0	Contribuições para a Segurança Social	174.827,40	
010306	Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais	1.074,19	
010310D0	Doença	16.451,39	
010310P0	Parentalidade	1.197,27	
020101	Matérias Primas e Subsidiárias	37.154,14	
020102	Combustíveis e Lubrificantes	90.434,13	
020104	Limpeza e Higiene	23.037,55	
020105	Alimentação - Refeições Confeccionadas	16.996,43	
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	443,83	
020108	Material de Escritório	50.610,68	
020109	Produtos Químicos e Farmacêuticos	1.707,36	
020110	Produtos Vendidos nas Farmácias	110,88	
020111	Material de Consumo Clínico	20,34	
020112	Material de Transporte - Peças	1.209,83	
020113	Material de Consumo Hoteleiro	1.628,72	
020114	Outro Material - Peças	2.369,84	
020115	Prémios, Condecorações e Ofertas	7.319,64	

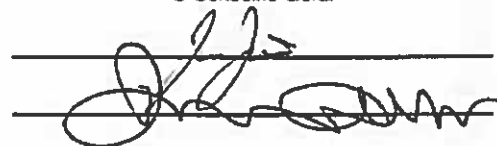
020116	Mercadorias para Venda	1.619,73	
020117	Ferramentas e Utensílios	3.528,42	
020118	Livros e Documentação Técnica	7.964,85	
020119	Artigos Honoríficos e de Decoração	244,43	
020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	5.098,43	
020121	Outros Bens	45.934,56	
020201	Encargos das Instalações	392.682,66	
020202	Limpeza e Higiene	79.647,61	
020203	Conservação de Bens	82.627,01	
020208	Locação de material de transporte	202,95	
020209A0.00	Acessos à Internet	51.117,85	
020209B0.00	Comunicações Fixas de Dados	1.035,87	
020209C0.00	Comunicações Fixas de Voz	2.939,39	
020209D0.00	Comunicações Móveis	16.397,19	
020209F0.00	Outros Serviços de Comunicações	6.813,15	
020210	Transportes	18.190,67	
020211	Representação dos Serviços	2.810,05	
020212A000	Estágios profissionais na Administração Pública	40,68	
020212B000	Seguros	26.177,72	
020213	Deslocações e Estadas	116.178,22	
020214B000	Outros	1.918,80	
020215A0.00	Tecnologias de Informação e Comunicação	300,00	
020215B0.00	Outras	10.181,90	
020216	Seminários, Exposições e Similares	575,00	
020217	Publicidade	60.457,74	
020218	Vigilância e Segurança	230.299,02	
020219B0.00	Software Informático	66.086,83	
020219C0.00	Outros	89.795,34	
020220C0.00	Outros	70.037,33	
020225	Outros Serviços	115.625,78	
030502J000	Outros	93,22	
030601	Outros Encargos Financeiros	2.780,96	
040101	Públicas	1.136,66	
040601	Segurança Social	93,09	
040701	Instituições Sem Fins Lucrativos	9.366,65	
040802A0.00	Estágios Profissionais na Administração Pública	447,48	
040802B0.00	Outros	80.508,08	
040901	Resto do Mundo - União Europeia	8.213,52	
060201	Impostos e Taxas	5.387,65	
060202	Ativos Incorpóreos	790,08	
060203	Outras	12.183,67	
	Capital		
070103B0B0	Conservação ou Reparação	7.540,69	
070107B0B0	Outros	19.093,93	
070108B0A0	Software de Comunicações	49.917,20	
070108B0B0	Outros	1.308,97	
070109B0A0	Hardware de Comunicações		
070109B0B0	Outros	20.385,82	
070110B0A0	Outros	48.460,37	
070110B0B0	Outras	10.158,91	
070111B0A0	Administração Central - SFA	11.521,18	
070115B000	Administração Central - SFA	14.664,42	
			4.665.325,16
	FF: 520 Saldos de Receitas Próprias Transfidos		
	Capital		
070103B0B0	Conservação e Reparação	44.178,00	
			44.178,00
	FF: 540 Transferências de RP entre organismos		
	Correntes		
020102	Combustíveis e Lubrificantes	190,87	
020108	Material de Escritório	428,35	
020115	Prêmios, Condecorações e Ofertas	5.250,00	
020117	Ferramentas e utensílios	153,20	
020118	Livros e documentação técnica	68,00	
020121	Outros Bens	6.400,80	
020201	Encargos das instalações	604,98	
020202	Limpeza e higiene	20.062,50	
020203	Conservação de bens	5.776,60	
020209D000	Comunicações móveis	105,57	
020210	Transportes	44,49	
020212B000	Outros	224,14	
020213	Deslocações e Estadas	2.290,96	
020217	Publicidade	12.487,59	
020218	Vigilância e Segurança	367,77	
020219C000	Outros	631,38	
020220C000	Outros	9.441,59	
020225	Outros Serviços	829,97	
040802B000	Outros	14.668,42	

72


060202	Ativos Incorpóreos	15.000,00		
	Capital			
0701038080	Conservação ou Reparação	23.585,16		
0701078080	Outros	8.070,72		
0701088080	Outros	4.836,72		
0701098080	Outros	922,50		
0701108080	Outros	372,69		
0701118040	Administração Central - SFA	755,18		
			133.568,14	
	Class. Orgânica: 128057300			
	Prog.: 014 Ciência e Ensino Superior Média 18			
	FF: 313 Saldos de RG Não Afectas a Projectos Cofinanciados			
0701038080	Conservação ou Reparação	131.250,00	131.250,00	
				19.502.458,99
				19.502.458,99
	I - Total da Despesa do Exercício			
	II - Total entregue ao Tesouro em c/ Receita Própria			
	III - Total de Pagamentos do Exercício (I+II)			19.502.458,99
	Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Fundos Alheios			
	De Receitas do Estado - Fundos Alheios	3.106.388,95		
	De Operações de Tesouraria - Fundos Alheios	5.011.139,54	8.117.528,49	8.117.528,49
	IV - Total da despesa de Fundos Alheios			8.117.528,49
	Saldo para a gestão seguinte			
	Execução Orçamental - Fundos Próprios			
	Class. Orgânica: 121057300 + 121057400			
	Prog.: 014 Ciência e Ensino Superior			
	FF: 311 Estado - Receitas Gerais Não Afectas a Projectos Cofinanciados	1.272,34		
	FF: 313 Saldos de Receitas Gerais Não Afectas a Projectos Cofinanciados	13.374,78		
	FF: 319 Transferências de receitas gerais entre organismos	104,68		
	FF: 358 Saldos de RG Afectas a projectos cofinanciados	1.137,09		
	FF: 359 Transferências de RG Afectas a Projectos Cofinanciados Entre	2.500,00		
	FF: 412 Feder - PO Factores de competitividade	0,40		
	FF: 413 Feder - PO Valorização do território	1.430,50		
	FF: 417 Feder - PO Regional Alentejo	129.606,19		
	FF: 441 FSE - QCA III	5,71		
	FF: 442 FSE-POPH	27.330,27		
	FF: 452 FEADER	18.865,39		
	FF: 462 Feaga	48.752,13		
	FF: 480 Outros	67.735,73		
	FF: 510 Autofinanciamento	54.632,40		
	FF: 520 Saldos de Receitas Próprias Transitados	0,24		
	FF: 540 Transferências de RP entre organismos	7.972,04		
			374.719,87	
				374.719,87
	Importâncias recebidas para entrega ao Estado ou outras entidades			
	Cauções			79.029,73
	V - Total do saldo Gerº na posse do serviço			453.749,60
	Em depósitos	1.119,71		
	Em caixa	452.629,89		
	Descontos em vencimentos e salários			
	Receitas do Estado	3.106.064,25		
	Operações de tesouraria	4.754.333,54		
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa			28.073.737,08

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho Geral



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

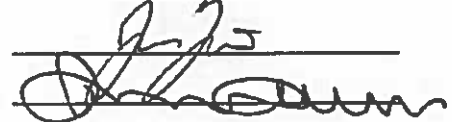
		Unidade monetária: Euro			
	Custos e Perdas	Exercícios		2014	
		2015			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	0	0	0	0
			0	0	0
	Mercadorias	1173,42	0	0	0
			0	0	0
	Matérias	0	0	0	0
			0	0	0
62	Fornecimentos e Serviços Externos	2.289.250,55		2.286.438,09	0
	Custos com o pessoal:		0		0
641+642	Renumerações	13.079.487,16	0	13.728.850,41	0
			0		0
643 a 648	Encargos sociais	2.956.053,54	18.325.964,67	3.293.749,84	19.309.038,34
			0		0
63	Transferências Correntes Concedidas e Prestações Sociais	267.696,66	267.696,66	109.428,91	109.428,91
			18.593.661,33		19.418.467,25
66	Amortizações do Exercício	1.014.187,81		958.263,63	
					0
67	Provisões do Exercício	894.911,60	1.909.099,41	38.973,89	997.237,52
					0
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	27.350,67	27.350,67	34.715,26	34.715,26
	(A) - resultados operacionais		20.530.111,41		20.450.420,03
68	Custos e Perdas Financeiros	10.738,44	10.738,44	11.771,94	11.771,94
	(C) - resultados financeiros		20.540.849,85		20.462.191,97
69	Custos e Perdas Extraordinários	1.551.281,09	1.551.281,09	607.360,94	607.360,94
	(E) - resultados extraordinários		22.092.130,94		21.069.552,91
88	Resultado Líquido do Exercício	-1.504.305,25	-1.504.305,25	-1.603.023,04	-1.603.023,04
			20.587.825,69		19.466.529,87

72
Shan

Proveitos e ganhos		Exercícios		2014	
		2015			
71	Vendas e Prestações de Serviços	0	0	0	0
		0			
			0		0
711	Vendas	123.676,25	0,00	131.959,33	0
		0			
			0		0
712, 713, ...	Prestações de Serviços	427.489,35	551.165,60	504.831,78	636.791,11
		0			
			0		0
72	Impostos e Taxas	4.570.970,54	4.570.970,54	4.129.740,87	4.129.740,87
	Variação da produção:	0			
			0		0
75	Trabalhos para a própria empresa	0	0	0,00	0
		0			
			0		0
73	Proveitos Suplementares	174.934,46	174.934,46	157.611,37	157.611,37
		0			
			0		0
74	Transferências e Subsídios Correntes				
	Obtidos	0	0	0	0
		0			
			0		0
741	Transferências - Tesouro	0	0	0	0
		0			
			0		0
742, 743, ...	Outras	14.528.593,85	14.528.593,85	14.283.756,90	14.283.756,90
		0			
			0		0
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	19.274.498,85	0,00	18.571.109,14
		0			
	(B) EXERCÍCIOS ANTERIORES		19.825.664,45	0,00	19.207.900,25
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0,00	0,00	0,00
		0			
	(D) EXERCÍCIOS ANTERIORES		19.825.664,45	0,00	19.207.900,25
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	762.161,24	762.161,24	258.629,62	258.629,62
		0			
	(F) EXERCÍCIOS ANTERIORES		20.587.825,69	0,00	19.466.529,87
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-704.446,96			-1.242.519,78
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		-10.738,44			-11.771,94
Resultados correntes: (D) - (C) =		-715.185,40			-1.254.291,72
Resultado líquido do exercício: (F) - (E) =		-1.504.305,25			-1.603.023,04

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão





RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO - 2015

**Instituto Politécnico de Santarém e
Serviços de Ação Social**

Junho de 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Com 36 anos de existência, o Instituto Politécnico de Santarém tem-se afirmado cada vez mais tanto ao nível nacional como internacional, apesar das dificuldades financeiras e da grande crise que afeta o país.

Mas mesmo em tempo de crise é má política não apostar no desenvolvimento do Ensino Superior e na recuperação da economia do país. Portugal ainda está muito longe de atingir as metas estabelecidas na área do Ensino Superior relativamente à estratégia 2020.

Só com o apoio e a participação de todos, fomos capazes de superar as dificuldades que afetaram o Ensino Superior nos últimos tempos, nomeadamente em 2015.

Nos últimos quatro/cinco anos, tem havido um forte decréscimo do Orçamento de Estado e alguma instabilidade no Ensino Superior que, acrescida dos problemas demográficos e socioeconómicos dos agregados familiares, têm condicionado a evolução e a sustentabilidade das instituições do Ensino Superior.

Esta situação problemática tem sido superada pelo Instituto Politécnico de Santarém, em termos de evolução, desenvolvimento e sustentabilidade.

A presidência do Instituto tem mantido uma ação determinante e eficaz, em termos de gestão e de racionalização de recursos humanos e de equipamentos.

Na verdade e apesar de todas as conhecidas dificuldades, o Instituto logrou fazer mais com menos recursos em 2015, reduzindo os custos com o pessoal (feitos os ajustes decorrentes da evolução dos cortes dos salários) e também com as aquisições de bens e serviços, num processo gradual.

O novo modelo de financiamento, com a atribuição de uma fórmula que inclui vários itens de qualidade, poderá oferecer alguma garantia no futuro. No entanto, dado que anualmente tem havido um decréscimo significativo do Orçamento de Estado, as Instituições de Ensino Superior já atingiram uma fase crítica em termos de sustentabilidade financeira.

Um dos principais problemas atuais ao nível de todo o ensino superior, é o decréscimo do número de estudantes e particularmente o abandono escolar.

No entanto, o Instituto Politécnico de Santarém tem concretizado vários objetivos com excelentes indicadores:

Um estudo sobre o impacto socioeconómico do IPSantarém na região indicou que por cada euro investido pelo Estado se obtém um retorno de 4,7 euros, o que confirma a importância da nossa instituição em termos sociais, económicos e de desenvolvimento.

Dados fornecidos pela Direção Geral do Ensino Superior, indicam que o nosso Instituto se encontra em 3º lugar, em termos de menor nível de desemprego, entre os Politécnicos a nível Nacional.

Estes e outros indicadores são importantes para os futuros estudantes, nosso maior "capital", pois estimulam à partida a opção pelo Instituto Politécnico de Santarém.

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM.....	2
Índice.....	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. MACRO AMBIENTE EXTERNO	5
3. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO	8
3.1 Instituto Politécnico de Santarém	8
3.2 Serviços de Ação Social	14
4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO GRUPO	16
4.1 Instituto Politécnico de Santarém	16
4.2 Serviços de Ação Social	18
5. INDICADORES DE ATIVIDADE DO GRUPO	21
5.1 Instituto Politécnico de Santarém	21
5.2 Serviços de Ação Social - Atividades	26
6. RECURSOS HUMANOS	37
7. CONTAS CONSOLIDADAS.....	41
7.1 Análise da Situação Económica do IPSantarém	41
7.2 Situação patrimonial e financeira.....	53
7.2.1 Síntese das contas consolidadas	53
7.2.2 Balanço consolidado	55
7.2.3 Demonstração de resultados consolidados.....	58
7.3 Conclusão.....	59
ANEXOS.....	60
1. Balanço Consolidado	
2. Demonstrações de resultados consolidadas	
3. Notas ao balanço e demonstração de resultados	
4. Fluxos de caixa consolidados	

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão consolidado do Grupo IPSantarém descreve as principais atividades desenvolvidas pelas entidades que constituem o perímetro de consolidação, relativas ao exercício económico de 2015, dando cumprimento às disposições legais em vigor e procurando produzir informação acerca das atividades executadas no ano de 2015 e informação essencial para a avaliação interna e externa, designadamente nas áreas de missão do Instituto Politécnico de Santarém.

As entidades que compõem o perímetro de consolidação do Grupo IPSantarém são o Instituto Politécnico de Santarém (IPS) e os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém (SASIPS).

As demonstrações financeiras foram objeto de fiscalização e certificação legal.

Para uma análise a nível mais detalhado das atividades desenvolvidas deve ser consultado o relatório de gestão individualizado do Instituto Politécnico de Santarém e dos Serviços de Ação Social.

O Relatório está organizado em duas partes principais, de acordo com a metodologia e conteúdo que se descreve:

- Caracterização e missão das entidades consolidadas, orientações estratégicas e objetivos e principais atividades desenvolvidas;
- Informação sobre as áreas orçamental, patrimonial e financeira (balanço consolidado, demonstração de resultados consolidados).

Todavia, é propósito do presente Relatório ilustrar o empenho e dinamismo do IPSantarém na prossecução da sua missão e no cumprimento dos objetivos estratégicos a que se propôs para o ano de 2015.

2. MACRO AMBIENTE EXTERNO

No seguimento da Estratégia de Lisboa (2000), o Quadro Estratégico para a cooperação Europeia no Domínio da Educação e da Formação, aprovado em 12 de maio de 2009 pelo Conselho da União Europeia, sublinha o papel crucial da educação e da formação para o futuro da Europa, nomeadamente, na superação dos inúmeros desafios socioeconómicos, demográficos, ambientais e tecnológicos com que os cidadãos europeus são confrontados.

No documento “Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, elaborado em 3 de março de 2010, a Comissão Europeia define um conjunto de objetivos e propõe diversas iniciativas emblemáticas tendo em vista a criação de mais emprego, o desenvolvimento de melhores condições de vida e a preparação de um futuro sustentável.

Entre os objetivos quantificáveis propostos pela Comissão, que devem ser alcançados até 2020, destacam-se, pela sua relevância para as Instituições de Ensino Superior os seguintes:

- A obtenção de uma percentagem de emprego de 75% para a população situada entre os 20 e os 64 anos;
- O investimento de 3% do PIB da UE em Investigação e Desenvolvimento;
- O aumento da percentagem da população, com idade entre 30 e 34 anos, que completou o ensino superior de 31 % para, pelo menos, 40%.

A concretização destes objetivos implicará:

- A promoção da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade;
- A melhoria da qualidade e da eficácia da educação e da formação;
- A promoção da igualdade, da coesão social e da cidadania ativa;
- O incentivo da criatividade, da inovação e do empreendedorismo em todos os níveis da educação e da formação.

Para além disso, entre o governo português e as Instituições de ensino superior públicas, foi assinado um “contrato de confiança” que reconhece o papel da educação e formação como um fator decisivo para o futuro de Portugal.

Esse documento, ainda não revogado, apesar não ter sido cumprido por parte dos sucessivos governos, no que toca aos respetivos compromissos, estabelece as prioridades e os objetivos

centrais para o desenvolvimento do Ensino Superior e pretende, garantir a existência de mais formação para mais alunos, através do reforço da abertura do ensino superior a novas camadas de estudantes jovens e à população ativa, proporcionando os apoios sociais necessários. Aponta, para o reforço da qualidade e da relevância das formações como modo de promover a empregabilidade. Procura definir estratégias para promover a ligação, cada vez mais íntima, entre o Ensino Superior e a vida económica, social e cultural do País, e promover e reforçar a internacionalização das instituições e o papel da atividade científica na sua condução estratégica.

Por outro lado, a publicação de dois importantes diplomas , trouxeram alterações muito significativas no funcionamento e no posicionamento dos Institutos Superiores Politécnicos. Referimo-nos, em concreto, respetivamente aos D.L. Nº 43/2014, o qual cria os Cursos Técnicos Superiores Profissionais e o D.L. Nº 36/2014 que cria o Estatuto do Estudante Internacional.

Estes documentos reforçam, as orientações da tutela, para o desenvolvimento do Ensino Superior Politécnico, porquanto:

- 1- A aposta na expansão dos cursos de formação curta de Ensino Superior;
- 2- O desenvolvimento da investigação aplicada, em ligação direta com o meio empresarial e industrial, com vista ao desenvolvimento científico e tecnológico do País e ao fomento da participação empresarial nas atividades de I&D das Instituições de Ensino Superior Politécnico;
- 3- A promoção da internacionalização do Ensino Superior a nível europeu, bem como do desenvolvimento de programas curriculares conjuntos à escala internacional, do estabelecimento de linhas de investigação conjuntas e da mobilidade de estudantes e docentes;
- 4- O envolvimento do Ensino Superior Politécnico no desenvolvimento do Ensino Politécnico nos Países de Língua Oficial Portuguesa e no aprofundamento de um Espaço Lusófono de Ensino Superior, em especial através da estimulação da mobilidade de estudantes e docentes e da aposta no ensino à distância.

Foi com o propósito de tomar como referência os princípios contidos nos documentos e na nova legislação produzida que atrás foram referidos que, o Instituto Politécnico de Santarém elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Estratégico e iniciou os trabalhos de elaboração de um novo plano estratégico, documento o qual será o guia de referência das atividades, entre 2014 e 2020.

A conclusão deste documento está em fase final. Porém a necessidade de promover uma participação alargada da Comunidade Académica na elaboração do mesmo, aliada à atual indefinição e turbulência do macro ambiente externo, designadamente as alterações profundas no quadro legislativo prometidas pela tutela, em particular a definição dos novos cursos superiores de curta duração e a nova legislação sobre os consórcios, bem como a publicação do estatuto do estudante internacional, para além de impossibilitarem uma definição concreta das linhas estratégicas a seguir, aconselharam a ponderar as linhas estratégicas a seguir, de modo a poderem ser clarificadas e definidas com maior exatidão, alinhando, deste modo, a estratégia institucional com a estratégia definida pela tutela a nível nacional.

Por outro lado, importa realçar que os pressupostos de conjuntura económica que eram subjacentes ao plano estratégico que vigorou até 2013, foram integralmente alterados. Os sucessivos e cada vez maiores cortes orçamentais, não permitiram, nem permitem, a execução de algumas metas aí previstas, as quais, por sua vez, constavam do próprio contrato de confiança, assinado entre MEC e os diferentes institutos politécnicos.

Esta persistência nos cortes orçamentais, está a pôr em causa o cumprimento da missão, acometida, por força da lei, às instituições de ensino superior. Confirma-se, continuada e inequivocamente, o que foi afirmado no plano de atividades aprovado em 2012 e reafirmado nos anos subsequentes, ou seja: “a sobrevivência do IPS, não é um dado vitaliciamente adquirido e, apenas será possível, mediante uma gestão estratégica, administrativa, patrimonial e financeira muitíssimo rigorosa, que permita fazer face aos constrangimentos e adversidades, cada vez maiores.”

Tendo isto em consideração, volta a ser muito claro que o plano de atividades para 2015, terá de ser analisado e apreciado, como um documento de contingência máxima, o qual poderá ter de ser alterado a todo o momento, em função de eventuais constrangimentos supervenientes, provocados por situações da mais variada índole.

Terá igualmente de ser referido que, foram utilizados critérios e escolhas que procuram preservar o essencial da nossa missão e conciliar as possibilidades existentes com os objetivos daí decorrentes.

3. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO

3.1 Instituto Politécnico de Santarém

Identidade e Missão

O IPSantarém é uma instituição de ensino superior politécnico público, ao serviço da sociedade, empenhada na qualificação de alto nível dos cidadãos, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, da cultura, da ciência, da tecnologia, das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, relevando a centralidade no estudante e na comunidade envolvente, num quadro de referência internacional.

O IPSantarém promove a cooperação institucional e a mobilidade efetiva de todos os seus agentes, tanto a nível nacional como internacional – designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa - participa em atividades de ligação à sociedade, de difusão, transferência e valorização económica de conhecimento e assegura o acesso dos cidadãos ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

Enquadramento legal e atribuições

O Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) foi criado em 1979 pelo DL N.º 513-T/79, de 26 de dezembro, tendo os seus primeiros estatutos sido aprovados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de outubro, publicados na 1.ª Série do *Diário da República* n.º 280, de 5 de dezembro. Em resultado da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, houve a necessidade de proceder a uma revisão desses estatutos no sentido de enquadrar o IPSantarém no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior. Assim, os estatutos atualmente em vigor foram publicados no dia 4 de novembro de 2008 (*Diário da República*, 2.ª série – N.º 214), tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da publicação.

Do ponto de vista do respetivo enquadramento jurídico-institucional, o Instituto Politécnico de Santarém, obedece ao disposto no Decreto-Lei N.º 62/2007 de 10 de setembro, o qual fixa o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, seja quanto à respetiva forma organizativa, seja quanto

às suas atribuições, seja quanto à competência dos seus órgãos de governo, seja, ainda, quanto às suas relações com a tutela e modo de fiscalização pública.

No que se refere ao pessoal docente, o IPSantarém regula-se pelo disposto no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, consagrado no Decreto-Lei Nº 185/81 de 1 de julho e modificado pelo Decreto-Lei Nº 207/2009 de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 7/2010 de 13 de maio.

Quanto ao pessoal não docente, regula-se pelos princípios que estão definidos na Lei nº 35/2014 de 20 de junho.

O IPSantarém norteia a sua oferta formativa conferente de grau, seguindo os princípios contidos na Declaração de Bolonha, os quais conhecem a sua forma de lei, designadamente no disposto no Decreto-Lei Nº 42/2005 que define os princípios reguladores e os instrumentos para a criação do espaço europeu do ensino superior, no disposto no Decreto-Lei Nº 74/2006 de 24 de março e suas posteriores alterações, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e na Portaria nº 30/2008 de 10 de janeiro, que define os princípios do suplemento ao diploma, previsto nos artigos 38º a 42º do Decreto-Lei Nº 42/2005 de 24 de março.

A conduta do IPSantarém é também regulada pelas competências conferidas à Agência Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, definidas no Decreto-Lei Nº. 369/2007, de 5 de novembro, que também institui a Agência.

Os cursos de especialização tecnológica, ministrados nas unidades orgânicas, encontram o seu enquadramento legal e a respetiva regulação, no Decreto-Lei Nº 88/2006 de 23 de maio.

A partir deste ano, entrou também em vigor o Decreto-Lei Nº 43/2014, o qual regula os cursos técnicos superiores profissionais.

Neste sentido são atribuições do IPS:

- A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;
- A criação do ambiente educativo adequado ao desenvolvimento da sua missão;
- A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;

- A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
- A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;
- A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- A contribuição para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus, no âmbito da atividade do IPS;
- A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

Órgãos de governo e estrutura organizacional

De acordo com os estatutos do IPSantarém, são os seguintes, os órgãos de governo da instituição:

- Conselho Geral, este órgão é composto por 21 membros, dos quais seis, são personalidades externas de reconhecido mérito com experiência relevante para o Instituto.
- Presidente, de natureza nominal, o qual é o órgão superior de governo e de representação externa do instituto e que é coadjuvado por dois Vice-presidentes e por Pró-presidentes para o desenvolvimento e implementação de tarefas, projetos e atividades específicas.
- Conselho de Gestão, este órgão é composto, para além do presidente do Instituto, por um vice-presidente e pelo administrador;
- O presente mandato presidencial é, também, coadjuvado por três Pró-presidentes. Deste modo, a partir de 6 de junho de 2014, para além do pró-presidente para a Qualidade, Modernização e Desenvolvimento Institucional, o qual transita do anterior mandato, passaram também a existir as seguintes pró-presidências: Política Educacional e Desenvolvimento Académico do Desporto no IPSantarém. Passou igualmente a existir um coordenador institucional para o E-learning.

Para a concretização da sua missão, o IPSantarém conta com cinco unidades orgânicas, designadas por Escolas Superiores:

- Escola Superior Agrária de Santarém (ESAS);

- Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM);
- Escola Superior de Educação de Santarém (ESES);
- Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém (ESGTS);
- Escola Superior de Saúde de Santarém (ESSS).

Para além destas unidades orgânicas, o Instituto conta ainda com outras unidades, designadamente:

- Unidade de Investigação, à qual compete coordenar a investigação científica no âmbito do Instituto, em articulação com as Escolas Superiores integradas;
- Unidade de formação pós-secundária e profissional, à qual compete, em articulação com as Escolas Superiores integradas, promover a formação não graduada e promover a articulação neste domínio com outras instituições;
- Unidade de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo, à qual compete fomentar e desenvolver as atividades de fomento do empreendedorismo, designadamente coordenar o concurso Poliemprende, bem como tomar iniciativas no sentido da facilitação da empregabilidade dos alunos do IPSantarém;
- Unidade Biblioteca que tem como objetivo gerir e coordenar o acervo bibliográfico do Instituto, o Repositório Institucional do IPSantarém e os serviços específicos prestados aos seus utilizadores;
- International School que tem como objetivo promover a oferta formativa e captar estudantes internacionais.

Existem ainda outros elementos nucleares na concretização da missão do IPSantarém, como:

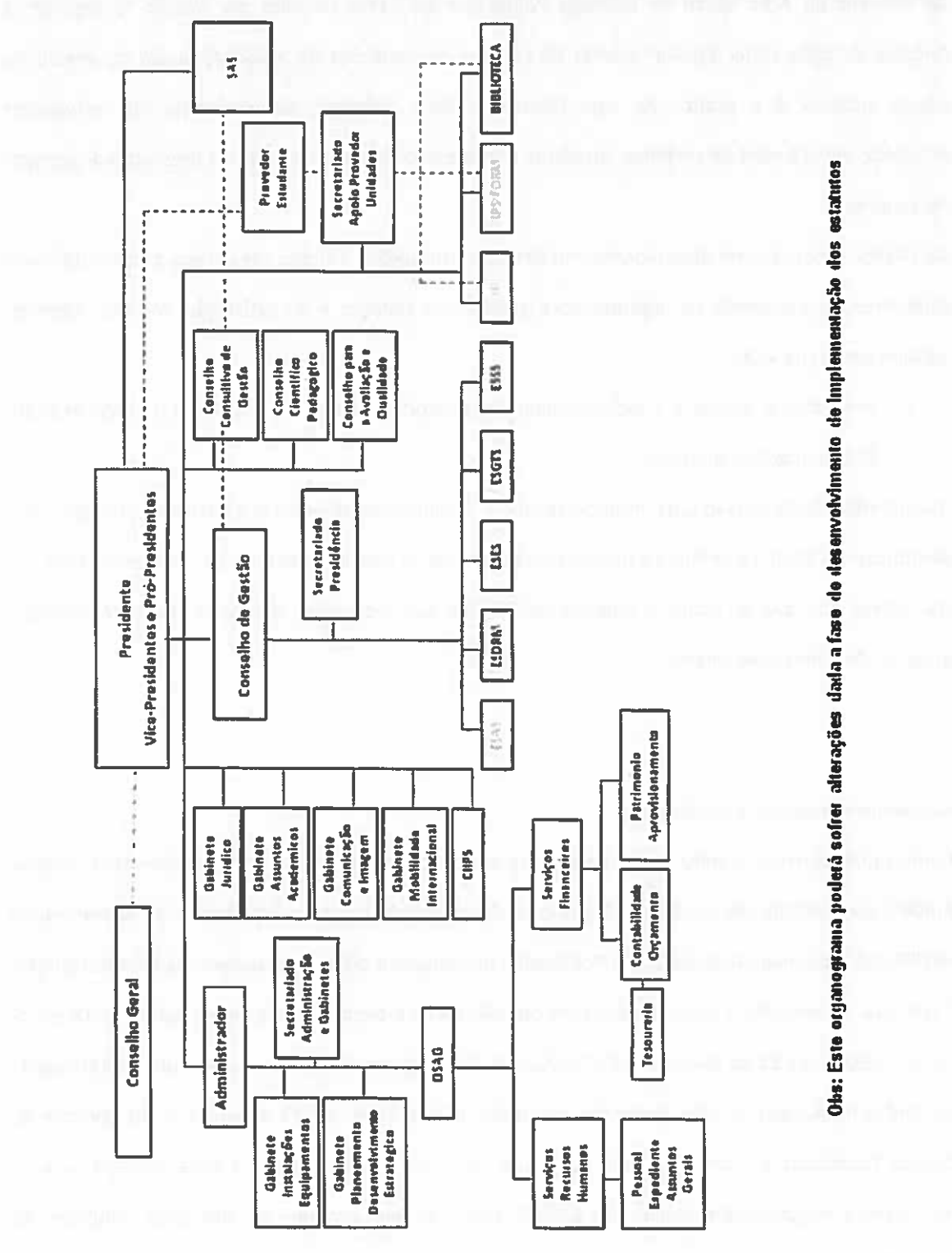
- O Conselho Científico Pedagógico que é um órgão que goza de competências próprias no âmbito científico ou técnico-científico e no âmbito pedagógico e tem como finalidade estabelecer formas de cooperação e articulação entre os conselhos técnico-científicos e os conselhos pedagógicos das Escolas, o conselho científico da unidade de investigação e a comissão técnico-pedagógica da unidade de formação pós-secundária;
- O Conselho para a Avaliação e Qualidade, o qual é responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de auto-avaliação regular do desempenho do Instituto, das suas unidades,

bem como das atividades científicas e pedagógicas sujeitas ao sistema nacional de avaliação e acreditação;

- O Conselho Consultivo de Gestão cujas funções são as de apoiar o regular funcionamento do Instituto em matéria de natureza administrativa e financeira, bem como a gestão de recursos humanos;
- O Provedor do Estudante, responsável pela defesa dos direitos e legítimos interesses dos estudantes, desenvolvendo a sua ação em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços do IPSantarém e com todas as suas unidades.

Para além das unidades orgânicas e outras unidades e dos organismos mencionados acima, os serviços centrais do IPS são estruturados do seguinte modo:

- Administrador, o qual coordena os serviços do Instituto, sob a direção do presidente;
- Direção de Serviços de Administração Geral que compreende a Divisão Financeira e a Divisão de Recursos Humanos;
- Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico, que compreende o núcleo de planeamento e desenvolvimento estratégico e o núcleo de projetos;
- Gabinete Jurídico;
- Gabinete de Instalações e Equipamento;
- Gabinete de Assuntos Académicos;
- Gabinete de Comunicação e Imagem;
- Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional;
- Gabinete de Avaliação da Qualidade;
- Centro de Informática;
- Serviços de Apoio à Presidência.



Obs: Este organograma poderá sofrer alterações durante o desenvolvimento de implementação dos estatutos

3.2 Serviços de Ação Social

Missão, visão e valores

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém têm por missão *“assegurar as funções da ação social escolar através da criação de condições de equidade social no acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, especialmente dos estudantes economicamente mais carenciados, mediante a concessão de apoios sociais e a prestação de serviços de qualidade”*.

Os SASIPS, no quadro de desenvolvimento das suas atribuições e tendo presente a procura de níveis superiores de excelência na organização e gestão dos serviços e na satisfação dos seus clientes, adotam como sua visão:

- Promover o acesso e a inclusão plena dos estudantes nas Escolas Superiores do Instituto Politécnico de Santarém.

A concretização da missão e da visão pressupõe o respeito por valores corporativos e princípios que identificam os SASIPS e definem a maneira de atuar e de se relacionar com as partes interessadas.

Os valores por que se pauta a atuação dos SASIPS são: Equidade, Igualdade de oportunidades, Integridade e Responsabilidade.

Enquadramento legal e atribuições

Conforme decorre do quadro jurídico estabelecido pela Lei N.º 62/2007, de 10 de setembro, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém, os SASIPS são uma unidade do Instituto Politécnico de Santarém dotada de autonomia administrativa e financeira. Desenvolvem a sua atividade em obediência ao diploma supra citado e, ainda, ao Decreto-Lei N.º 129/93, de 22 de abril, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém homologados pelo Despacho normativo n.º 56/2008, de 23 de outubro do Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 214 de 4 de novembro e Regulamento Interno dos SASIPS, anexo ao Regulamento n.º 806/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 206, de 22 de outubro.

Têm como objetivos proporcionar aos estudantes das escolas superiores que integram o Instituto Politécnico de Santarém (Escola Superior Agrária, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Gestão e Tecnologia, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Desporto de Rio Maior), cuja população escolar, no ano letivo de 2013/14 rondou os 3900 alunos, melhores condições de estudo através da concessão de apoios sociais diretos e indiretos.

As modalidades de apoio direto são: bolsas de estudo e auxílios de emergência.

Integram as modalidades de apoio social indireto: o acesso à alimentação, alojamento, a serviços de saúde, o apoio a atividades desportivas e culturais e o acesso a outros apoios educativos.

Órgãos de governo e estrutura organizacional

Os órgãos dos Serviços de Ação Social são o Conselho de Ação Social e o Administrador.

Têm também competência no âmbito das atribuições dos SASIPS, de acordo com o previsto na lei e nos Estatutos do Instituto o Presidente e o Conselho de Gestão do Instituto.

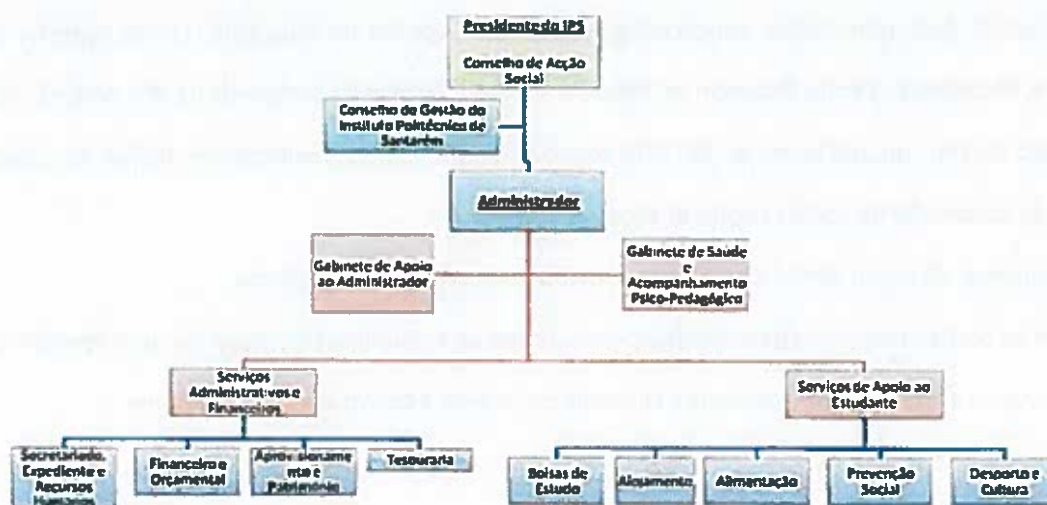
Nos termos do n.º 1 do artigo 85.º dos estatutos do Instituto e n.º 2 do artigo 82.º, do Regulamento Interno dos SASIPS compete, respetivamente, ao administrador dos Serviços de Ação Social a gestão corrente dos serviços e ao conselho de gestão do Instituto a gestão financeira dos mesmos.

Para cumprimento da sua missão os SASIPS desenvolvem as suas competências através de:

- Serviços Administrativos e financeiros;
- Serviços de Apoio ao Estudante;
- Gabinete de Saúde e Acompanhamento Psicopedagógico;
- Gabinete de Apoio ao Administrador.

Em cumprimento do Despacho n.º 27/2011 do Presidente do Instituto, de 2 de março, o setor Financeiro e Orçamental dos SASIPS foi integrado no setor de Contabilidade do Instituto. Foi ainda constituída uma tesouraria única nos Serviços Centrais, para todo o Instituto, que englobou a tesouraria dos Serviços de Ação Social.

O organograma dos SASIPS é o seguinte:



4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO GRUPO

4.1 Instituto Politécnico de Santarém

O plano de atividades de 2015, foi estruturado em torno dos eixos estratégicos que foram considerados fundamentais no plano de desenvolvimento estratégico do Instituto Politécnico de Santarém.

Estes mesmos eixos estratégicos são integrados por diferentes objetivos, os quais carecem que sejam desenvolvidos por um conjunto de ações, de modo a que possam ser concretizados.

Foram levados em conta os seguintes eixos estratégicos:

- 1: Melhoria do Serviço Prestado aos Alunos;
- 2: Melhoria da Qualificação do Pessoal Docente e Não-Docente;
- 3: Apoio ao Desenvolvimento Regional;
- 4: Reforço das Atividades de Investigação e Desenvolvimento;
- 5: Incentivo da Criatividade, da Inovação e do Empreendedorismo;
- 6: Estimulo à Mobilidade e à Internacionalização;

7: Reorganização dos Serviços e Rigor Administrativo.

Eixo Estratégico 1: Melhoria do Serviço Prestado aos Alunos

Pretende atingir os seguintes objetivos:

1. Contribuir para uma maior satisfação dos alunos;
2. Contribuir para a empregabilidade dos recém-licenciados;
3. Consolidar o número de alunos e impedir o seu decréscimo;
4. Implementar no IPSantarém um sistema de garantia de qualidade.

Eixo Estratégico 2: Melhoria da Qualificação do Pessoal Docente e Não-Docente

Para reforçar a qualificação de todo seu pessoal, pretende-se:

1. Continuar a aumentar a qualificação do corpo docente;
2. Continuar a aumentar a qualificação do pessoal não docente.

Eixo Estratégico 3: Apoio ao Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento regional envolverá os seguintes objetivos:

1. Reforço da oferta de atividades de aprendizagem ao longo da vida;
2. Aprofundamento das ligações ao tecido empresarial e associativo da região;
3. Liderar ou participar em projetos de forte impacto regional.

Eixo Estratégico 4: Reforço das Atividades de Investigação e Desenvolvimento

Relativamente a este eixo estratégico, o IPSantarém propõe-se atingir o seguinte objetivo:

1. Reforço das atividades de Investigação e Desenvolvimento.

Eixo estratégico 5: Incentivo da Criatividade, da Inovação e do Empreendedorismo

No âmbito da estimulação da criatividade e de dinâmicas de inovação e empreendedorismo, o IPSantarém propõe-se a atingir o seguinte objetivo:

1. Desenvolver a iniciativa empreendedora.

Eixo Estratégico 6: Estímulo à Mobilidade e à Internacionalização

Em 2015, o IPS procurou desenvolver um conjunto de atividades no sentido de estimular em todos os domínios a mobilidade e a internacionalização, tentando atingir os seguintes objetivos:

1. Afirmar o Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional – GMCI;
2. Promover a realização de mobilidades Internacionais e integração em projetos;
3. Consolidar as mobilidades internacionais existentes e alargar o processo de internacionalização e cooperação ao espaço lusófono e mediterrânico.

Eixo Estratégico 7: Reorganização dos Serviços e Rigor Administrativo

Para concretização deste objetivo foram programadas diversas ações no âmbito das áreas da contabilidade, recursos humanos e sistema de garantia da qualidade.

4.2 Serviços de Ação Social

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos que funcionaram como referenciais para a formulação dos objetivos operacionais do QUAR são: Promover o acesso aos apoios sociais, Racionalizar procedimentos e Melhorar a satisfação dos clientes.

Os objetivos estratégicos e as objetivos operacionais delineados, no contexto de concretização das orientações estratégicas preconizadas, são os seguintes:

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais
1. Melhorar o acesso aos apoios sociais	1.1 Potenciar a utilização da plataforma de candidatura a bolsa de estudo da DGES. 1.2 Cumprir os prazos regulamentares de comunicação dos resultados de candidatura a bolsas de estudo. 1.3 Disponibilizar a candidatura a alojamento on-line ao universo das escolas do Instituto. 1.4 Desenvolver o sistema de informação de candidatura a bolsa de estudo e alojamento. 1.5 Criação e coordenação do Fundo de Apoio Social para atribuição de bolsas de colaboração aos estudantes do Instituto.
2. Oferecer novas atividades nas áreas da saúde, desporto e cultura	2.1 Oferecer consultas de especialidades médicas. 2.2 Gabinete de Acompanhamento Psicopedagógico: - Reforçar a oferta de consultas no âmbito do gabinete de Acompanhamento Psicopedagógico; - Organizar sessões temáticas. 2.3 Continuar a desenvolver e aprofundar o estudo sobre o abandono e insucesso escolar. 2.4 Diversificar a oferta de atividades desportivas.
3. Desenvolver parcerias no âmbito dos apoios sociais	3.1 Desenvolvimento de novos acordos de cooperação/parcerias no âmbito da alimentação, dos serviços de saúde e do desporto.
4. Melhorar os processos com vista à eficiência, qualidade e inovação.	4.1 Consolidar e desenvolver o sistema informático de gestão documental. 4.2 Racionalizar recursos (humanos e financeiros) através da partilha de serviços com o Instituto. 4.3 Implementar o sistema de controlo eletrónico de assiduidade. 4.4 Racionalizar custos. 4.5 Aperfeiçoar o sistema de gestão integrada das unidades alimentares. 4.6 Melhorar o sistema de marcação de refeições.

5. Implementar um Sistema de Garantia da Qualidade	5.1 Concretizar a implementação nos SAS do sistema de gestão de qualidade, no âmbito do projeto em desenvolvimento no Instituto. 5.2 Garantir a qualidade de processos e procedimentos.
6. Formar os recursos humanos	6.1 Desenvolver um plano de formação dos colaboradores dos SASIPS. 6.2 Cumprir rigorosamente o SIADAP. 6.3 Implementar as medidas de autoproteção nas unidades residenciais e alimentares. 6.4 Desenvolvimento de simulacros de incêndio nas residências de estudantes.
7. Racionalizar custos	7.1 Desenvolver atividades no sentido de reduzir custos de funcionamento das unidades residenciais e alimentares.
8. Captar receitas	8.1 Incrementar o desenvolvimento de atividades para aumentar as receitas próprias.
9. Conservar os edifícios e os equipamentos	9.1 Adaptar a residências de estudantes de S. Pedro em conformidade com os projetos de segurança contra incêndio. 9.2 Melhorar e conservar os edifícios existentes. 9.3 Assegurar a manutenção dos equipamentos, mobiliário e viaturas.

5. INDICADORES DE ATIVIDADE DO GRUPO

5.1 Instituto Politécnico de Santarém

De entre os eixos estratégicos enunciados destacam-se os objetivos e atividades desenvolvidas nos eixos estratégicos melhoria do serviço prestado aos alunos, reforço das atividades de investigação e desenvolvimento e estímulo à mobilidade e à internacionalização. Como já foi referido na introdução, uma informação mais completa e detalhada pode ser consultada no Relatório de Atividades de 2015 do Instituto Politécnico de Santarém.

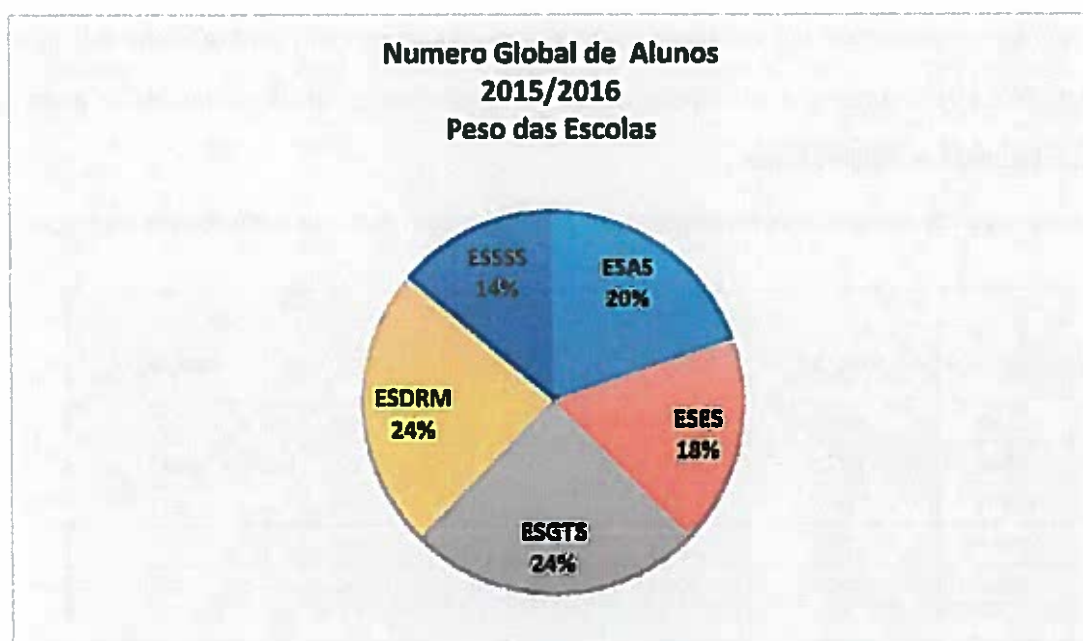
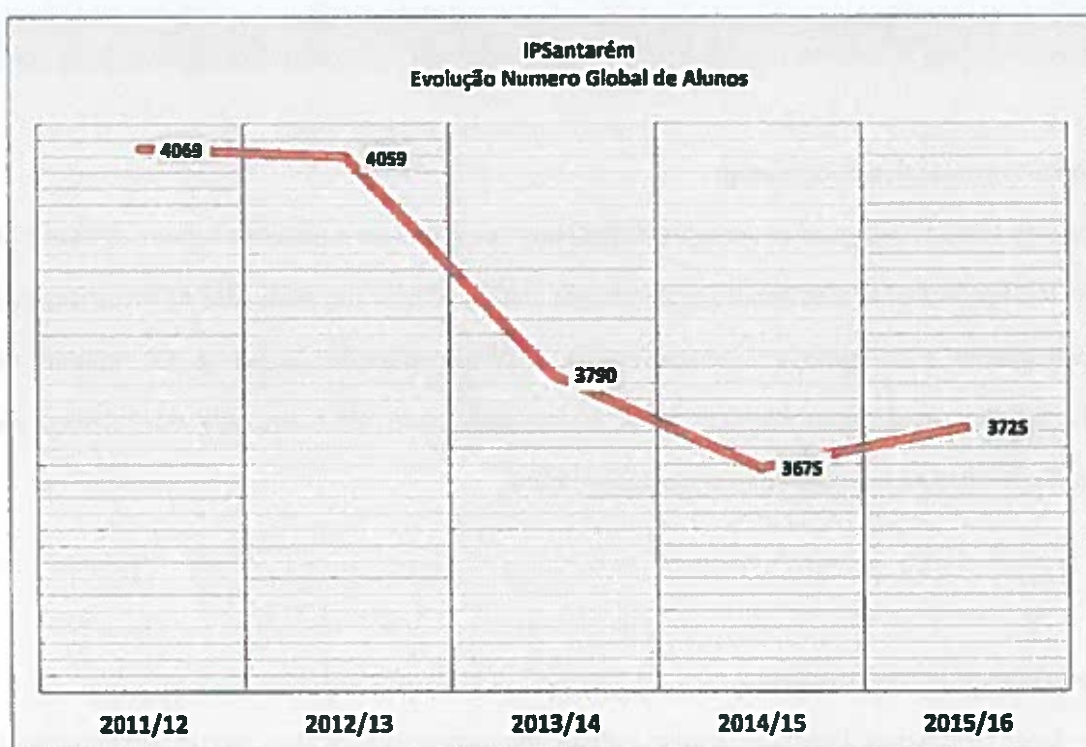
Ensino - Estudantes e colocações

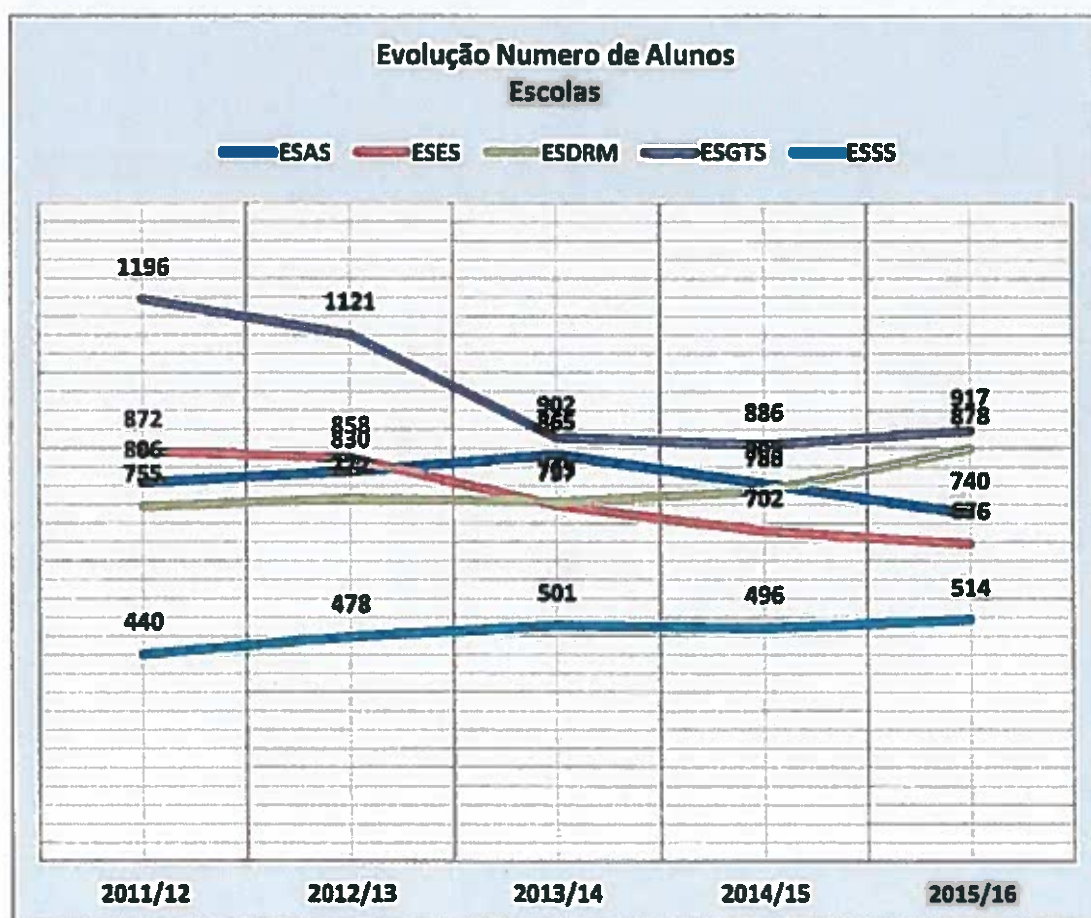
Em resultado de todas as dinâmicas levadas a efeito, relativas aos vários tipos de cursos, conferentes e não conferentes de grau, o IPSantarém, no ano letivo 2015/2016 contou com 3725 alunos, repartidos pelas suas diferentes Escolas.

Estes números representam um acréscimo de 1,3% face ao ano anterior, verificando-se um ligeiro aumento face ao ano anterior e, principalmente uma inversão da tendência continuada de perda de alunos, observada nos últimos anos.

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação dos dados por cada uma das unidades orgânicas.

Número Global de Alunos					
Escolas	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/2016
ESAS	806	830	865	803	740
ESES	872	858	757	702	676
ESGTS	1196	1121	902	886	917
ESDRM	755	772	765	788	878
ESSS	440	478	501	496	514
Total	4069	4059	3790	3675	3725





Mobilidade e internacionalização

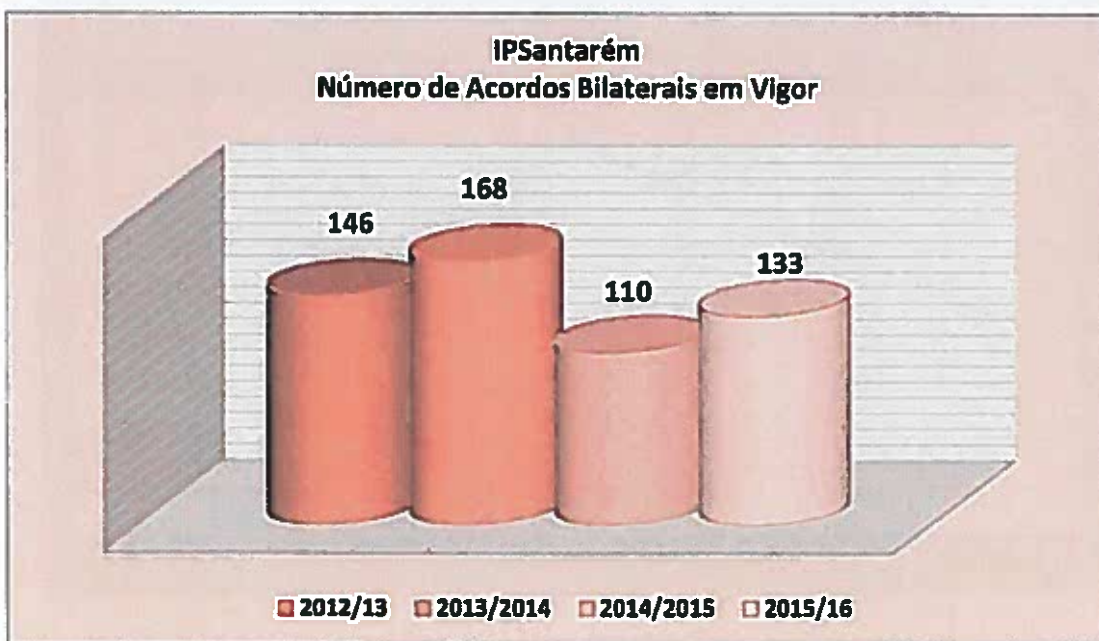
O desenvolvimento de uma ampla e diversificada rede de acordos institucionais, é condição prévia para o aumento e desenvolvimento do fluxo de estudantes recebidos e, particularmente, de estudantes enviados.



Em 2015 foram assinados mais dois novos acordos bilaterais.

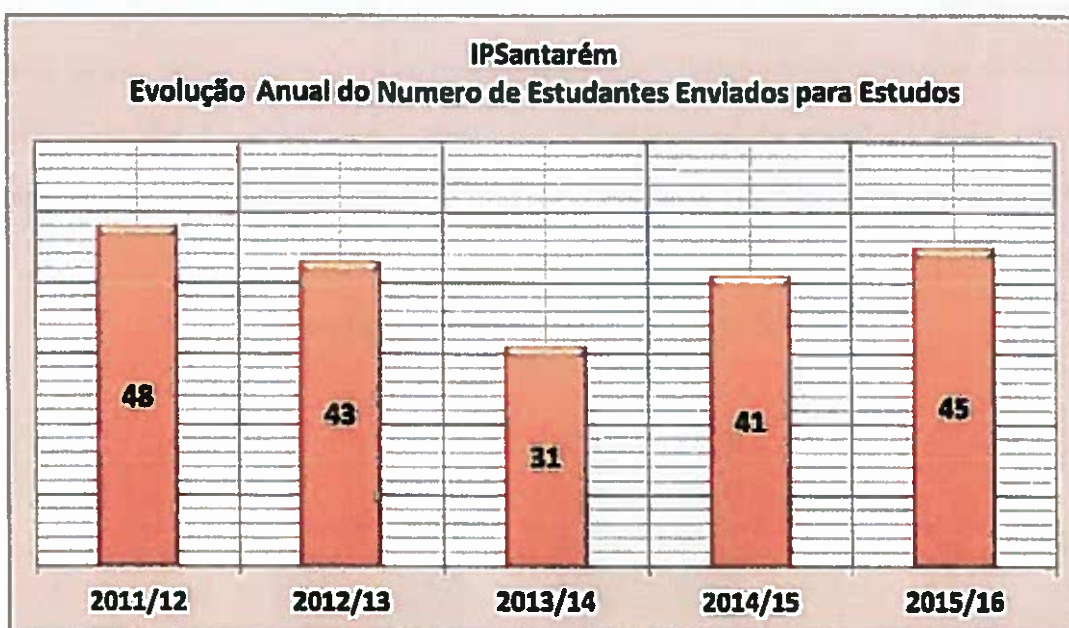
Recorda-se que em 2014, com a entrada em vigor do programa Erasmus+, todos os acordos existentes perderam a respetiva validade, pelo que foi necessário proceder a novas assinaturas. Deste modo no ano transato foram assinados, 110 acordos bilaterais, sob novo formato, destinados ao programa Erasmus.

Estes dados revelam que a rede de instituições internacionais de acolhimento dos nossos alunos, se consolida a um ritmo muitíssimo aceitável.

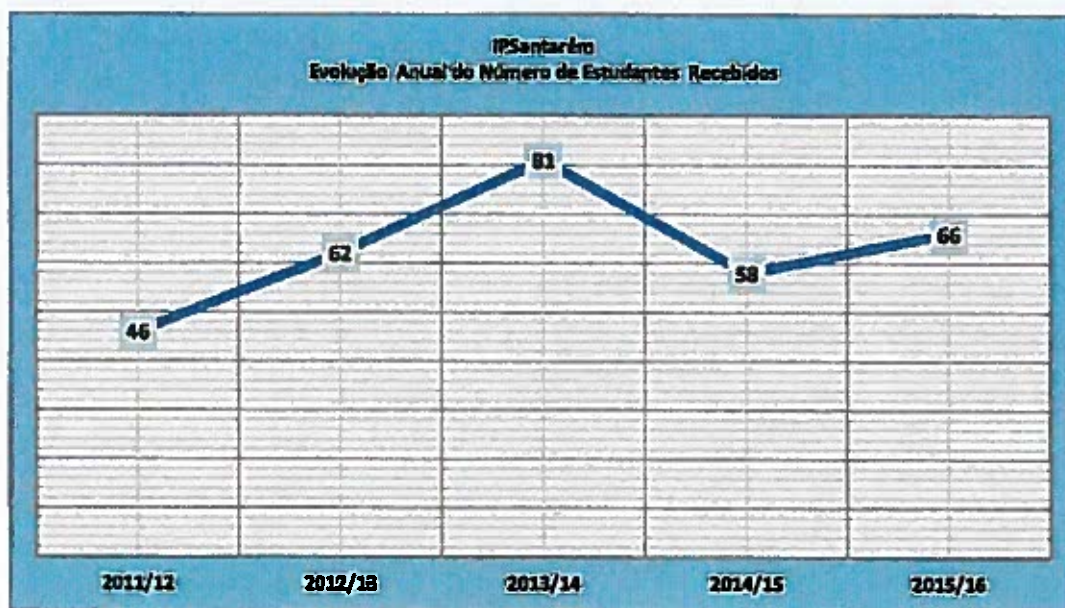


Estudantes Outgoing

Quanto ao fluxo de estudantes enviados para o exterior, poderemos dizer que em 2015/16, foram enviados em mobilidade Erasmus, 45 estudantes.



Estudantes Incoming



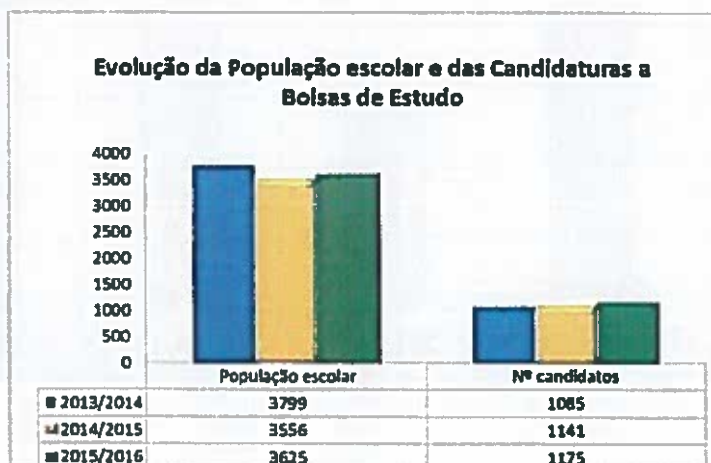
Relativamente ao fluxo de estudantes recebidos, em 2015/16, foram 66 estudantes.

Este número representa uma subida face ao ano anterior, ao terem sido recebidos 58 alunos.

5.2 Serviços de Ação Social - Atividades

Bolsas de Estudo

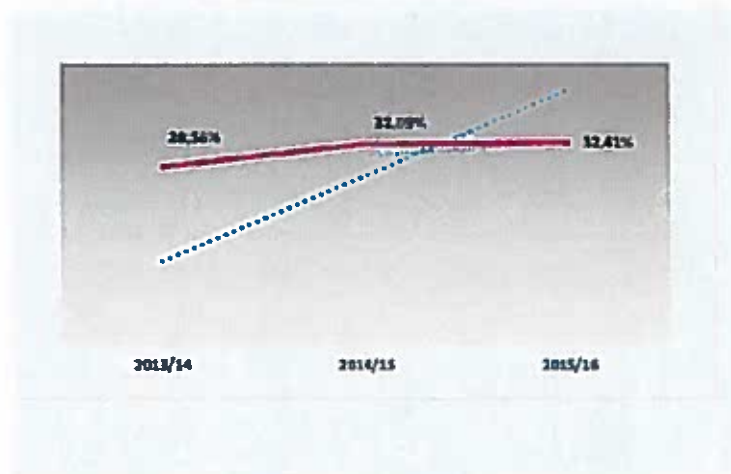
A evolução da população escolar elegível para efeitos de atribuição de apoios sociais diretos, bolsas de estudo, (1º ciclo – cursos de licenciatura, 2º ciclo - cursos de mestrado e Cursos de Técnicos Superiores Profissionais – TeSP's) e o número de candidatos, nos últimos três anos letivos foi a seguinte:



A população escolar do IPSantarém tem vindo a decrescer nos últimos anos letivos, com uma ligeira recuperação do último ano letivo.

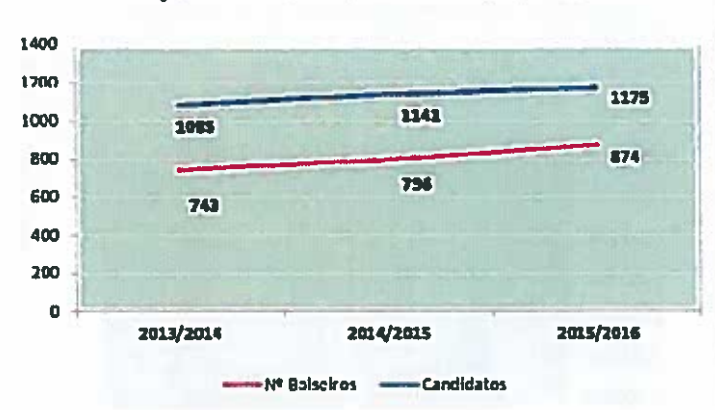
A taxa de candidatura a bolsas de estudo no IPSantarém, em 2015/16, foi 32,41%.

Nº de Candidatos vs População Escolar



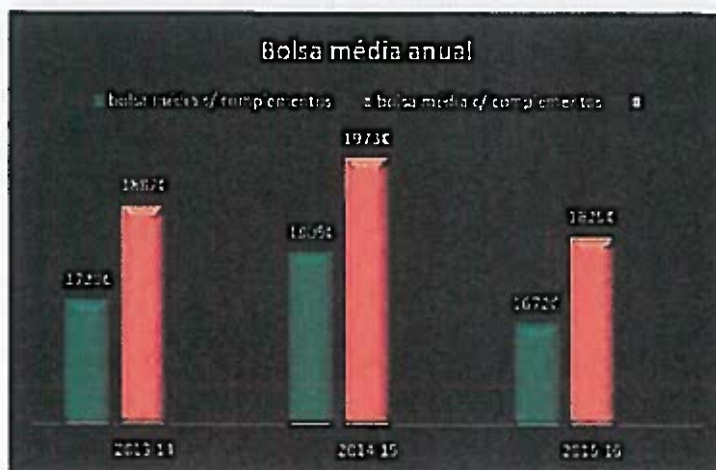
No que diz respeito ao número de bolsas atribuídas, verificou-se também uma evolução mais favorável, como se pode verificar no gráfico seguinte.

Evolução do Número de Candidatos e de Bolseiros

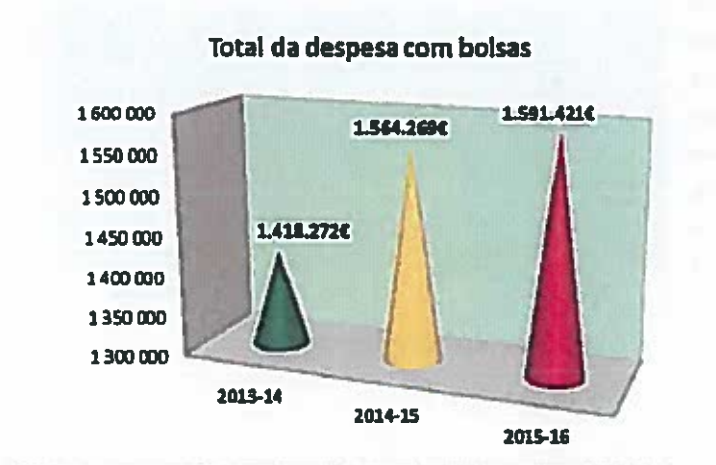


Por sua vez, o valor da bolsa média anual no presente ano letivo de 2015/16 foi inferior ao registado nos anos letivos anteriores. A bolsa média anual, sem complementos, foi de 1.672€ (167,2€/mês), contra 1805€ (180,5€/mês) no ano letivo de 2014/15.

A bolsa média com complementos apresenta uma trajetória similar.



O valor total de bolsas pagas nos últimos três anos letivos está retratado no gráfico seguinte. O montante referente a 2015/2016 corresponde ao valor estimado a pagar, uma vez que o processo ainda não está encerrado.



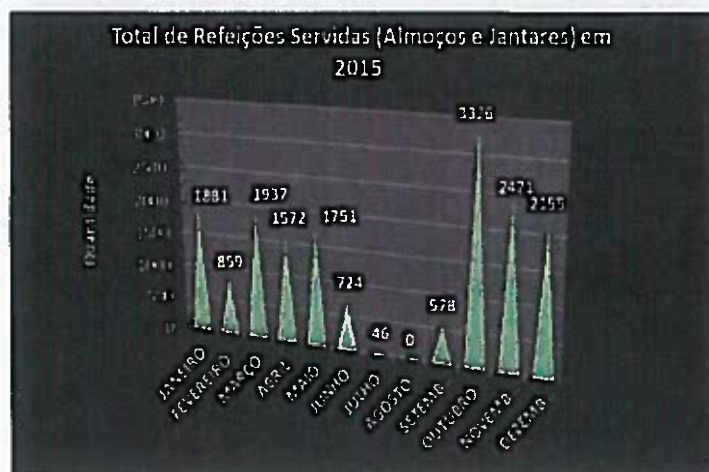
Alimentação

Os SASIPS têm a seu cargo quatro refeitórios (Complexo Andaluz, S. Pedro, Escola Superior de Saúde e Escola superior de Desporto de Rio Maior) e cinco *snack-bars* (nas Escolas Superiores Agrária, de Educação, de Gestão e Tecnologia, de Saúde e de Desporto de Rio Maior).

O fornecimento de refeições está adjudicada a uma empresa privada, na sequência de procedimento de consulta às empresas qualificadas no Acordo-Quadro para fornecimento de refeições confeccionadas e prestação de serviços associados na Região Alentejo, desenvolvido pela ESPAP.



A distribuição mensal do número de refeições servidas consta do quadro seguinte.



O número de refeições servidas em cada um dos refeitórios nos últimos três anos foi o seguinte:

Refeitório	2013	2014	2015
Andaluz	8.588	7.849	7275
S. Pedro	3.125	4.590	1696
Escola de Saúde	2.407	2.500	1084
Escola de Desporto	3.838	8.509	6358
TOTAL	17.958	23.448	16.413

Alojamento

Os SASIPS têm a seu cargo três residências de estudantes, uma sita no Complexo Andaluz, com 153 camas e outra em S. Pedro (no *campus* da Escola Superior Agrária de Santarém) com 103 camas.



A terceira residência de estudantes, denominada de Pedro Álvares Cabral, situada no Centro Histórico de Santarém, tem capacidade para 25 camas.

A taxa de ocupação das residências de estudantes, em dezembro de 2015, encontra-se expressa no quadro a seguir apresentado.

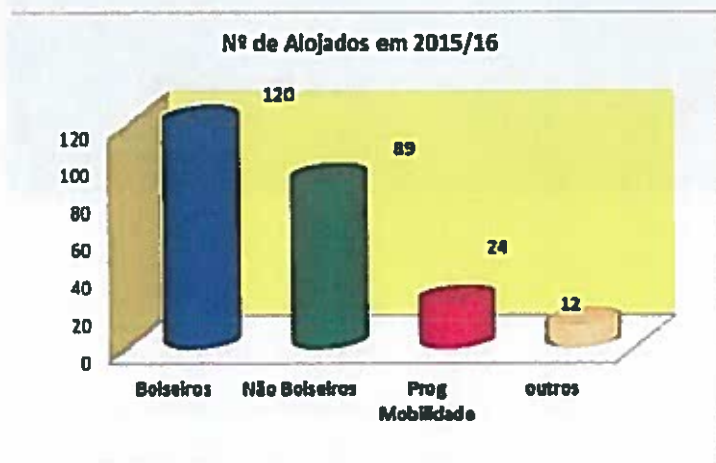
TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS

Residência	Tipo de Alojamento			Ocupação	
	Ind.	Duplo	Total camas	Camas	%
ANDALUZ	43	55	153	143	93
S. PEDRO	25	39	103	90	87
PEDRO Á. CABRAL	1	12	25	12	48
TOTAL	69	106	281	245	87

Como se depreende do quadro anterior, as residências de estudantes têm uma boa taxa de ocupação. No mês de agosto estão encerradas para manutenção.

Relativamente aos residentes, pode-se constatar que as residências de estudantes são ocupadas, maioritariamente, por estudantes do sexo feminino.

A 31 de dezembro de 2015 a taxa de ocupação dos estudantes não bolseiros foi bastante significativa, aproximando-se dos bolseiros, como se pode verificar no gráfico seguinte.



Serviços de saúde

Os SASIPS garantem aos estudantes do Instituto Politécnico de Santarém o acesso a cuidados de saúde através de protocolo de cooperação celebrado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que permite o acesso preferencial dos estudantes das escolas superiores do Instituto a cuidados de saúde primários nas Unidades de Saúde Familiares de Santarém e de Rio Maior.

Existe também um protocolo com o Instituto Português da Juventude, que permite aos estudantes o acesso a consultas nas áreas da Saúde e Sexualidade juvenil, Psicologia clínica/consumos e Nutrição.

No âmbito do projeto " Ganhar uma Juventude com Saúde" funciona nos SASIPS o Gabinete de Acompanhamento Psicopedagógico (GAPP) que tem como objetivos apoiar os estudantes na condução do seu projeto de formação, refletir sobre estratégias de gestão de stress e ansiedade e desenvolver estratégias para melhorar o desempenho.

O número de atendimentos no ano letivo 2014/15 foi de 246.

A estrutura do atendimento está refletida no gráfico seguinte.



Atividades desportivas

Os objetivos estratégicos para o ano letivo em curso são:

- Promover a prática da atividade desportiva na Comunidade Académica (alunos, docentes e não docentes) do IPSantarém;
- Apoiar o Associativismo Desportivo e Cultural;
- Gerir adequadamente as Instalações Desportivas e coordenar a organização técnica das atividades Desportivas.

Os SASIPS oferecem, no ginásio de fitness, várias modalidades aos elementos da comunidade académica e aos utentes externos.

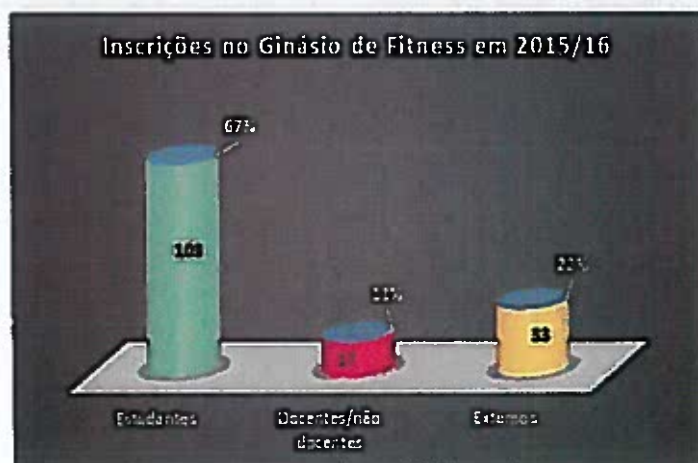
Atualmente estão a funcionar as seguintes modalidades: *Cardiofitness, Musculação, Cycling, Step, Total Conditioning, Hip Hop, Combat, Pilates e Circuit Training, "Zumba"* e Badminton indoor.

O número de utentes em atividade regular e registados no ginásio tem tido um incremento notável.

A proveniência dos utentes do ginásio é a seguinte:

	2012/2013	2013/2014	2015/16
<i>Estudantes</i>	64%	64 %	67%
<i>Docentes/Não Docentes</i>	12%	7 %	11%
<i>Externos</i>	24%	29 %	22%

Por sua vez, o número de utentes que atualmente frequentam o ginásio é o seguinte:



Para além destas atividades funcionam ainda o Clube de Karaté, no ginásio da Escola Superior de Gestão, Complexo Andaluz, e o Clube de Ténis, no Polidesportivo Andaluz.

Fundo Social para Bolsas de Colaboração (FSBC)

O Conselho de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém, atento à evolução das necessidades da comunidade estudantil e à conjuntura económica e social que o país vive, fase particularmente difícil para as famílias portuguesas, com diminuição de rendimentos que fragilizam a sua capacidade de fazer face aos custos com a frequência escolar dos seus elementos, em particular no ensino superior, considera que é responsabilidade do Instituto, enquanto instituição pública dedicada à formação, à difusão do conhecimento e à promoção da cidadania, desenvolver iniciativas que permitam aos estudantes mais carenciados prosseguir os seus estudos de nível superior.

Considera-se também fundamental assegurar que nenhum estudante abandona os estudos devido a dificuldades financeiras e económicas.

Foi assim criada uma tipologia de apoios sociais (diretos e indiretos), que assenta num contrato de cidadania ativa, onde o estudante se compromete a colaborar em ações/atividades definidas especificamente para esse efeito, no Instituto e suas unidades orgânicas e funcionais, compatíveis com as suas competências e disponibilidades.

Pretende-se responder, deste modo, a carências identificadas que não são totalmente ultrapassadas pelos tradicionais formatos de apoio social, atribuindo apoios financeiros aos estudantes em situação de dificuldade financeira para fazer face aos custos com a educação e à sua subsistência e contribuir para o seu desenvolvimento integral.

Enquadramento legal e institucional

Esta modalidade de apoio social inovadora orientada para os estudantes, o Fundo Social para Bolsas de Colaboração, tem por base as melhores práticas nacionais e internacionais nesta matéria e enquadra-se no disposto nos números 1 e 2 do artigo 11.º Decreto-Lei N.º 129/93, de 22 de abril, e nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES).

O financiamento do FSCB do Instituto Politécnico de Santarém provém de receitas próprias do orçamento do Instituto, designadamente das propinas e do orçamento de receitas próprias dos Serviços de Ação Social, sendo o seu montante definido e aprovado anualmente pelo Conselho de Gestão do Instituto.

O FSBC operacionaliza-se através da concessão de uma bolsa mensal, atribuída pelos Serviços de Ação Social ou pela entidade promotora da bolsa, a qual tem como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades no sucesso escolar, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei N.º 129/93, de 22 de abril e no âmbito da responsabilidade social do Instituto Politécnico de Santarém.

Pretende-se, deste modo:

Apoiar os estudantes que apresentem carências económicas e que estão empenhados em concluir o curso. Têm como objetivos:

- a) Combater o abandono escolar;
- b) Promover o sucesso escolar;
- c) Contribuir para a consolidação do percurso escolar e estímulo do reforço à qualificação académica e profissional dos estudantes;
- d) Incentivar os estudantes a participar na vida ativa em condições associadas ao desenvolvimento da atividade académica;
- e) Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais dos estudantes;
- f) Facilitar a integração dos estudantes no mercado de trabalho;
- g) Promover a integração social e académica dos estudantes;
- h) Desenvolver nos estudantes uma cultura de voluntariado;
- i) Reforçar a ligação do IPSantarém com os seus estudantes.

A bolsa é uma recompensa, pecuniária ou em espécie, atribuída aos estudantes, pela sua participação voluntária em atividades de reconhecida relevância para a instituição. No ano letivo 2014/15 foram atribuídas bolsas no montante de 3013€.

Número de bolsas atribuídas no ano letivo 2014/15

Unidade Orgânica	Proposta/aprovadas	atribuídas
Escola Superior Agrária - ESAS	6	4
Escola Superior de Educação - ESES	10	8
Serviços Centrais do Instituto – SC-IPS	1	1
Serviços de Ação Social - SASIPS	3	1
TOTAL	20	14

6. RECURSOS HUMANOS

Pessoal docente

No ano letivo de 2015/2016 (tendo como referência a base de dados – REBIDES, a 31 de Dezembro 2015), o corpo docente do IPSantarém integrava 319 docentes (incluindo 1 Presidente do Instituto e 2 Vice-Presidentes, 5 diretores e 5 subdiretores), dos quais 219 exerciam funções a tempo integral.

Na globalidade, o corpo docente era composto por 37,93% de doutores, 44,83% de mestres e 17,24% de licenciados.

Em regime de tempo integral, o corpo docente era constituído por 47,49% de doutores, 47,03% de mestres e 5,48% de licenciados.

Assim sendo, constatamos que, a nível dos docentes a tempo integral, o peso dos Doutores subiu cerca de 8,5% face ao ano anterior.

Significam estes números que - de 2010 para 2015 - a qualificação do corpo docente progrediu extraordinariamente, o que merece ser vivamente realçado.

Este significativo aumento de qualificação, foi, contudo, processado a um ritmo diferente entre as escolas conforme se constata nos quadros seguintes.

Qualificação do corpo docente 2015

(tempo integral e tempo parcial)

Escola	Doutores			Mestres			Licenciados			Total
	Número absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	Número absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	Número absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	
ESAS	22,00	38,60	6,90	33,00	57,89	10,34	2,00	3,51	0,63	57
ESES	26,00	44,07	8,15	27,00	45,76	8,46	6,00	10,17	1,88	59
ESGTS	29,00	51,79	9,09	22,00	39,29	6,90	5,00	8,93	1,57	56
ESDRM	34,00	35,17	10,66	33,00	35,11	10,34	27,00	28,72	8,46	94
ESSS	18,00	18,87	3,13	28,00	52,83	8,78	15,00	28,30	4,70	53
IPS	121,00		37,93	143,00		44,83	55,00		17,24	319

Fonte- Rebides 2015

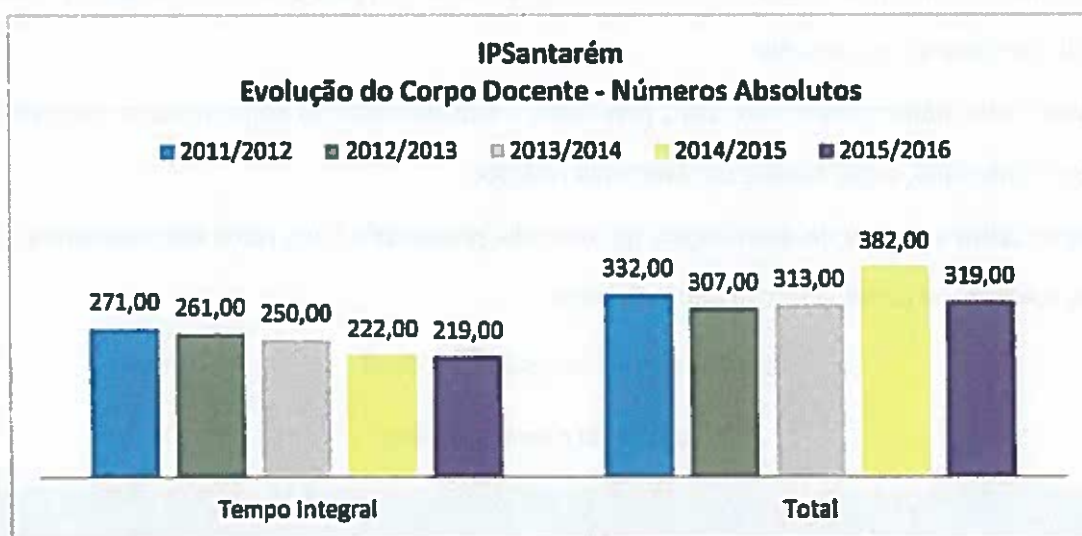
Qualificação do corpo docente 2015

(Tempo Integral)

Escola	Doutores			Mestres			Licenciados			Total
	Número absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	Número absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	Número absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	
ESAS	20,00	41,67	9,13	26,00	54,17	11,87	2,00	4,17	0,91	48
ESES	22,00	50,00	10,05	21,00	47,73	9,59	1,00	2,27	0,46	44
ESGTS	26,00	55,32	11,87	18,00	38,30	8,22	3,00	6,38	1,37	47
ESDRM	28,00	59,57	12,79	15,00	31,91	6,85	4,00	8,51	1,83	47
ESSS	8,00	24,24	3,65	23,00	69,70	10,50	2,00	6,06	0,91	33
IPS	104,00		47,49	103,00		47,03	12,00		5,48	219

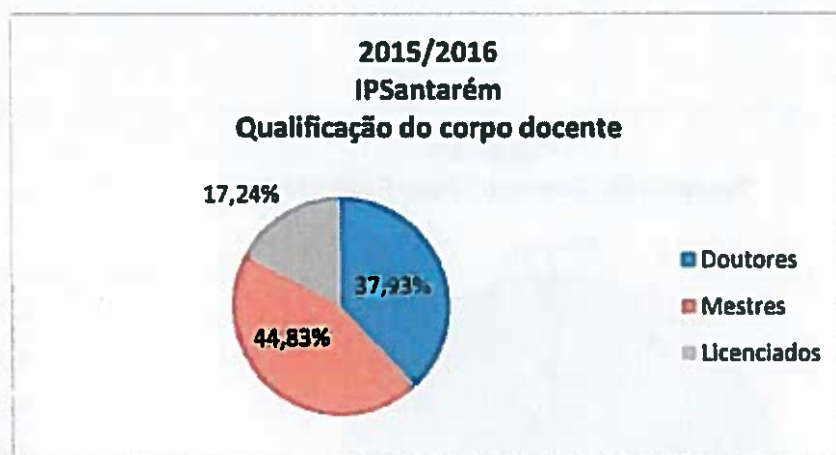
Fonte- Rebides 2015

Em números absolutos a evolução registada nos últimos anos é a seguinte:



Fonte- Rebides 2015

Por sua vez, a qualificação do corpo docente está retratada no gráfico seguinte.



Pessoal não docente

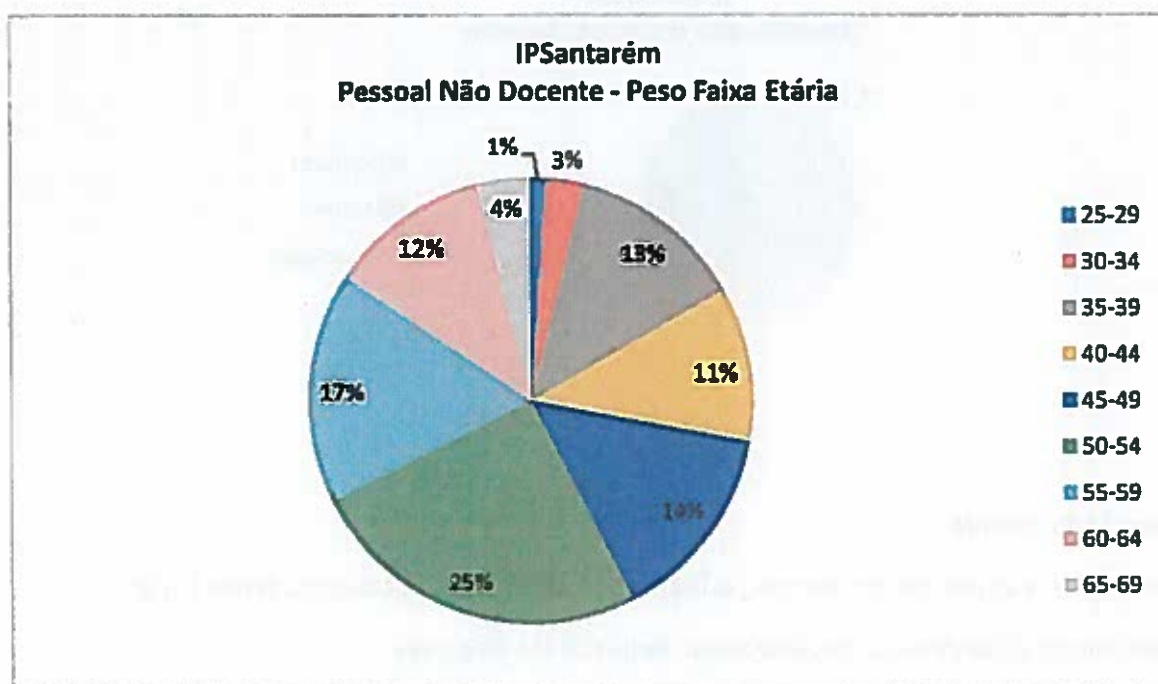
Relativamente ao pessoal não docente, existem na totalidade 179 funcionários, sendo 157 do IPSantarém e 22 dos Serviços de Ação Social. Destes 13 são dirigentes.

A sua repartição pelas Unidades é a seguinte:

Categorias- Pess. Não Docente	UNIDADES ORGÂNICAS							TOTAL
	SC	ESAS	ESES	ESDRM	ESGTS	ESSS	SAS-IPS	
Dirigente Superior 1º Grau	1,00							1,00
Dirigente Superior 2º Grau	1,00						1,00	2,00
Dirigente Intermédio 1º Grau	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		6,00
Dirigente Intermédio 2º Grau	4,00							4,00
Sub-total (1)	7,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	13,00
Técnico Superior	16,00	12,00	7,00	5,00	6,00	4,00	5,00	55,00
Informático	5,00	2,00	2,00	1,00	4,00	1,00	1,00	16,00
Assistente Técnico	11,00	15,00	4,00	8,00	3,00	6,00	3,00	50,00
Assistente Operacional	3,00	15,00	3,00	2,00	4,00	6,00	12,00	45,00
Sub-total (2)	35,00	44,00	16,00	16,00	17,00	17,00	21,00	166,00
Total	42,00	45,00	17,00	17,00	18,00	18,00	22,00	179,00

Fonte – SIOE data de referência 31/12/2015

Do ponto de vista etário, esses 179 funcionários, distribuem-se conforme os dados do gráfico abaixo.



Fonte – SIOE data de referência 31/12/2015

Os dados revelam que cerca de 68% dos funcionários tem uma idade que se compreende entre os 45 e os 64 anos.

7. CONTAS CONSOLIDADAS

7.1 Análise da Situação Económica do IPSantarém

No ano económico de 2015 a execução financeira do orçamento privativo do Instituto Politécnico de Santarém (relativa aos Serviços Centrais, ESAS, ESES, ESGTS, ESDRM e ESSS) integrou três fontes de financiamento:

- As transferências do Orçamento do Estado (FF311);
- As Receitas Próprias – Auto Financiamento (FF510);
- As receitas relativas a outras fontes onde se incluem as verbas provenientes de projetos e cujo financiamento teve diversas proveniências, em função das entidades gestoras que aprovaram as candidaturas e que neste relatório se identificam como “Outras Fontes de Financiamento”, e que abaixo se discriminam:
- FF 319 – Transferências de Receitas Gerais entre organismos – DGE- Direção Geral de Educação SFA –FCT;
- FF 359 – Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos correntes – IFAP;
- FF 452 – FEADER – União Europeia – Instituições;
- FF 462 - FEAGA - União Europeia - instituições;
- FF 480 – Outros (SFA- ESE Coimbra, SFA-Instituto Politécnico de Viseu, instituições sem fins lucrativos, União Europeia – Instituições ,União Europeia Países membros, Países terceiros e organizações Internacionais.

A despesa constante das três Fontes foi consolidada ao nível dos principais agrupamentos:

- 01.00.00 - Despesas com Pessoal;
- 02.00.00 – Aquisição de Bens e Serviços;
- 04.00.00 - Transferências Correntes;
- 06.00.00 - Outras Despesas Correntes;
- 07.00.00 - Aquisição de bens de Capital.

Discriminam-se, como na receita, as fontes inerentes à execução da despesa:

- **FF 311 - Orçamento do Estado;**
- **FF 510 – Auto Financiamento.**

Outras Fontes - integra a despesa relativa a:

- **FF 358 - Saldos de Receltas Gerais afetas a projetos cofinanciados;**
- **FF 358 – FEDER-PO Fatores de Competitividade;**
- **FF 358 – FEDER-PO Regional Alentejo;**
- **FF 358 – FSE – QCA III;**
- **FF 442 – FSE – POPH;**
- **FF 452 – FEADER;**
- **FF 462 – FEAGA;**
- **FF 480 – OUTROS;**
- **FF 540 – Transferência de RP entre organismos;**
- **FF 313 – Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados.**

Com base nos mapas de Fluxos de Caixa elaborou-se o quadro seguinte, que reflete a execução financeira do exercício de 2015, integrando também a execução dos anos de 2013 e 2014.

Execução Financeira							
2013/2014/2015							
Execução Financeira do IPS em 2013/2014/2015							
Receitas	2013	2014	2015	Despesas	2013	2014	2015
Saldo Transmido gência anterior	271.305,45	941.631,75	751.406,04	01 - Despesa pessoal			
Cações Transmidos	20.064,53	151.074,74	151.074,74	Transferências OE (FF311)	11.229.749,96	12.934.510,79	13.151.032,36
total	291.369,98	1.092.706,49	902.480,78	Despesas pessoal saldos (FF311)			
Apresentação de cações	131.010,21			Despesas pessoal saldos (FF310)	9.119.887,48	2.370.327,81	2.609.440,99
				Pag. c/ Receitas Próprias (FF310)	1.235.841,30	574.923,00	9.559,00
				Outras Fontes	15.575.478,74	15.679.756,60	15.769.832,41
Transferências OE (FF311)	11.456.460,00	12.984.479,00	13.175.432,00	total 01			
Receitas Próprias (FF310)	6.092.862,27	4.582.457,37	4.448.631,33	02 - Aquisição de Bens e Serviços			
total	17.549.322,27	17.566.936,37	17.624.063,33	Aquisição serviços (FF311)	51.832,55	3.379,07	223,00
				PIDDAC CETS/PROTEC			
				Aquisição bens serviços (FF417)	2.128.313,49	1.643.101,54	1.580.629,56
				Aquisição bens serviços RP (FF510)	2.180.306,84	1.666.488,61	1.580.892,54
				total 02			
Receitas PIDDAC				03 - Outros Encargos Financeiros (FF 510)	0,00	0,00	599,31
PIDDAC/Investimentos estrutur	262.499,00	131.250,00	0,00	Outras Fontes	0,00	0,00	51,20
FF 312 ESDRM (PIDDAC 6740)	0,00	0,00	0,00	total 03			
ESDRM (Cantina) (PIDDAC 6742)	0,00	0,00	0,00	04 - Transferências Correntes (FF310)	64.690,15	66.557,63	87.420,87
FF 540 Câmara Rio Major	0,00	0,00	0,00	Transf. correntes (FF480)	0,00	69.223,31	172.066,01
FF 413 - FEDER - Val. Terril	0,00	0,00	0,00	Transf. Correntes (Outras Fontes)	40.916,12	2.000,00	39.186,02
total	262.499,00	131.250,00	0,00	total 04	105.606,27	137.780,34	208.671,89
Receitas Outras F. de Financiame	2.143.302,80	738.995,92	716.877,18	06 - Out. Desp. Correntes (FF 510)	17.372,33	40.802,91	30.471,84
total	2.143.302,80	738.995,92	716.877,18	total 06	17.372,33	40.802,91	30.471,84
				07 - Aquisição de Bens de Capital			
				ESDRM (Edifício) (PIDDAC 6740)	252.759,55		
				ESDRM (Cantina) (PIDDAC 6742)	35.155,85		
				Furo ESAS (PIDDAC 7820)	108.529,05		
				Capital (FF510)	525.509,90	634.634,19	141.980,57
				capital fontes FF	87.434,05	467.080,15	
				total 07	923.954,35	772.662,34	689.640,72
				Despesas Outras F. Financiamento	393.288,99	372.505,25	492.434,81
				Total outras F. Financiamento	393.288,99	372.505,25	492.434,81
				Total Despesa	19.194.808,73	18.819.393,95	18.783.239,77
				Utilização de Cações			
				Saldo de Cações	151.074,74	151.074,74	32.613,88
				Saldo a transitar para 2014	941.631,75		
				Saldo a transitar para 2015		757.638,64	
				Saldo a transitar para 2016			319.117,60
				Total de Saldos a transitar	1.092.697,49	910.480,78	351.731,56
TOTAL RECEITAS	20.287.584,21	19.529.874,73	19.251.412,19	TOTAL	20.287.584,21	19.529.874,73	19.251.412,19

Fonte: Fluxos de Caixa relativos aos anos de 2013, 2014 e 2015

Execução da Receita

O presente relatório diz respeito à execução financeira do ano económico de 2015, porém, efetuou-se uma análise comparativa em relação aos dois últimos anos (2013 e 2014), anos em que o Instituto deu continuação à implementação das disposições previstas no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e, mercê das alterações do regime de autonomias, a afetação das dotações do Orçamento de Estado deixaram de ser feitas por Unidade Orgânica, com base na fórmula de financiamento prevista na Lei n.º 37/2010, de 18 de janeiro, passando a ser afetadas, quase na sua totalidade, ao pagamento de despesas de pessoal cujo controlo de processamento passou a ser efetuado no setor de Recursos Humanos dos Serviços Centrais deste Instituto.

Em 20 de agosto de 2013, pelo ofício do Secretário de Estado do Ensino Superior número 2226, foi comunicado a este Instituto a dotação inicial do Orçamento de Estado para 2014, no montante global (incluindo SAS) de 11 415 477,00€ (FF 311). Após a dedução das dotações afetadas aos SAS (461 000,00€), foi inscrita na proposta de orçamento a dotação de 10 954 477,00€. Aquando da aprovação pela Direção-Geral do Orçamento, verificou-se que o montante aprovado foi de 9 980 058,00€, registando uma diminuição de 9% em relação ao comunicado pelo ofício em referência. No quadro seguinte estão indicadas as dotações iniciais atribuídas a este Instituto através do Orçamento de Estado, o que demonstra uma incoerência entre as dotações iniciais atribuídas pela tutela e a execução efetiva representada pelas dotações finais. Esta situação passou a ser recorrente nos anos seguintes, uma vez que a atribuição das dotações iniciais pela tutela têm vindo a ser manifestamente insuficientes em relação às reais necessidades do Instituto, sendo ao longo do ano corrigidas através de reforços. Esta prática obriga, e por forma a cumprir a regra do equilíbrio orçamental, que os orçamentos, à partida, quando são inscritos no SOE, sejam logo deficitários, situação que tem vindo a ser reportada anualmente às diversas tutelas e que mais uma vez se repete em 2016.

Dotações do Orçamento de Estado 2010 a 2015						
Fonte de Financiamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dotação Inicial FF 311	14.896.123	13.112.549	10.356.173	10.500.691	9.980.058	10.997.311
Dot. Final FF 311	14.904.365	12.970.638	10.356.173	11.456.460	12.984.479	13.175.422
Cap. 50 do OE	1.200.000	4.669.832	1.941.500	300.000		150.000
Totals	16.104.365	17.640.470	12.297.673	11.756.460,00	12.984.479	13.325.422

a) cativação no OE de 141 908,84 € em 2011

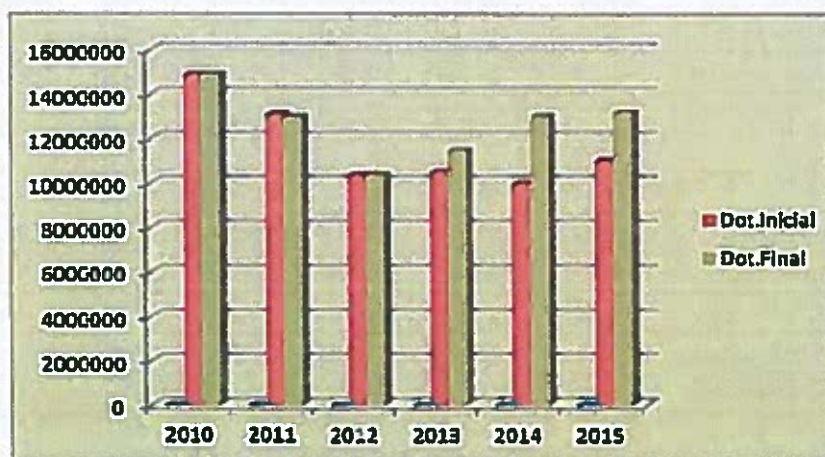
b) cativação no PIDDAC de 250 000,00 € em 2011. c) cativação no PIDDAC de 37 500€ em 2013.

c) Em 2014 a verba 150000 foi atribuída com a designação "Investimentos " (FF 311).

Em 2014 houve uma cativação de 17,500€ na rubrica de Investimentos.

As dotações do OE transferidas para funcionamento, no período de 2010 a 2015, fonte de financiamento 311 (OE), apresentam uma diminuição de 22%. Tendo em consideração que o OE dá para fazer face a 80% dos vencimentos dos trabalhadores deste Instituto, é notória a oscilação das execuções orçamentais, desde 2011, mercê dos cortes que têm vindo a ser efetuados nos salários dos trabalhadores da administração pública. O financiamento através do capítulo 50º. / PIDDAC reflete a cronologia da construção do Edifício de Rio Maior, tendo terminado o financiamento desta fonte, em 2013, com a conclusão do Edifício daquela Escola.

Evolução Dotações OE



Evolução da Despesa Financiada pelo OE (FF 311) e Receitas Próprias (FF 510)

O quadro seguinte apresenta a despesa efetuada nas duas grandes fontes de financiamento deste Instituto, dotações do OE (FF311) e Receitas Próprias (FF 510), que englobam cerca de 95% da receita e despesa.

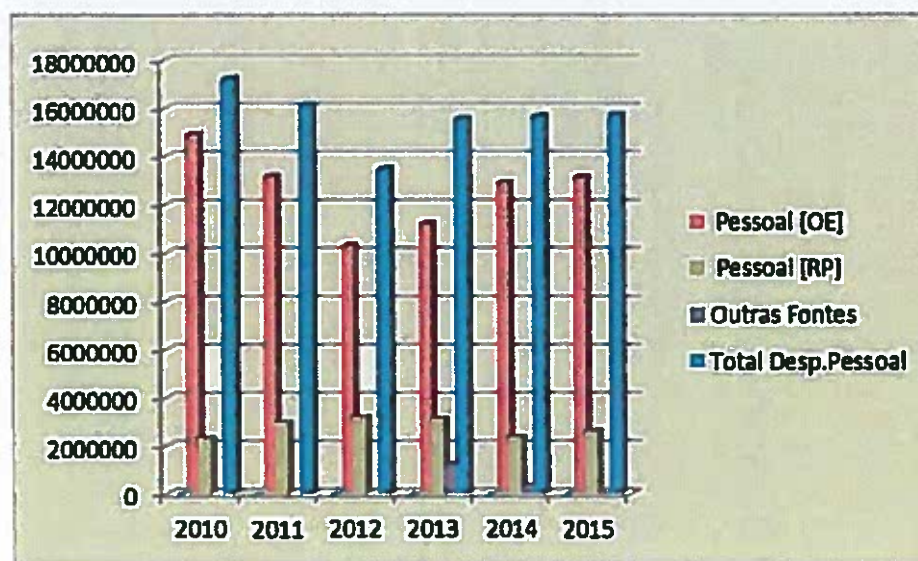
Nestas duas fontes, é notória o esforço de redução da despesa que tem vindo a ser feito desde 2010. Esta redução em 2015, em relação à despesa de pessoal em 2010, é de aproximadamente 12%, passando-se de uma despesa total de 17 253 milhões de euro para 15 759 milhões de euros.

Despesa Financiada pelo OE (FF 311) e Receitas Próprias (FF 510) (2010-2015)

(Unidade: Euro)

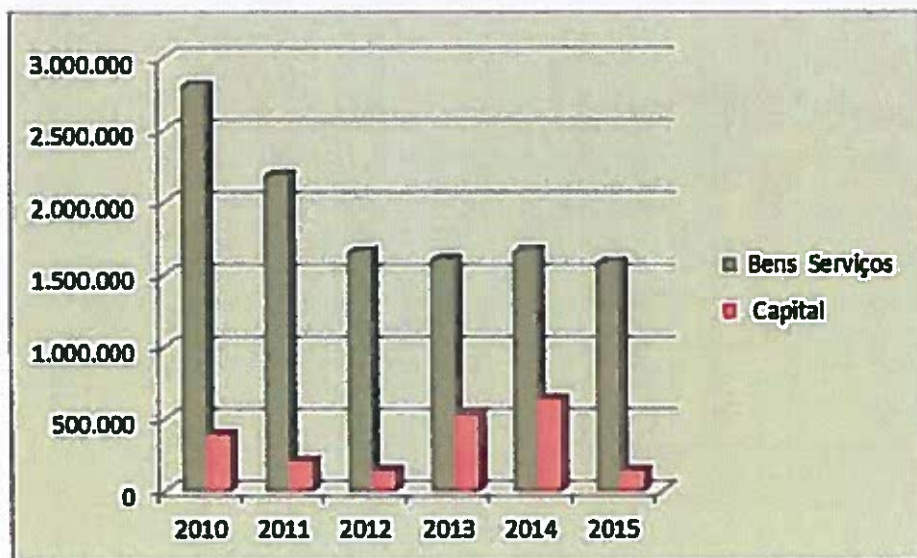
Despesa	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal [OE]	14.935.504	13.196.415	10.316.384	11.229.750	12.934.511	13.151.032
Bens Serviços[OE]	34.799	14.051	14.999	0	3.379	223
Capital (OE)	0	0,00	0	0	0	0
Transf. Correntes (OE)	0	6.875	21.325	0	0	0
Total [FF311]	14.970.303	13.217.342	10.352.708	11.229.750	12.937.890	13.151.255
Pessoal [RP]	2.317.601	2.957.158	3.185.562	3.119.887	2.370.322	2.608.440
Bens Serviços [RP]	2.807.552	2.186.156	1.655.572	1.602.804	1.663.102	1.580.669
Bens de Capital (RP)	387.535	206.464	141.864	525.510	634.634	141.980
Transf. Correntes (RP)	95.894	44.168	26.972	64.690	66.557	87.420
Outras Des. Correntes	37.134	14.465	22.283	17.372	39.527	30.471
Total [FF510]	5.645.716	5.408.412	5.032.254	5.330.263	4.774.142	4.448.980
Pessoal	17.253.105	16.153.573	13.501.945	14.349.637	15.304.833	15.759.472
Bens Serviços	2.842.351	2.200.207	1.670.572	1.602.804	1.666.481	1.580.892
Bens de Capital	387.535	206.464	141.864	525.510	634.634	141.980
Transf. Correntes	95.894	51.044	48.297	64.690	66.557	87.420
Outras Des. Corrente	37.134	21.341	43.608	17.372	39.527	30.471
Total (FF311+510)	20.616.019	18.632.629	15.406.287	16.560.013	17.712.032	17.600.235

Evolução da Despesa de Pessoal por Fonte Financiamento



As despesas com pessoal representaram, em 2015, cerca de 84% da despesa total deste Instituto. As dotações do OE (FF 311) têm vindo, na sua quase totalidade, a ser aplicadas em despesas com pessoal. Verifica-se, assim, que ao longo destes cinco anos, devido às reduções das dotações do OE, e para conseguir assegurar a manutenção dos efetivos necessários à prossecução da missão deste Instituto, as despesas de pessoal têm vindo a ser pagas, através de uma maior afetação à fonte de financiamento RP (510). Esta situação teve como resultado um corte nas despesas com aquisição de bens e serviços na fonte (RP 510) em cerca de 59%, entre 2010 e 2015, passando-se, respetivamente, do montante de 2 842 milhões de euros para 1 580 milhões de euros.

**Evolução da Despesas Bens e Serviços e Capital
Fonte de Financiamento - Receitas Próprias**



Nos anos de 2013 e 2014 o IPSantarém canalizou parte das suas receitas próprias para aquisição de Bens de Capital, sobretudo para compra de equipamento para a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, nos montantes, respetivamente de 525 509,00 € e 634 634,00€. Estes investimentos complementaram os financiamentos feitos através do PIDDAC que terminaram em 2013.

Análise da Evolução das Receitas Próprias

Evolução das Receitas Próprias (FF 510)

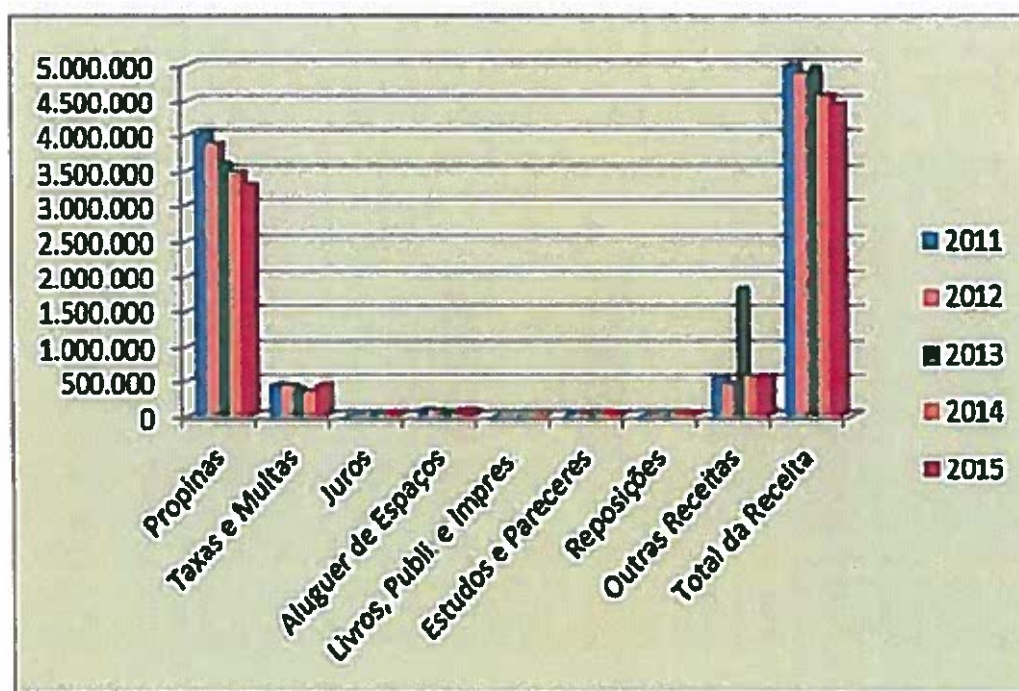
Evolução das Receitas Próprias						
Fonte de Financiamento	Tipo de Receitas	2011	2012	2013	2014	2015
FF510	Propinas	4.012.873	3.877.477	3.630.926	3.483.243	3.298.944
	Taxas e Multas	439.394,43	425.539,20	412.236	353.404	440.298
	Juros	3.745,90	2.796,53	24.030	14.653	20.386
	Aluguer de Espaços	88.857,69	84.124,56	64.326	78.722	84.912
	Livros, Publi. e Impre	765,43	85,00	10	1.970	1.341
	Estudos e Pareceres	18.798,00	38.248,59	3.468	34.035	26.900
	Reposições	4.458,40	3.835,68	17.401	56.343	19.149
	Outras Receitas	544.182,18	443.806,94	1.276.333	560.083	556.700
	Total da Receita	5.113.075	4.875.913,54	5.428.730	4.582.452	4.448.630

No ano de 2013, foi retificado o total da receita no montante de 6002862€ para 5428730€ uma vez que a diferença relativa a receita extraordinária foi contabilizada em Outras Fontes de Financiamento

Desde 2011 as receitas próprias deste Instituto têm vindo a diminuir. Esta diminuição gradual acentua-se na sua principal fonte de receita própria (propinas) que, entre 2011 e 2015, diminuiu 713 929,00€, cerca de 18 %.

Para uma melhor perceção da composição da receita esta foi desagregada pelas principais rubricas. A receita das propinas representa nos últimos cinco anos, em média, 73 % da receita total. Esta descida da receita das propinas, para além da diminuição de alunos, revela também, e principalmente a partir de 2012, os efeitos da grande crise económica e social que o país tem vindo a atravessar tendo como reflexo o abandono escolar dos estudantes e o respetivo não pagamento das propinas (um estudo, relativo ao ano letivo de 2013/2014, revela que cerca de 600 alunos abandonaram nesse ano as Escolas deste Instituto).

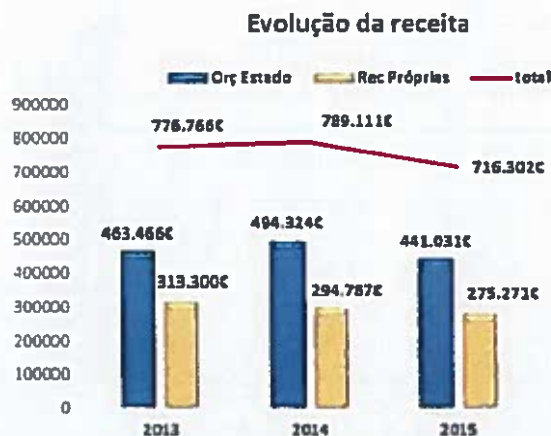
Evolução das Principais Receitas Próprias



A segunda rubrica de receita mais significativa corresponde a Taxas e Multas que decorre, igualmente, da atividade dos setores académicos das cinco Escolas deste Instituto e que ao longo dos cinco anos se tem mantido sem grandes variações. Outras receitas derivam de atividades complementares do IPSantarém, como sejam o aluguer de auditórios, elaboração de estudos e pareceres, etc.

Serviços de Ação Social

Relativamente à execução orçamental nos SASIPS verifica-se uma trajetória descendente da receita como se verifica pelo gráfico seguinte.



Apresenta-se, agora, uma análise sucinta da evolução financeira dos SASIPS nos anos referidos.

Saldos transitados da gestão anterior	2013	2014	2015
Orçamento de Estado	211.963	15.181	17.121
Receitas Próprias	311.212	3.495	44.179
PIDDAC	39.507	39.507	0
Subtotal	562.682	58.183	61.300
Orçamento anual	2013	2014	2015
Orçamento de Estado	463.466	494.324	441.031
Receitas Próprias cobradas	313.300	294.782	275.271
PIDDAC	0	0	0
Subtotal	776.766	789.106	716.302
TOTAL	1.339.448	847.289	777.602

(em euros)

Quanto à despesa verifica-se que a maior “fatia” das transferências da Fonte de Financiamento 311 (OE) encontra-se maioritariamente e sistematicamente afeta a despesas com o pessoal, 86% em 2014, pelo que as outras despesas correntes tiveram de ser, maioritariamente, financiadas pela Fonte de Financiamento 510 – Receltas próprias.

A execução da despesa por setor de atividade é a seguinte:



Execução financeira consolidada (IPS e SASIPS)

A execução financeira consolidada do Grupo IPSantarem é a que consta do mapa seguinte.

2.1 - Execução Financeira							
2015 - Consolidação IPSantarem e SAS							
(Unidade: Euro)							
Quadro 1º Execução Financeira do IPS e SAS em 2015							
Recargas	SAS	IPS	Total Consolidado	Despesas	SAS	IPS	Total Consolidado
Saldo Transfido Gerência Anterior	61.298,92 €	759.406,04 €	820.704,96 €	02 - Despesas com Pessoal			
Cauções Transfidas/Operações	40.233,50 €	151.074,74 €	191.308,24 €	Transferências OE (FF 311)	363.137,29 €	10.151.031,36 €	10.514.168,65 €
Tesouraria				Despesas Pessoal Saldo (FF 311)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	101.532,42 €	910.480,78 €	1.011.913,20 €	Despesas Pessoal Saldo (FF 510)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Apresentação de				Pagos com Recargas Próprias (FF 510)	13.059,11 €	2.608.440,99 €	2.621.500,10 €
Cauções/Operações Tesouraria	67.133,96 €	0,00 €	67.133,96 €	Outras Fontes	0,00 €	9.539,08 €	9.539,08 €
				Total 02	376.196,40 €	10.160.571,41 €	10.536.767,83 €
Transferências OE (FF 311)	441.031,00 €	13.173.427,00 €	13.614.458,00 €	03 - Aquisição Bens e Serviços			
Recargas Próprias (FF 510)	270.777,13 €	4.448.632,73 €	4.719.409,86 €	Aquisição Bens e Serviços (FF 311)	77.313,01 €	213,00 €	77.526,01 €
Total	711.808,13 €	17.622.059,73 €	18.333.867,86 €	PIDDAC CETS/PROTEC	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Aquisição Bens e Serviços (FF 412)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Aquisição Bens e Serviços RP (FF 510)	139.314,06 €	1.583.458,49 €	1.722.772,55 €
				Total 03	216.627,07 €	1.583.671,49 €	1.800.298,56 €
Recargas PIDDAC				04 - Juros e Outras Encargos			
EX-PIDDAC/Investimentos Estruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Outras Encargos Financeiros (FF 510)	2.274,87 €	599,31 €	2.874,18 €
FF 312 ESDRM (PIDDAC 6740)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Outras Fontes	0,00 €	55,20 €	55,20 €
ESDRM (Continua) (PIDDAC 6742)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Total 04	2.274,87 €	654,51 €	2.929,38 €
FF 540 Clima e Risco Maior	0,00 €	0,00 €	0,00 €	05 - Transferências Correntes			
FF 413 - FEDER - Val. Term.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Transferências Correntes (FF 510)	12.344,59 €	87.420,87 €	99.765,46 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Transferências Correntes (FF 480)	0,00 €	172.066,01 €	172.066,01 €
				Transferências Correntes (Outras FF)	1.439,40 €	38.186,02 €	39.625,42 €
				Total 05	13.783,99 €	215.672,90 €	229.456,89 €
Recargas Outras Fontes Financiadas	3.734,36 €	716.877,18 €	720.611,54 €	06 - Outras Despesas Correntes			
Total Outras FF	3.734,36 €	716.877,18 €	720.611,54 €	Outras Despesas Correntes (FF 510)	4.121,34 €	20.471,84 €	24.593,18 €
				Total 06	4.121,34 €	20.471,84 €	24.593,18 €
				07 - Aquisição Bens Capital			
				ESDRM (Edifício) (PIDDAC 6740)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				ESDRM (Edifício) (PIDDAC 6742)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Forn. ESAS (PIDDAC 7020)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				Capital (FF 510)	41.070,92 €	141.980,57 €	183.051,49 €
				Capital (Outras FF)	47.923,90 €	467.080,15 €	514.904,05 €
				Total 07	88.994,82 €	609.060,72 €	698.055,54 €
				Despesas Outras Fontes Financiadas	0,00 €	491.846,61 €	491.846,61 €
				Total Outras FF	0,00 €	491.846,61 €	491.846,61 €
				TOTAL DESPESAS	722.608,69 €	10.764.243,50 €	11.486.852,19 €
				Entrega Cauções/Operações Tesouraria	60.951,69 €	218.460,86 €	279.412,55 €
				Saldo a Transferir			
				Saldo de Cauções/Operações de Tesouraria	46.415,85 €	32.613,88 €	79.029,73 €
				Total de Saldo a Transferir	54.842,52 €	319.874,74 €	374.717,26 €
TOTAL RECEITA	804.306,95 €	19.261.412,29 €	20.065.719,24 €	TOTAL	804.306,95 €	19.261.412,29 €	20.065.719,24 €

7.2 Situação patrimonial e financeira

7.2.1 Síntese das contas consolidadas

Com esta parte, o presente relatório de gestão e contas consolidado referente ao exercício de 2015, do Grupo Público IPSantarém, analisa o desempenho em termos económicos e financeiros.

Apresenta-se de seguida uma síntese do balanço e da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação.

Síntese do balanço por entidade incluída na consolidação						
unidade: euros						
Balanço	IPSant.2015	IPSant.2014	SAS.2015	SAS.2014	Total consolidado 2015	Total consolidado 2014
Ativo líquido						
Imobilizações incorpóreas	7.387	7.387	0	0	7.387	7.387
Imobilizações corpóreas	35.950.459	31.142.935	4.699.877	4.722.453	40.650.336	35.865.388
Investimentos financeiros	29.007	29.007	0	0	29.007	29.007
Existências		0	0	0	0	0
Dívidas de terceiros - curto prazo	2.141.900	835.343	32.813	55.490	2.174.713	890.833
Dep. Instituições financeiras e caixa	351.732	910.481	102.018	101.533	453.750	1.012.013
Acréscimos e diferimentos	12.882	13.315	9.733	1.664	22.615	14.979
Total do ativo	38.493.367	32.938.468	4.844.441	4.881.139	43.337.808	37.819.607
Fundos próprios e passivo						
Fundos Próprios	28.430.619	28.430.619	3.650.796	3.650.796	32.081.415	32.081.415
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultados transitados	7.263.660	3.579.609	1.146.470	1.162.134	8.410.130	4.741.744
Resultado líquido do exercício	-1.448.481	-1.583.720	-55.824	-19.303	-1.504.305	-1.603.023
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	0	0	0
Dívidas a terceiros - curto prazo	32.614	151.075	46.671	40.900	79.285	191.975
Acréscimos e diferimentos	4.214.955	2.360.884	56.328	46.611	4.271.283	2.407.496
Total dos fundos próprios e passivo	38.493.367	32.938.468	4.844.441	4.881.139	43.337.808	37.819.607

Síntese da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação

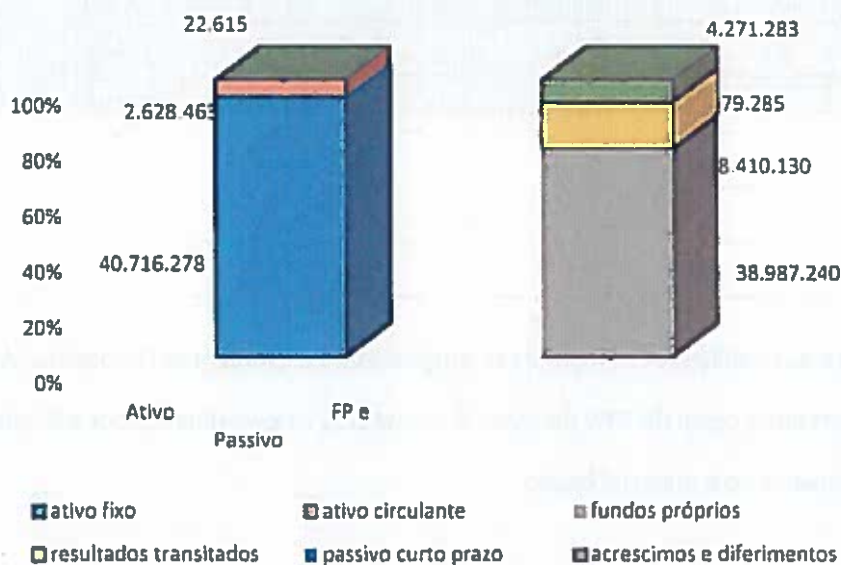
Demonstração de Resultados	IP Sant. 2015	IP Sant. 2014	SAS 2015	SAS 2014	Anulações 2015	Anulações 2014	Total Consolidado 2015	Total Consolidado 2014
Custos e perdas							-	-
Mercadorias		-	1.173	-			1.173	-
Fornecimentos e serviços externos	2.052.132	2.023.162	237.878	264.213	759	937	2.289.251	2.286.438
Custos com pessoal	15.641.306	16.599.002	394.235	423.598		-	16.035.541	17.022.600
Transferências correntes	267.208	109.429	489	-		-	267.697	109.429
Amortizações	901.908	842.448	112.280	115.816			1.014.188	958.264
Provisões	872.206	38.974	22.706	-		-	894.912	38.974
Outros custos operacionais	22.266	29.217	5.084	5.499		-	27.350	34.715
Custos e perdas financeiros	8.834	9.692	1.905	2.080		-	10.739	11.772
Custos e perdas extraordinários	1.547.674	607.086	3.607	275		-	1.551.281	607.361
Total dos custos e perdas	21.313.534	20.259.009	779.357	811.481	759	937	22.092.132	21.069.553
Proveitos e ganhos								
Vendas e prestações de serviços	315.207	380.948	236.718	256.780	759	937	551.166	636.791
Impostos e taxas	4.569.571	4.128.356	1.400	1.385		-	4.570.971	4.129.741
Proveitos suplementares	138.330	119.298	36.604	38.314		-	174.934	157.611
Transferências correntes e Outras	14.083.828	13.789.433	444.765	494.324		-	14.528.593	14.283.757
Outros proveitos operacionais	0	0	-	-		-	-	-
Proveitos e ganhos financeiros	0	0	-	-		-	-	-
Proveitos e ganhos extraordinários	758.115	257.254	4.046	1.376		-	762.161	258.630
Total dos proveitos e ganhos	19.865.051	18.675.289	723.533	792.178	759	937	20.587.825	19.466.530
Result. Operacionais	-650.090	-1.224.196	-54.358	-18.323		-	-704.448	-1.242.520
Result. Financeiros	-8.834	-9.692	-1.905	-2.080		-	-10.739	-11.772
Result. Extraordinários	-789.559	-349.832	439	1.100		-	-789.120	-348.731
Resultados Líquidos								
Exercício	-1.448.483	-1.583.720	-55.824	-19.303		-	1.504.305	-1.603.023

7.2.2 Balanço consolidado

A análise ao balanço do Grupo IPSantarém à data de 31 de dezembro de 2015, permite concluir que o ativo líquido ascende a 43 337 808€. Está suportado por um Património no montante de 32.081 415€ e Fundos Próprios de 38 987 240€, o que representa uma adequada autonomia financeira.

O passivo, constituído por dívidas a terceiros a curto prazo e acréscimos de custos representa cerca de 10% do total do balanço, sendo que os acréscimos de custos e proveitos diferidos no valor de 4 271 283€, atingiram cerca de 10% do balanço.

Estrutura do Balanço Consolidado



Estrutura do ativo líquido

O quadro seguinte mostra-nos os valores das várias componentes do ativo líquido no ano de 2015, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2014.

O ativo líquido ascendeu a 43 337 808€, o que representa um acréscimo de cerca de 14,5% em relação a 2014, motivado essencialmente pelo incremento das imobilizações corpóreas. Verifica-se ainda um aumento de dívidas de terceiros e diminuição das disponibilidades.

Composição do ativo líquido					
Ativo líquido	2015		2014		Δ 2015/2014 Valor
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Imobilizações incorpóreas	7.387	0,02%	7.387	0,02%	0
Imobilizações corpóreas	40.650.336	93,82%	35.865.388	94,83%	4.784.948
Investimentos financeiros	29.007	0,07%	29.007	0,08%	0
Existências	0	0,00%	0	0,00%	0
Dívidas de terceiros - curto prazo	2.174.713	5,02%	890.833	2,36%	1.283.880
Depósitos em instituições financeiras e caixa	453.750	1,05%	1.012.013	2,68%	-558.263
Acréscimos e diferimentos	22.615	0,05%	14.978	0,04%	7.637
TOTAL	43.337.808	100,00%	37.819.606	100,00%	5.518.202

Ativo fixo

O ativo fixo integra as imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros. Ascendeu a 40 686 730€ e representa cerca de 94% do ativo. É constituído essencialmente por edifícios e outras construções e equipamento e material básico.

Ativo circulante

O ativo circulante totaliza 2 628 463€ (Dívidas de Terceiros e Depósitos em Instituições financeiras e Caixa) correspondente a cerca de 6% do ativo total. Traduz um aumento relativamente ao ano de 2014 em resultado do acréscimo de dívidas de terceiros, a curto prazo, devido a ter-se iniciado em 2015 a integração no balanço das dívidas de propinas no início do ano letivo e não no momento em que ocorre o recebimento.

Estrutura dos fundos próprios e passivo

O quadro seguinte evidencia os valores das várias rubricas dos fundos próprios e passivo, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano anterior.

Composição dos fundos próprios e passivos

Fundos próprios e passivos	2015		2014		Δ 2015/2014
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	valor
Património	32.081.415	74,03%	32.081.415	84,83%	-
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-
Resultados transitados	8.410.130	19,41%	4.741.744	12,54%	3.668.386
Resultado líquido do exercício	1.504.305	-3,47%	1.603.023	-4,24%	98.718
Total de fundos próprios	38.987.240	89,96%	35.220.136	93,13%	3.767.104
Provisões para riscos e encargos	-	0,00%	-	0,00%	-
Dívidas a terceiros - curto prazo	79.285	0,18%	191.975	0,51%	- 112.690
Acréscimos e diferimentos	4.271.283	9,86%	2.407.496	6,37%	1.863.787
Total do passivo	4.350.568	10,04%	2.599.471	6,87%	1.751.097
TOTAL	43.337.808	100,00%	37.819.607	100,00%	5.518.201

Fundos próprios

Em 2015, os fundos próprios atingiram o montante de 38 987 240€, representando um acréscimo de cerca de 11% relativamente ao ano de 2014, essencialmente de regularizações dos valores do imobilizado por contrapartida de Resultados Transitados por terem sido detetados erros de exercícios anteriores.

Passivo

O passivo ascendeu a 4 350 568€, tendo registado um aumento de 1 751 097€ (67,3%) relativamente a 2014. Esta variação deveu-se essencialmente ao aumento dos acréscimos e diferimentos designadamente dos proventos diferidos relacionados com propinas.

7.2.3 Demonstração de resultados consolidados

O resultado líquido do exercício consolidado do Grupo, em 2015 foi negativo e cifrou-se em - 1504 305€, verificando-se uma melhoria face ao resultado obtido no ano anterior (-1603 023€).

Resumo da Demonstração de Resultados

unidade: euros

Resultados	2015	2014
R. Operacionais	-704.447	-1.242.520
R. Financeiros	-10.738	-11.772
R. Extraordinários	-789.120	-348.731
R. Líquidos	-1.504.305	-1.603.023

Estrutura de custos e perdas

A evolução da estrutura de custos e perdas consolidadas entre 2015 e 2014 está representada no quadro seguinte. Constatase que existiu um aumento global de custos em 2015, na ordem de 1 000 000€, uma vez que a diminuição de custos com pessoal foi superada pelo aumento de provisões e dos custos extraordinários.

Estrutura de custos e perdas						
Custos e Perdas	2015		2014		Δ 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	valor	%
Custo mercadorias vend	1.173	0,01%	-	0,00%	1.173	0,00%
matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços	2.289.250	10,36%	2.286.438	10,85%	2.812	0,12%
externos						
Transferências correntes	267.697	1,21%	109.429	0,52%	158.268	144,63%
conc prestações sociais						
Custos com pessoal	16.035.540	72,58%	17.022.600	80,79%	- 987.060	-5,80%
Outros custos e perdas	27.350	0,12%	-	0,00%	27.350	0,00%
operacionais						
Amortizações e provisões	1.909.099	8,64%	958.263	4,55%	950.836	99,22%
do exercício						
Total dos custos	20.530.109	92,93%	20.376.730	96,71%	153.379	0,75%
operacionais						
Custos e perdas	10.738	0,05%	11.772	0,06%	- 1.034	-8,78%
financeiros						
Total dos custos financeiros	10.738	0,05%	11.772	0,06%	- 1.034	-8,78%
Custos e perdas	1.551.281	7,02%	607.361	2,88%	943.920	155,41%
extraordinários						
Total dos custos e perdas	1.551.281	7,02%	607.361	2,88%	943.920	155,41%
extraordinárias						
TOTAL	22.092.122	100,00%	21.069.533	100,00%	1.022.579	4,85%

Estrutura de proveitos e ganhos

Estrutura de proveitos e ganhos

Proveitos e ganhos	2015		2014		A 2015/2014	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	551.166	2,68%	616.791	3,27%	-65.625	-10,48%
Impostos e taxas	4.570.971	22,20%	4.129.741	21,21%	441.230	10,68%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Proveitos suplementares	174.934	0,85%	157.611	0,81%	17.323	11%
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.528.594	70,57%	14.283.757	73,38%	244.837	1,71%
Total dos proveitos operacionais	19.825.665	96,30%	19.207.900	98,67%	617.765	3,22%
Proveitos e ganhos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total dos proveitos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Proveitos e ganhos extraordinários	762.161	3,70%	258.629	1,33%	503.532	194,69%
Total proveitos e ganhos extraordinários	762.161	3,70%	258.629	1,33%	503.532	194,69%
TOTAL	20.587.826	100,00%	19.466.529	100,00%	1.121.297	5,76%

Os proveitos e ganhos atingiram um montante global de 20 587 826€, o que representa um aumento na ordem de 1 121.297€, correspondente a 5,76% em termos relativos.

Esta variação explica-se pelo aumento das receitas de taxas, das transferências correntes e subsídios obtidos e proveitos e ganhos extraordinários.

7.3 Conclusão

Analisada a situação orçamental e económico-financeira do Grupo IPSantarém em 2015, torna-se importante realçar os seguintes aspetos:

- Esforço desenvolvido na racionalização e contenção da despesa;
- Desenvolvimento de estratégias para aumento das receitas próprias;
- Cumprimento rigoroso dos orçamentos, da regra do equilíbrio orçamental e da unidade de tesouraria;
- Cumprimento da lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- Embora se tenha dado cumprimento às disposições da Lei n.º 7/2010, 13 de maio (ECPDESP), verificou-se uma diminuição das despesas com pessoal em termos de consolidação;
- Propõe-se que os resultados do exercício transitem para a conta de Resultados Transitados.

Santarém, 23 de junho de 2016

O Conselho de Gestão,


Jorge Alberto G. Justino
Presidente

Página 59 de 60


Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

ANEXOS

- **Balanco Consolidado**
- **Demonstrações de resultados consolidadas**
- **Notas ao balanço e demonstração de resultados**
- **Fluxos de caixa consolidados**

Código das Contas POC-Educação	ACTIVO	Exercícios				Unidade monetária Euro
		2015		2014		
		AB	AP	AL	AL	
	Imobilizado					
	Bens de domínio público					
451	Terrenos e recursos naturais		0	0	0	0
452	Edifícios		0	0	0	0
453	Outras construções e infra-estruturas		0	0	0	0
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar		0	0	0	0
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		0	0	0	0
459	Outros bens de domínio público		0	0	0	0
445	Imobilizações em Curso - Bens de Domínio Público		0	0	0	0
446	Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público		0	0	0	0
			0	0	0	0
	Imobilizações incorpóreas					
431	Despesas de Instalação		0	0	0	0
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento		0	0	0	0
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	7.386,99		0	7.386,99	7.386,99
443	Imobilizações em Curso - Imobilizações Incorpóreas	0		0	0	0
449	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0		0	0	0
		7.386,99		0	7.386,99	7.386,99
	Imobilizações corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais	1.969.310,72	4,53	1.969.306,19	1.969.310,72	
422	Edifícios e Outras Construções	41.238.182,75	4.715.294,99	36.522.887,76	31.429.657,71	
423	Equipamento e Material Básico	7.281.763,16	5.548.902,15	1.732.861,01	1.901.011,25	
424	Equipamento de Transporte	450.595,86	410.784,52	39.811,34	46.063,09	
425	Ferramentas e Utensílios	108.948,21	84.539,95	24.408,26	21.211,05	
426	Equipamento Administrativo	4.346.749,11	4.134.014,46	212.734,65	336.260,82	
427	Taras e Vasilhames	0,00	0,00	0,00	0,00	
429	Outras Imobilizações Corpóreas	503.417,72	355.090,46	148.327,26	161.873,54	
442	Imobilizações em Curso - Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	
448	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	
		55.898.967,53	15.248.631,06	40.650.336,47	35.865.388,18	
	Investimentos financeiros					
411	Partes de Capital	29.007,00		0	29.007,00	29.007,00
412	Obrigações e títulos de participação	0		0	0,00	0
414	Investimentos em Imóveis	0		0	0,00	0
415	Outras aplicações financeiras	0		0	0,00	0
441	Imobilizações em Curso - Investimentos Financeiros	0		0	0,00	0
447	Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	0		0	0,00	0
		29.007,00		0,00	29.007,00	29.007,00
	Circulante					
	Existências					
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo		0	0	0	0
35	Produtos e trabalhos em curso		0	0	0	0
	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0	0	0	0
34			0	0	0	0
33	Produtos acabados e intermédios		0	0	0	0
32	Mercadorias		0	0	0	0

37	Adiantamentos por conta de compras	0	0	0	0
		0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
		0	0	0	0
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
2911	De curto prazo	0	0	0	0
211	Clientes c/c	47.834,27	0,00	47.834,27	53.869,66
212	Alunos c/c	1.883.434,67	0	1.883.434,67	505.235,43
213	Utentes, c/c	100.632,73	0,00	100.632,73	119.893,78
214	Clientes, Alunos e Utentes - Tit. receber	0	0	0	0
	Clientes, Alunos e Utentes - Cobrança				
218	Dúvidosa	959.769,14	894.911,60	64.857,54	174.131,37
229	Adiantamentos a Fornecedores	0	0	0	0
24	Estado e Outros Entes Públicos	61.453,48	0	61.453,48	19.966,22
26	Outros Devedores e Credores	11.500,00	0	11.500,00	12.786,35
		3.069.624,29	894.911,60	2.174.712,69	890.932,81
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0	0	0	0
152	Obrigações e Títulos de Participação	0	0	0	0
153	Títulos de Dívida Pública	0	0	0	0
159	Outros Títulos	0	0	0	0
18	Outras Aplicações de Tesouraria	0	0	0	0
		0	0	0	0
	Depósitos em Instituições financeiras e caixa				
13	Conta no Tesouro	369.569,60	0,00	369.569,60	820.872,52
12	Depósitos em Instituições Financeiras	83.060,29	0,00	83.060,29	177.844,40
11	Caixa	1.119,71	0,00	1.119,71	13.296,36
		453.749,60	0,00	453.749,60	1.012.013,28
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de Proventos	6.823,33	0	6.823,33	0
272	Custos Diferidos	15.792,43	0,00	15.792,43	14.978,33
		22.615,76	0,00	22.615,76	14.978,33
	Total de amortizações		15.248.631,06		
	Total de provisões		894.911,60		
	Total de activo	59.481.351,17		43.337.808,51	37.819.606,59

Unidade monetária Euro

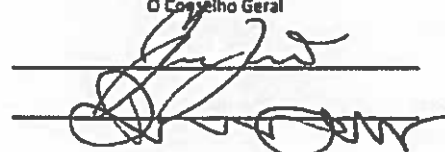
Código das Contas POC-Educação	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
	Fundos próprios		
51	Património	32.081.415,28	32.081.415,28
	Ajustes de partes de capital em empresas ou entidades	0,00	0,00
55		0,00	0,00
56	Reservas de Reavaliação	32.081.415,28	32.081.415,28
	Reservas		
571	Reservas Legais	0	0
572	Reservas estatutárias	0	0
573	Reservas contratuais	0	0
574	Reservas livres	0	0
575	Subsídios	0	0
576	Doações	0	0
	Reservas Decorrentes da Transferência de		
577	Activos	0	0
		0	0
59	Resultados Transitados	8.410.130,13	4.741.743,62
88	Resultado Líquido do Exercício	-1.504.305,25	-1.603.023,04
		6.905.824,88	3.138.720,58
	Passivo		
29	Provisões	0	0
		0	0
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		

92
Deu

219	Adiantamentos de Clientes, Alunos e Utentes	0	0
221	Fornecedores c/c	0	0
	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	0	0
228	Não titulados	0	0
23112	Estado e Outros Entes Públicos	1006,51	1417,8
24	Outros Devedores e Credores	78 278,68	190.557,27
26	Fornecedores de Imobilizado c/c CP (curto prazo)	0	0
26111	Fornecedores de Imobilizado - Títulos a pagar - CP	0	0
26121	Adiantamentos por Conta de Vendas	0	0
269		79.285,29	191.975,07
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	2.252.691,06	2.407.495,66
274	Proveitos Diferidos	2.018 592,00	0,00
		4 271.283,06	2.407.495,66
	Total de fundos próprios e do passivo	43 337.808,51	37.819.606,59

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho Geral



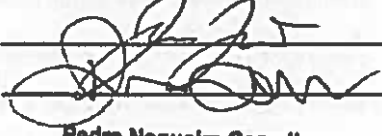
Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

		Unidade monetária Euro			
Custos e Perdas		Exercícios			
		2015	2014		
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0
			0		0
	Mercadorias	1173,42	0	0	0
			0		0
	Matérias	0	0	0	0
			0		0
62	Fornecimentos e Serviços Externos	2 289 250,55		2 286 438,09	0
	Custos com o pessoal		0		0
641+642	Renumerações	13.079.487,16	0	13 728.850,41	0
			0		0
643 a 648	Encargos sociais	2.956.053,54	18 325 964,67	3 293 749,84	19 309.038,34
			0		0
63	Transferências Correntes Concedidas e Prestações Sociais	267.696,66	267 696,66	109 428,91	109.428,91
			18 593.661,33		19.418 467,25
66	Amortizações do Exercício	1.014.187,81		958 263,63	
					0
67	Provisões do Exercício	894.911,60	1 909.099,41	38 973,89	997 237,52
					0
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	27.350,67	27.350,67	34.715,26	34 715,26
	(A)		20 530 111,41		20.450.420,03
68	Custos e Perdas Financeiros	10.738,44	10 738,44	11.771,94	11 771,94
	(C)		20.540.849,85		20.462 191,97
69	Custos e Perdas Extraordinários	1 551 281,09	1 551 281,09	607.360,94	607 360,94
	(E)		22 092.130,94		21.069.552,91
88	Resultado Líquido do Exercício	-1.504 305,25	-1 504 305,25	-1.603.023,04	-1 603.023,04
			20 587.825,69		19.466 529,87

Proveitos e ganhos		Exercícios		2014	
		2015			
71	Vendas e Prestações de Serviços	0	0	0	0
		0			
			0		0
711	Vendas	123.675,25	0,00	131.959,33	0
		0			
			0		0
712, 713	Prestações de Serviços	427.489,35	551.165,60	504.831,73	635.791,11
		0			
			0		0
72	Impostos e Taxas	4.570.970,54	4.570.970,54	4.129.740,37	4.129.740,37
	Variação da produção	0			
			0		0
75	Trabalhos para a própria empresa	0	0	0,00	0
		0			
			0		0
73	Proveitos Suplementares	174.934,46	174.934,46	157.611,37	157.611,37
		0			
			0		0
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	0	0	0	0
		0			
			0		0
741	Transferências - Tesouro	0	0	0	0
		0			
			0		0
742, 743, ...	Outras	14.528.593,85	14.528.593,85	14.283.756,90	14.283.756,90
		0			
			0		0
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	19.274.498,85	0,00	18.571.109,14
		0			
	(B) outras operações correntes		19.825.664,45	0,00	19.207.900,25
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0,00	0,00	0,00
		0			
	(D) outras operações financeiras		19.825.664,45	0,00	19.207.900,25
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	762.161,24	762.161,24	258.629,62	258.629,62
		0			
	(F) outras operações extraordinárias		20.587.825,69	0,00	19.466.529,87
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-704.446,96			-1.242.519,78
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		-10.738,44			-11.771,94
Resultados correntes: (D) - (C) =		-715.185,40			-1.254.291,72
Resultado líquido do exercício: (F) - (E) =		-1.504.305,25			-1.603.023,04

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão


Pedro Nogueira Carvalho
Administrador



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 - Não existiram casos em que as disposições do POC tenham sido revogadas. No entanto, e na sequência da implementação do interface do SIGARRA- Epublica (académicos- financeira), os valores das dívidas das propinas passaram a constar das demonstrações financeiras. Foram feitos alguns acertos nos valores de aquisições dos Bens do Ativo derivado de se terem detetado erros na contabilização dos mesmos em anos anteriores (ver ponto 8.2.32)

8.2.2 – Comentário às contas de Balanço e Demonstração de Resultados

8.2.2.1 - Balanço

Relativamente às dívidas de terceiros a curto prazo verifica-se que houve um acréscimo de 187%, motivada, em parte pelo conhecimento do valor real das dívidas de alunos, situação só possível através do interface dos serviços académicos com a contabilidade

Tal situação proporcionou, também a possibilidade de se calcularem as provisões de cobrança duvidosa com base na antiguidade das dívidas.

Por outro lado, no ano de 2015 alterou-se a forma de reconhecimento da dívida das propinas de alunos, passando a mesma a ser integralmente reconhecida no início do ano letivo e não no momento em que ocorre o recebimento. Esta nova metodologia teve grande impacto nas contas de alunos e de proveitos diferidos- Propinas o que teve como consequência não haver comparabilidade com o exercício anterior.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2.2.2 – Demonstração de Resultados

- Proveitos

O IPS alterou a sua política de faturação a alunos em 2015, tendo sido emitidas no final do exercício as faturas relativas a todo o ano letivo (o objetivo será passar a emití-las no ato da matrícula, ou seja, no início do ano letivo, quando anteriormente apenas faturava e procedia ao registo contabilístico das propinas, emolumentos e taxas, aquando do seu pagamento pelo aluno. Simultaneamente, o Instituto adotou o princípio contabilístico da especialização dos exercícios no que respeita ao reconhecimento dos proveitos com propinas do ano letivo de 2015/2016. Assim, e como o ano letivo envolve dois anos civis, e para efeitos de especialização das propinas, os proveitos do exercício incluem os 4 meses (setembro a dezembro) do referido ano letivo, tendo os restantes 6 meses (janeiro a junho) sido registados em Proveitos Diferidos.

- Custos

A conta 66, "Amortizações do exercício", reflete as amortizações do exercício calculadas pelo método de quotas constantes, com base nas taxas definidas na Portaria nº 671/2000 de 17 abril.

Na conta 67, "Provisões do Exercício", estão refletidas as provisões para as propinas em dívida extraídas do módulo SIGARRA no montante global de 872.205,70€ e constituídas com base na data de antiguidade das mesmas. Os SAS constituíram provisões no montante de 22.705,90€ para todas as dívidas de utentes (alojamento) e de clientes anteriores a 01/07/2015. A saber:

- Dívidas até 31/12/2013- 100%
- Dívidas de 01/01/2014 a 30/06/2014- 75%



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

- Dívidas de 01/07/2014 a 31/12/2014- 50%
- Dívidas de 01/01/2015 a 30/06/2015- 25%

As contas 69, Custos e Perdas Extraordinárias e 79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários refletem as correções / regularizações efetuadas nas amortizações com um impacto líquido de (- 789.119,85€) derivadas das seguintes situações:

- Falta de contabilização das amortizações dos bens de PIDDAC que, por erro da empresa que presta assistência no software, não foram integrados no inventário nos respetivos anos;
- Aquando das transições de saldos verificaram-se erros do sistema que provocaram registos incorretos em diversas contas (tanto contas de aquisição, como de amortizações).

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como os métodos de cálculo respeitantes às amortizações e provisões, foram os que estão definidos no POC educação.

8.2.4- Não se aplica

8.2.5 – No ano de 2015, não houve aplicação de valorimetrias diferente das previstas no capítulo 4 do POC.

8.2.6 – Não houve registo de movimento nas contas 431 – «Despesas de Instalações» e 432 «Despesas de Investigação e desenvolvimento».

8.2.7 – Amortizações e Provisões



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2.8 - Ver ponto 8.2.2.2

8.2.9 a 8.2.12 – Não se aplica

8.2.13 – No exercício de 2015, foram utilizados bens em regime de locação financeira, designadamente impressoras que estão distribuídas por todo o universo do IPS e que se refletiu num decréscimo significativo dos encargos com aluguer de equipamento.

8.2.14 - Na relação dos bens de imobilizados não existem bens que não tenham sido valorizados.

8.2.15 - Este Instituto não é detentor de bens do domínio público.

8.2.16 – Este Instituto detém participações no capital das seguintes entidades:

Designação entidades participadas	Quantidade	Valor nominal	
		Unitário	Global
Cereal Plus Agrupamento de Produtores de Cereais, SA	1	5,00 €	5,00 €
Agromais Entrepósito Comercial Agrícola, CRL	2.400	2,50 €	6.002,00 €
PCTA,SA	1	10.000,00 €	10.000,00 €
COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional	6	250,00 €	1.500,00 €
TAGUSVALLEY	1	5.000,00 €	5.000,00 €
ANIMAFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Agroindústria	1	500,00 €	500,00 €
INOVREGIO - Associação de Inovação Regional	12	500,00 €	6.000,00 €
		TOTAL	29.007,00 €

Nos SAS não existem situações aplicáveis.

8.2.17 – Não aplicável.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

8.2.18 – Não existem “Outras Aplicações Financeiras”.

8.2.19.20.21.22 – Não aplicável.

8.2.23 - Ver ponto 8.2.2.2

Nos SAS foram consideradas como cobrança duvidosa dívidas de alunos no montante de 16.220,61€ e de clientes no montante de 8.824,36€.

8.2.25 – Não aplicável.

8.2.26 – Na Conta «Estado e Outros Públicos», não existem quaisquer dívidas em situações de mora.

8.2.27. e 8.2.28 – Este Instituto não tem dívidas a terceiros.

8.2.29 - Discriminam-se as cauções registadas na “Conta Devedores e Credores” constante no Balanço com o valor de 36.510,13€.

Designação Entidades	Valor
EFS - Engenharia, Fiscalização e Serviços, Lda.	4.125,00 €
Renato Lima Azenha	1.919,50 €

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Renato Lima Azenha	2.360,99 €
Dinisluz - Instalações elétricas, Lda.	8.841,15 €
Construção obras públicas, Lda.	456,90 €
Renato Lima Azenha	2.360,99 €
Valinox - Industrias Metalúrgicas, SA	3.439,55 €
Valinox - Industrias Metalúrgicas, SA	3.439,55 €
Apogeu - Comercio e indústria de equipamentos de áudio e vídeo profissionais, Lda.	636,85 €
Sports Partner - Distribuição e fabrico de equipamentos desportivos unipessoal, Lda.	1.593,85 €
Valinox - Industrias Metalúrgicas, SA	3.439,55 €
API – Construções, Lda	3.896,25 €
TOTAL	36.510,13€

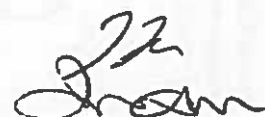
8.2.32- Evolução do fundo patrimonial

O fundo patrimonial não sofreu alteração no exercício. Quanto aos resultados transitados verificaram-se os seguintes movimentos :

- i) aplicação do resultado líquido do exercício anterior negativo em 1.603.023,04€
- ii) regularização do valor da empreitada de construção das instalações da Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM) em consequência de se ter verificado que a reexpressão de contas efetuada em 2014 não era inteiramente justificado, tendo ocorrido uma falha de integração informática agora corrigida

8.2.37- Anexa-se demonstração de resultados financeiros

8.2.38- Anexa-se a demonstração de resultados extraordinários

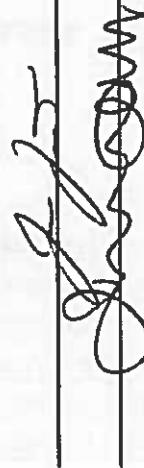


8.2.3.7 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Ano: 2015		Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios		Unidade monetária: Euro
Código das contas	Custos e Perdas	2015	2014			2015	2014	
681	Juros Suportados	109,22	89,67	781	Juros obtidos	0,00	0,00	0,00
682	Perdas em Entidades ou Sub-entidades	0,00	0,00	781	Ganhos em entidades ou subentidades	0,00	0,00	0,00
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	784	Rendimentos de participação de capital	0,00	0,00	0,00
684	Provisões para Aplicações Financeiras	0,00	0,00	785	Diferenças de cambio Favoráveis	0,00	0,00	0,00
685	Diferenças de Cambio Desfavoráveis	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00	0,00
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	10.629,22	11.682,27	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00					
	Resultados Financeiros	-10.738,44	-11.771,94			0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00					

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão



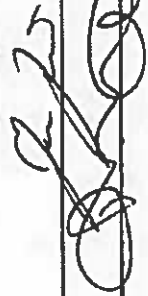
Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

8.2.3.8 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2015		Unidade monetária: Euro			
Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios
		2015	2014		2015 2014
691	Transferências de capital concedido	0,00	0,00	Restituição de Impostos	0,00 0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	Recuperação de Dívidas	0,00 41.831,76
693	Perdas em Existências	0,00	0,00	Ganhos em Existências	0,00 0,00
694	Perdas em Imobilizações	101.533,71	1.312,33	Ganhos em Imobilizações	0,00 0,00
695	Multas e Penalidades	0,00	93,00	Benefícios de penalidades contratuais	0,00 0,00
697	Correções relativas a Exercícios anteriores	1.449.747,38	608.813,48	Redução de Amortizações e Provisões	0,00 0,00
698	Outros Custos e perdas Extraordinárias	0,00	0,00	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	760.204,61 83.799,92
	Resultados Extraordinários	-789.119,85	-351.589,19	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.956,63 132.997,94
		762.161,24	258.629,62		762.161,24 258.629,62

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão



Pedro Miguel Gonçalves
Administrador

8.2.7 - Amortizações e Provisões

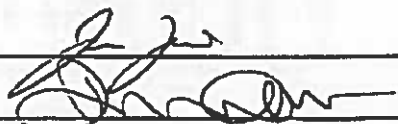
Ano: 2015

Unidade monetária: Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-estruturas e equipamento de natureza militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	87,38	87,38	0,00
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	87,38	87,38	0,00
De Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De investimentos em Imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	15.948,98	15.944,45	4,53
Edifícios e outras construções	4.123.637,17	2.081.762,19	1.490.104,37	4.715.294,99
Equipamento e material básico	5.079.240,10	2.296.233,00	1.826.570,95	5.548.902,15
Equipamento de transporte	404.532,77	126.680,41	120.428,66	410.784,52
Ferramentas e utensílios	75.610,62	22.910,44	13.981,11	84.539,95
Equipamento administrativo	3.975.809,95	3.216.724,77	3.058.520,26	4.134.014,46
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	323.809,95	95.380,34	64.099,83	355.090,46
	13.982.640,56	7.855.640,13	6.589.649,63	15.248.631,06
De investimentos financeiros:				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho de Gestão



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

7.3 - Fluxos de Caixa

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Consolidada

Unidade monetária: Euro

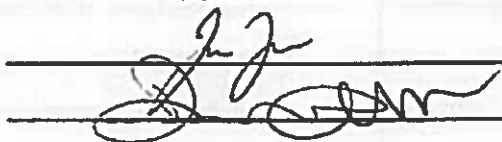
Nota a Expl	Código			Art.	RECEBIMENTOS			
	Cap	Grupo						
					SALDO DA GERENCIA ANTERIOR			
					Execução Orçamental			
					Class. Orgânica: 121057300 + 121057400			
					Prog.: 014 - Ciência e Ensino Superior			
					FF: 313 Saldos de RG não afectas a projectos cofinanciados	17.120,68		
					FF: 358 Saldos de RG afectas a projectos cofinanciados	1.466,73		
					FF: 412 Feder - PO Factores de competitividade	46,20		
					FF: 413 Feder-PO Valorização do Território	1.430,50		
					FF: 417 Feder - PO Regional Alentejo	288.418,84		
					FF: 441 FSE-OCA III	20,00		
					FF: 442 FSE-POPH	47.132,30		
					FF: 452 FEADER	22.715,35		
					FF: 462 Feaga	38.594,88		
					FF: 480 Outros	228.331,24		
					FF: 520 Saldos de RP transitados	44.178,24		
							689.454,96	
					Class. Orgânica: 128057300 + 121057400			
					Prog.: 014 - Ciência e Ensino Superior			
					FF: 313 Saldos de RG não afectas a projectos cofinanciados	131.250,00		
							131.250,00	
					Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades- Fundos alheios			
					Cauções	191.308,32		
					I Total do Saldo Ger ^a na posse do Serviço		191.308,32	
								1.012.013,28
					Receitas de Fundos Próprios			
					Dotações orçamentais			
					Class. Orgânica 121057300			
					Progr. 012 Ciência e Ensino Superior			
					FF: 311 Orçamento de Estado			
					Correntes			
0603012998					MCTES	13.616.453,00		
0603013102					Estado	0,00		
							13.616.453,00	
					FF: 319 Transferências de RG entre organismos			
					Correntes			
0603072641					DGE	6.000,00		
0603075298					SFA- FCT	35.355,60		
0603075355					Instituto Superior de Agronomia	0,00		
0603075856					Instituto Nac de Investigação Agrária e Veterinária, IP	0,00		
							41.355,60	
					FF: 359 Transferências de RG afectas a projectos cofinanciados entre organismos			
					Correntes			
0603105736					IFAP	2.500,00		
							2.500,00	
					FF: 412 FEDER - PO Factores de competitividade			
					Correntes			
0603110000					SFA- FCT	0,00		
							0,00	
					FF: 417 FEDER - PO Regional Alentejo			
					Correntes			
0607015216					IFOR	0,00		
0609010000					União Europeia- Instituições	268.149,74		
							268.149,74	
					FF: 452 FEADER			
					Correntes			
0609010000					União Europeia - Instituições	7.500,00		
							7.500,00	
					FF: 452 FEAGA			
					Correntes			
060901					União Europeia - Instituições	24.738,44		
							24.738,44	

[Handwritten signature]

FF: 480 Outros				
Correntes				
0603115380	SFA- Escola Superior de Educação Coimbra	200,00		
0603115385	SFA- IPGuarda	1 975,00		
0603115426	SFA - Instituto Politecnico de Viseu	22 732,95		
0607010000	Instituição sem fins lucrativos	200,00		
0609010000	União Europeia - Instituições	206 519,63		
0609040000	União Europeia - Países membros	3 000,00		
0609050000	Países terceiros e organizações internacionais	200,00		
			234.827,58	
FF: 510 Auto Financiamento				
Correntes				
0401220100	Propinas 1º ciclo	2 582 666,81		
0401220200	Propinas 2º ciclo	437.400,60		
0401220500	Propinas internacional	5 635,00		
0401220600	Propinas- Outros	274.641,71		
040199	Taxas diversas	398 056,91		
040201	Juros de mora	20 386,01		
040299	Multas e penalidades diversas	42.241,66		
060101	Públicas	9.129,78		
060102	Privadas	1.504,90		
060201	Bancos e outras instituições financeiras	150 294,19		
060701B000	Oel	5 500,00		
060701C000	Ordem dos engenheiros- bastonario	1.000,00		
060905	Parceiros terceiros e organizações internacionais	16.044,64		
070103	Publicações e impressos	1.341,00		
070106	Produtos agrícolas e pecuários	22.152,57		
070107	Produtos alimentares e bebidas	46.850,27		
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	71,32		
070199	Outros	9.672,98		
070201	Aluguer	90.885,58		
070202	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	26 900,47		
070204	Serviços de laboratório	48.513,90		
070207	Alimentação e alojamento	956,20		
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	11.045,42		
070299	Outros	421.465,14		
070302	Edifícios	640,00		
080199	Outras	69.214,98		
	Capital			
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	25.197,34		
			4 719.409,36	
FF: 540 Transferências de RP entre organismos				
Correntes				
0603012320	Secretaria Geral da Presidencia do Conselho de Ministros	0,00		
0603075619	IEFP	49.266,18		
0603075844	IPDJ	89.000,00		
060501B000	Municípios	2.280,00		
060502B000	Municípios	994,00		
			141.540,18	
Total das Receitas do Exercício (I+II)				19.056.473,90
III- Total Recebido do Tesouro em c/ Receltas Próprias				19.056.473,90
IV- Total Recebimentos do Exercício (I+II+III)				20.068.487,18
Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades - Fundos Alheios				
Receitas do Estado		3.106.388,95		
Operações de tesouraria		4.898.860,95		
Cauções		0,00	8.005.249,90	28.073.737,08
V- Total das Retenções de Fundos Alheios				
Descontos em vencimentos e salários:				
Receitas do Estado		3.106.064,25		
Operações de tesouraria		4.754.333,54	7.860.397,79	
Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V)				28.073.737,08

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho Geral



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

7.3 - Fluxos de Caixa

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Nota Explicativa	Código			PAGAMENTOS			
	Cap*	Grupo	Art*				
				Despesas de Fundos Próprios			
				Despesas Orçamentais			
				Class. Orgânica: 121057300 + 121057400			
				Prog.: 014 Ciência e Ensino Superior Medida 18 + Medida 19			
				FF: 311 Orçamento de Estado			
				Correntes			
				010102 Órgãos Sociais	851.985,14		
				010103 Pessoal dos Quadros - Regime da Função Pública	6.442.705,12		
				010108 Pessoal Contratado a Termo	1.685.606,75		
				010109 Pessoal em Qualquer Outra Situação	92.075,29		
				010110 Gratificações	2.199,20		
				010111 Representação	36.742,83		
				010112 Suplementos e Prémios	96.677,14		
				010113 Subsídio de Refeição	339.609,17		
				010114SF Subsídio Férias	897.619,07		
				010114SN Subsídio Natal	766.141,28		
				010202 Horas Extraordinárias	7.925,09		
				010204 Ajudas de Custo	231,65		
				010205 Abono para Falhas	4.940,25		
				010207 Colaboração Técnica Especializada	96.867,11		
				010210 Subsídio trabalho noturno	182,73		
				010211 Subsídio de Turno	5.711,64		
				010214 Outros Abonos em Numerário ou Espécie	14.391,40		
				010301A000 Contribuições da Entidade Patronal para a ADSE			
				010303 Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	9.245,18		
				010304 Outras Prestações Familiares			
				010305A0A0 Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	1.643.225,94		
				010305A0B0 Contribuições para a Segurança Social	384.311,37		
				010306 Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais	51,33		
				010308 Outras Pensões			
				010310D0 Doença	111.434,28		
				010310P0 Parentalidade	24.310,71		
				020105 Alimentação - Refeições Confeccionadas	41.601,51		
				020201 Encargos das instalações	21.833,48		
				020202 Limpeza e higiene	943,53		
				020213 Deslocações e estadas	142,07		
				020218 Vigilância e segurança	10.359,42		
				020219B000 Software Informático	2.433,00		
				020225 Outros serviços	223,00		
				040802B000 Outros	23.475,00		
						13.615.180,68	
				FF: 313 Saldos de RG Não Afectas a Projectos Cofinanciados			
				Correntes			
				070103B0B0 Conservação e Reparação	3.745,90		
						3.745,90	
				FF: 319 Transferências de RG Entre Organismos			
				Correntes			
				020219B000 Software Informático	22.475,53		
				020219C000 Outros	5.330,41		
				020225 Outros Serviços	5.963,00		
				040802B0B0 Outros	1.482,00		
				070108B0B0 Outros	6.000,00		
				070110B0B0 Outros			
						41.250,94	
				FF: 358 Saldos de RG Afectas a Projectos Cofinanciados			
				Correntes			
				020203 Conservação de bens	329,64		
						329,64	
				FF: 412 FEDER - PO Factores de Competitividade			
				Correntes			
				020121 Outros Bens	39,00		
				020210 Transportes	6,80		
						45,80	
				FF: 417 Feder - PO Regional Alentejo			
				Correntes			
				010204 Ajudas de custo	20,83		
				020101 Materias primas e subsidiárias	530,32		
				020102 Combustíveis e Lubrificantes	2.287,72		
				020104 Limpeza e Higiene	78,47		

020108	Material de Escritório	3 362,57	
020117	Ferramentas e Utensílios	373,55	
020118	Livros e documentação técnica	342,72	
020121	Outros Bens	1 370,12	
020201	Encargos das instalações	34 589,03	
020203	Conservação de bens	3 146,37	
020209F000	Outros serviços de comunicações	36,90	
020210	Transportes	452,50	
020212B00	Outros	370,71	
020213	Deslocações e Estadas	257,30	
020215B000	Outras	200,00	
020217	Publicidade	61,50	
020219C000	Outros	43,05	
020223	Outros Serviços	135 109,18	
030601	Outros encargos financeiros	34,20	
040701	Inst sem fins lucrativos	1 000,00	
060201	Impostos e Taxas	1 020,00	
060203	Outras	108,42	
	Capital		
070109B080	Outros	288,34	
070110B080	Outros	241 878,59	426 962,39
	FF: 441 FSE - QCA III		
	Correntes		
020108	Material de Escritório	10,80	
020120	Material de educação, cultura e recreio	3,49	
	FF: 442 FSE - POPH		14,29
	Correntes		
020101	Materias primas e subsidiárias	331,73	
020102	Combustíveis	1 854,51	
020104	Limpeza e Higiene	111,19	
020108	Material de Escritório	153,22	
020112	Material de transporte- Peças	105,66	
020115	Prêmios, Condecorações e Ofertas	147,00	
020118	Livros e Documentação Técnica	226,00	
020119	Artigos honoríficos	97,00	
020121	Outros Bens	223,78	
020203	Conservação de Bens	7 413,59	
020209A000	Acesso a Internet	1 032,60	
020209C000	Comunicações fixas de voz	19,11	
020209D000	Comunicações móveis	194,68	
020209F000	Outros serviços de comunicações	36,90	
020211	Representação dos Serviços	56,60	
020217	Publicidade	492,00	
020218	Vigilância e segurança	177,81	
020219C000	Outros	8,00	
020220C000	Outros	36,41	
	Capital		
070109B080	Outros	489,58	
070110B080	Outros	6 794,66	19 802,03
	FF: 452 FEADER		
	Correntes		
010204	Ajudas de Custo	282,91	
020101	Materias Primas e Subsidiárias	4 765,67	
020108	Material de escritório	145,06	
020121	Outros Bens	2 350,19	
020212B000	Outros	120,12	
020213	Deslocações e Estadas	2 922,90	
020217	Publicidade	78,00	
	Capital		
070107B080	Outros	685,11	11 349,95
	FF: 462 FEAGA		
	Correntes		
020101	Materias Primas e Subsidiárias	5 036,93	
020121	Outros Bens	310,33	
020201	Encargos das instalações	9 233,93	14 581,19
	FF: 480 Outros		
	Correntes		
010204	Ajudas de Custo	9 255,34	
020102	Combustíveis e Lubrificantes	6 913,13	
020104	Limpeza e Higiene	1 558,95	
020108	Material de escritório	4 287,68	
020115	Prêmios, condecorações e ofertas	5 558,25	

[Handwritten signature]

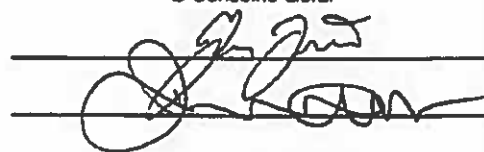
020116	Mercadorias para venda	644,52	
020117	Ferramentas e utensílios	894,88	
020118	Livros e documentação técnica	300,00	
020120	Material, Educação e Cultura	500,00	
020121	Outros Bens	5 922,28	
020201	Encargos das instalações	14 745,56	
020202	Limpeza e Higiene	14 909,01	
020203	Conservação de Bens	8 757,25	
020208	Locação de outros bens	30,75	
020209A000	Acessos a internet	7 792,32	
020209B000	Comunicações fixas de dados	100,02	
020209C000	Comunicações Fixas de Voz	215,97	
020209D000	Comunicações móveis	1 011,28	
020209F000	Outros serviços de comunicações	123,03	
020210	Transportes	2 644,96	
020211	representação dos serviços	306,20	
020212B000	Outros	1 604,11	
020213	Deslocações e Estadas	30 512,42	
020214000	Outras	4 952,00	
020215B000	Outras	1 230,00	
020217	Publicidade	1 414,50	
020219B000	Software Informático	8 733,00	
020219C000	Outros	956,22	
020220C000	Outros	14 210,30	
020225	Outros Serviços	29 448,65	
030502J000	Juros de mora	18,00	
0306010000	Outros encargos financeiros	5,00	
040102	Privadas	28.040,40	
040701	Instituições Sem Fins Lucrativos	9.210,00	
040802B000	Outros	61.534,81	
0409010000	Resto do mundo- União Europeia	73.280,80	
060201	Impostos e taxas	35,00	
060203	Outras	68,38	
	Capital		
070107B080	Outros	35.528,88	
070108B080	Outros	2.613,75	
070109B080	Outros	1 057,80	
070110B080	Outros	1.950,49	
			394 874,89
	FF: 510 Auto Financiamento		
	Correntes		
010102	Órgãos Sociais	145 702,47	
010103	Pessoal dos Quadros - Regime da Função Pública	1 023 019,93	
010106	Pessoal Contratado a Termo	193.556,57	
010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	11.090,81	
010110	Gratificações	459,98	
010111	Representação	4 315,06	
010112	Suplementos e Prémios	15 935,24	
010113	Subsídio de Refeição	52 503,92	
010114 SF00	Subsídio Férias	3 598,36	
010114SN00	Subsídio Natal	115.341,03	
010202	Horas Extraordinárias	1 656,63	
010204	Ajudas de Custo	55.324,06	
010205	Abono para Falhas	1.035,48	
010206	Formação	1.635,74	
010207	Colaboração Técnica Especializada	14.052,18	
010210	Subsídio trabalho noturno	97,84	
010211	Subsídio turno	103,67	
010214	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	670,60	
010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	1.278,67	
010305A0A0	Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	785.371,81	
010305A0B0	Contribuições para a Segurança Social	174.827,40	
010306	Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais	1.074,19	
01031000	Doença	16.451,39	
010310P0	Parentalidade	1.197,27	
020101	Matérias Primas e Subsidiárias	37.154,14	
020102	Combustíveis e Lubrificantes	90.434,13	
020104	Limpeza e Higiene	23.037,55	
020105	Alimentação - Refeições Confeccionadas	16.996,43	
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	443,83	
020108	Material de Escritório	50 610,68	
020109	Produtos Químicos e Farmacêuticos	1.707,36	
020110	Produtos Vendidos nas Farmácias	110,88	
020111	Material de Consumo Clínico	20,34	
020112	Material de Transporte - Peças	1.209,83	
020113	Material de Consumo Hotelairo	1.628,72	
020114	Outro Material - Peças	2.369,84	
020115	Prémios, Condecorações e Ofertas	7.319,84	

020116	Mercadorias para Venda	1.619,73	
020117	Ferramentas e Utensílios	3.528,42	
020118	Livros e Documentação Técnica	7.964,85	
020119	Artigos Honoríficos e de Decoração	244,43	
020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	5.098,43	
020121	Outros Bens	45.934,56	
020201	Encargos das Instalações	392.682,66	
020202	Limpeza e Higiene	73.647,61	
020203	Conservação de Bens	62.627,01	
020206	Locação de material de transporte	202,95	
020209A0.00	Acessos à Internet	51.117,85	
020209B0.00	Comunicações Fixas de Dados	1.035,87	
020209C0.00	Comunicações Fixas de Voz	2.939,39	
020209D0.00	Comunicações Móveis	18.397,19	
020209F0.00	Outros Serviços de Comunicações	6.813,15	
020210	Transportes	18.190,67	
020211	Representação dos Serviços	2.810,05	
020212A000	Estatistas profissionais na Administração Pública	40,68	
020212B000	Seguros	26.177,72	
020213	Deslocações e Estadas	116.178,22	
020214B000	Outros	1.918,80	
020213A0.00	Tecnologias da Informação e Comunicação	300,00	
020213B0.00	Outras	10.181,90	
020216	Seminários, Exposições e Similares	575,00	
020217	Publicidade	60.457,74	
020218	Vigilância e Segurança	230.299,02	
020219B0.00	Software Informático	66.086,83	
020219C0.00	Outros	89.795,34	
020220C0.00	Outros	70.037,33	
020225	Outros Serviços	115.625,78	
030502J000	Outros	93,22	
030601	Outros Encargos Financeiros	2.780,96	
040101	Públicas	1.136,66	
040601	Segurança Social	93,09	
040701	Instituições Sem Fins Lucrativos	9.366,65	
040802A0.00	Estatistas Profissionais na Administração Pública	447,48	
040802B0.00	Outros	80.508,06	
040901	Resto do Mundo - União Europeia	8.213,52	
060201	Impostos e Taxas	5.387,65	
060202	Ativos Intangíveis	790,08	
060203	Outras	12.183,67	
	Capital		
070103B0B0	Conservação ou Reparação	7.540,69	
070107B0B0	Outros	19.093,93	
070108B0A0	Software de Comunicações	49.817,20	
070108B0B0	Outros	1.308,97	
070109B0A0	Hardware de Comunicações		
070109B0B0	Outros	20.385,82	
070110B0A0	Outros	48.480,37	
070110B0B0	Outras	10.158,91	
070111B0A0	Administração Central - SFA	11.521,18	
070115B000	Administração Central - SFA	14.664,42	
			4.665.325,16
	FF: 520 Saldos de Receitas Próprias Transitados		
	Capital		
070103B0B0	Conservação e Reparação	41.178,00	
			44.178,00
	FF: 540 Transferências de RP entre organismos		
	Correntes		
020102	Combustíveis e Lubrificantes	190,87	
020108	Material de Escritório	426,35	
020115	Prémios, Condecorações e Ofas	5.250,00	
020117	Ferramentas e utensílios	153,20	
020118	Livros e documentação técnica	68,00	
020121	Outros Bens	6.400,80	
020201	Encargos das instalações	604,98	
020202	Limpeza e higiene	20.062,50	
020203	Conservação de bens	5.776,60	
020209D000	Comunicações móveis	105,57	
020210	Transportes	44,49	
020212B000	Outros	224,14	
020213	Deslocações e Estadas	2.290,96	
020217	Publicidade	12.487,59	
020218	Vigilância e Segurança	367,77	
020219C000	Outros	831,39	
020220C000	Outros	9.441,59	
020225	Outros Serviços	829,97	
040802B000	Outros	14.668,42	

080202	Ativos incorpóreos	15 000 00		
	Capital			
0701038080	Conservação ou Reparação	23.585 16		
0701078080	Outros	8.070 72		
0701088080	Outros	4 836 72		
0701098080	Outros	922 50		
0701108080	Outros	372 69		
07011180A0	Administração Central - SFA	755 16		
			133 568 14	
	Class Orgânica 128057300			
	Prog 014 Ciência e Ensino Superior Medida 18			
	FF: 313 Saldos de RG Não Afectas a Projectos Cofinanciados			
0701038080	Conservação ou Reparação	131 250 00	131 250 00	
				19 502 458,99
	I - Total da Despesa do Exercício			19 502 458,99
	II- Total entregue ao Tesouro em c/ Receita Própria			
	III- Total de Pagamentos do Exercício (I+II)			19 502 458,99
	Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Fundos Alheios			
	De Receitas do Estado - Fundos Alheios	3 106 388 95		
	De Operações de Tesouraria - Fundos Alheios	5 011 139 54	8 117 528 49	8 117 528 49
	IV-Total da despesa de Fundos Alheios			8 117 528 49
	Saldo para a gerência seguinte			
	Execução Orçamental - Fundos Próprios			
	Class Orgânica: 121057300 + 121057400			
	Prog 014 Ciência e Ensino Superior			
	FF 311 Estado - Receitas Gerais Não Afectas a Projectos Cofinanciados	1 272,34		
	FF 313 Saldos de Receitas Gerais Não Afectas a Projectos Cofinanciados	13 374,78		
	FF 319 Transferências de receitas gerais entre organismos	104,66		
	FF 358 Saldos de RG Afectas a projectos cofinanciados	1 137,09		
	FF 359 Transferências de RG Afectas a Projectos Cofinanciados Entre	2 500,00		
	FF 412 Feder - PO Factores de competitividade	0,40		
	FF 413 Feder - PO Valorização do território	1 430,50		
	FF 417 Feder - PO Regional Alentejo	129 606,19		
	FF 441 FSE - QCA III	5,71		
	FF 442 FSE-POPH	27 330,27		
	FF 452 FEADER	18 865,39		
	FF 462 Feaga	48 752,13		
	FF 460 Outros	67 735,73		
	FF 510 Autofinanciamento	54 632,40		
	FF 520 Saldos de Receitas Próprias Transitados	0,24		
	FF 540 Transferências de RP entre organismos	7 972,04		
			374.719,87	
	Importâncias recebidas para entrega ao Estado ou outras entidades			374 719,87
	Cauções			79 029,73
	V- Total do saldo Ger* na posse do serviço			453 749,60
	Em depósitos	1119,71		
	Em caixa	452 629,89		
	Descontos em vencimentos e salários			
	Receitas de Estado	3.106.064,25		
	Operações de tesouraria	4.754.333,54		
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa			28.073.737,08

Santarém, 23 de Junho de 2016

O Conselho Geral



Pedro Nogueira Carvalho
Administrador

Extrato de Ata

MARIA TERESA PEREIRA SERRANO, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, certifica que se encontra exarado no dossier de atas do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Santarém o seguinte:

"Aos vinte e sete dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta minutos, teve início a reunião do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Santarém.

Estiveram presentes - Abel Francisco de Oliveira Santos, Carla Isabel Russo Vivas, Carlos Manuel Marques Silva, João Manuel Carvalho Ramalho Ribeiro, João Vítor Reis Gomes Mendes, Júlio Manuel de Seixas Pereira Camelo, Maria da Costa Potes Franco Santa-Clara Barbas, Maria Teresa Pereira Serrano, Marília Oliveira Inácio Henriques, Paulo Reis Branco Pardal, Pedro Maria Nogueira Carvalho e Silvino Manuel Gomes Sequeira.

Estiveram ausentes - Amélia Pilar Grases Santos Silva Rauter, José Joaquim Penedos Amendoeira Martins, e Sérgio David Lourenço Gomes, justificaram a ausência e Maria Salomé Rafael, não justificou a ausência.

Ordem de Trabalhos conforme convocatória:

1. (...);
2. (...);
3. **Aprovação da Conta Anual Consolidada de 2015;**
4. (...);
5. (...)

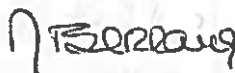
Aprovação da Conta Anual Consolidada de 2015; - A conta anual consolidada de 2015, acompanhada do parecer do Fiscal Único (BDO&Associados – SROC) (anexo I), parecer do Conselho Consultivo de Gestão (anexo II) e verificação pelo CG de melhor desempenho do IPSantarém em 2015 do que em 2014, mereceu apreciação positiva dos membros presentes, tendo sido votado por maioria dos seus membros – 10 votos -Carlos Silva; João Ramalho Ribeiro; João Mendes; Maria Barbas; Teresa Serrano; Marília Henriques ; Paulo Pardal; Pedro Carvalho; Rita Rocha; Júlio Camelo, com a declaração de voto o Prof. Júlio Camelo "por ausência de estudantes no CG", um voto contra de Prof. Abel com a seguinte declaração do voto "por inexistência de parecer dos membros externos; e uma abstenção do Prof. Silvino Sequeira com a seguinte declaração "por conhecimento tardio do documento em análise".

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas dezanove horas e trinta minutos. Lavrou-se a presente ata em minuta que, posta à aprovação, vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária."

Esta certidão vai por mim assinada e carimbada com o selo branco em uso nesta instituição.

IPSantarém, 29 de junho de 2016

A Vice-Presidente,



Maria Teresa Serrano

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras consolidadas do Instituto Politécnico de Santarém (adiante designado por IPS ou Instituto) que compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um ativo líquido de 43 337 809 euros e fundos próprios positivos de 38 987 240 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 504 305 euros), a Demonstração dos resultados por natureza consolidada, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidada do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Presidente do IPS a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. Exceto quanto às situações referidas nos parágrafos 7 a 10, o nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Presidente do Instituto, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Os valores de Balanço relativos às rubricas de imobilizações corpóreas, quer no ativo bruto, quer nas amortizações, foram alvo de significativas regularizações, quer em 2014, por via da reexpressão das contas de exercícios anteriores, quer em 2015, por contrapartida de Resultados Transitados, por forma a concordarem com os valores do cadastro de Imobilizado, sem que tenha havido uma reconciliação e justificação das diferenças apuradas, sendo que a inventariação física em curso não se encontra ainda completa. Esta situação constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

8. As verbas recebidas do Estado para comparticipação na construção das várias Escolas do IPS ao longo dos anos, nomeadamente transferências do PIDDAC, foram sempre reconhecidas em proveitos dos respetivos exercícios em vez de serem registadas em Proveitos Diferidos relacionados com subsídios ao investimento, tal como preconizado no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação, de acordo com o qual os subsídios deveriam ser reconhecidos em proveitos na mesma proporção do registo em custos das amortizações dos respetivos bens subsidiados. A informação disponível não nos permite concluir quanto aos montantes integrados nos Fundos Próprios que deveriam estar refletidos no Passivo e nos proveitos imputados ou a imputar em exercícios futuros de subsídios ao investimento.

9. Conforme referido no Anexo ao balanço e demonstração dos resultados, não estão refletidos no ativo consolidado do IPS os Bares das Escolas Superiores de Educação e Gestão e a Cantina e Bar da Escola Superior Agrária, os quais embora afetos aos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém (SASIPS) pertencem ao Estado, aguardando regularização e avaliação pelos Serviços Centrais do IPS. Assim, não nos é possível concluir sobre o impacto desta situação no ativo e nos fundos patrimoniais consolidados na presente data.

10. As demonstrações financeiras consolidadas do IPS não integram a totalidade das notas previstas no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação, nomeadamente as Notas sobre Contabilidade Analítica.

Opinião

11. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 10 anteriores, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Instituto Politécnico de Santarém, em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Setor Público - Educação.

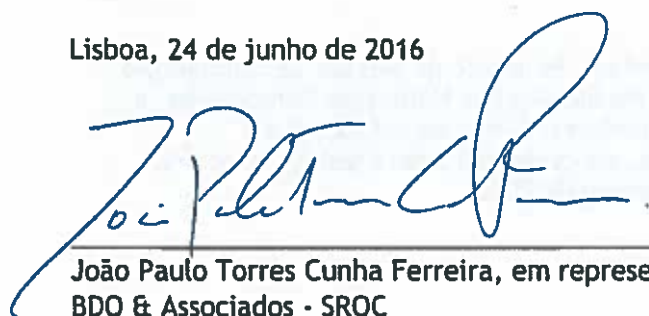
Ênfase

12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que a nossa certificação legal das contas consolidadas do exercício de 2014, datada de 26 de junho de 2015, incluía reservas relacionadas com: dívidas de alunos e utentes, inexistência de uma reconciliação bancária e não aplicação do princípio contabilístico da especialização de exercícios no reconhecimento dos proveitos com propinas, situações que foram ultrapassadas no exercício de 2015. Desta forma os valores das rubricas de Balanço "Alunos conta corrente" e "Proveitos Diferidos" e da rubrica de proveitos com "Impostos e Taxas" constante na Demonstração dos resultados, não são comparáveis com os valores apresentados nos comparativos referentes a 2014.

Relato sobre outros requisitos legais

13. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 24 de junho de 2016



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Membros do Conselho Geral,

Relatório

Nos termos previstos na alínea g) do nº 1 do artigo 28º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, vimos informar V. Exas. sobre os resultados da verificação das contas consolidadas a que procedemos no desempenho das nossas funções legais e estatutárias como Fiscal Único do Instituto Politécnico de Santarém (IPS).

Acompanhámos, no exercício de 2015, a atividade do Instituto Politécnico de Santarém e dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém (SASIPS), entidades que integram as contas consolidadas do IPS, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos dos Serviços os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. No âmbito da análise às contas consolidadas, o nosso exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

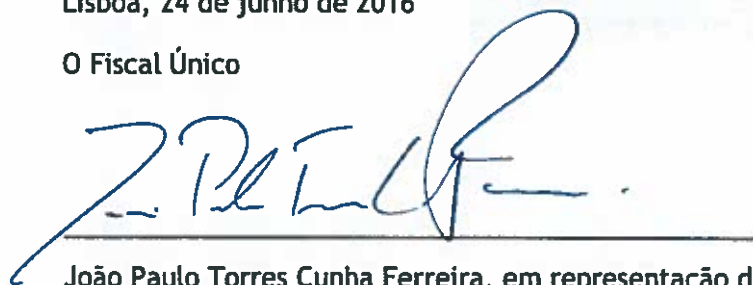
O Balanço Consolidado, a Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados, lidos em conjunto com a Certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados do Instituto e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados, apresentados pelo Presidente do IPS, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Lisboa, 24 de junho de 2016

O Fiscal Único



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC